

A Classe Operária



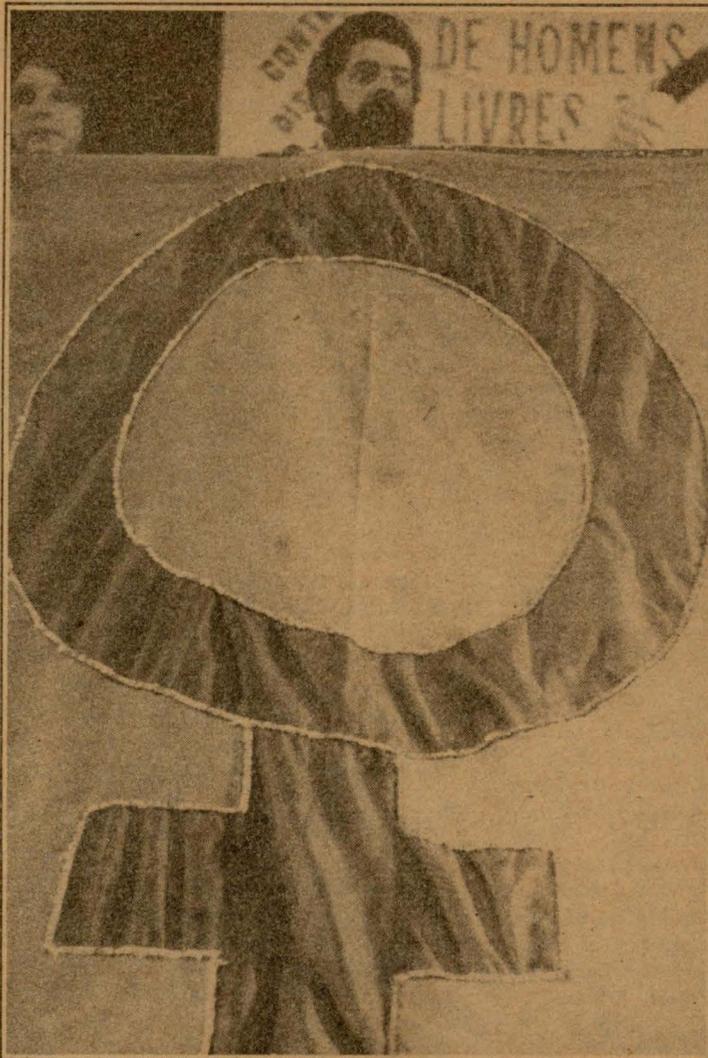
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

ANO 65 — VI FASE — Nº 25 — DE 10 A 23 DE AGOSTO DE 1989

NCz\$ 1,00

PCdoB lança manifesto

A esquerda pode vencer



O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil lançou, no início de agosto, um manifesto conclamando o povo brasileiro a votar na chapa Lula-Bisol para presidente e vice-presidente da República. A conclamação assinala que o Brasil está irremediavelmente dividido entre dois campos opostos: de um lado as classes dominantes, que se encontram há mais de cem anos no governo, e

de outro as forças populares, que lutam por um Brasil democrático e progressista. A íntegra do manifesto do CC do PCdoB está na página 5. Esta edição traz ainda nas páginas 6 e 7, a cobertura completa do Encontro Nacional de Mulheres com Lula e Bisol (foto), realizado no último dia 6. E na página 8 mais denúncias das falcaturas de Fernando Collor de Mello.

Mordomo de Collor recebia como marajá

Se vingar a velha fórmula dos filmes policiais, o ex-governador de Alagoas poderá culpar seu mordomo, Hans Lisboa, pelas flagrantes irregularidades praticadas no uso e abuso da conta secreta do governo alagoano durante a gestão Collor. Ele recebia cerca de NCz\$ 15 mil por mês. Leia sobre essas e outras falcaturas do candidato da "Globo" na página 9

A luta para a ciência ter vez no Brasil

O presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Ênio Candotti, diz que a ciência está por um fio em nosso país. Páginas centrais.

Londrina: tudo sobre a guerra dos ônibus

Em matéria especial para a "Classe Operária" o jornalista e escritor Luiz Manfredini narra a revolta popular que eclodiu na segunda cidade do Paraná dias 1º e 2º de agosto. Reprimido selvagemmente pela Polícia Militar, ainda assim o movimento conseguiu vitórias importantes. Página 19



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A CLASSE OPERÁRIA

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas

Editor: José Reinaldo Carvalho

Redação: Antonio Martins, Carlos Pompe, Umberto Martins

Diagramação e Arte: José Luís Munuera Reyes

Fotografia: Aguinaldo Zordevoni

Arquivo: Rosane Montiel

Administração e Assinaturas: Raquel Imanishi Rodrigues e Teresa Polli

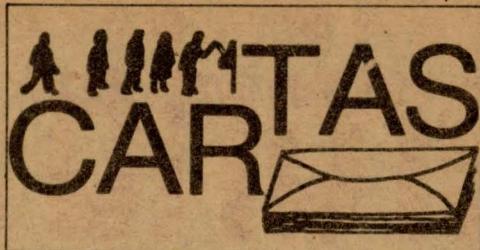
Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — CEP 01318 — São Paulo/SP

Telefone: (011) 36-7531

Telex: 11-32133

Nas capitais: ACRE — Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone: (068) 224-7329, Rio Branco; ALAGOAS — Ladeira do Brito, 72 — fones: (082) 221-4634 e 221-4728, Maceió; AMAPÁ — Av. Mendonça Furtado, 762, CEP 68900, fone: (096) 231-3370, Macapá; AMAZONAS — Rua Itamaracá, 124, CEP 69007, fone: (092) 233-7717, Manaus; BAHIA — Av. Cons. Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone: (071) 241-6522, Salvador; CEARÁ — Rua São Paulo, 1037, CEP 60000, fone: (085) 221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL — HIGS — 704, Bloco G, Casa 67, CEP 70302, fone: (061) 225-8202, Brasília; ESPIRITO SANTO — Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone: (027) 222-8162, Vitória; GOIÁS — R. Parnaíba, 355, CEP 74000, fone: (062) 223-5571, Goiânia; MARANHÃO — Rua Osvaldo Cruz, 921, CEP 65000, São Luiz; MATO GROSSO — Rua Comandante Costa, 548 fundos, CEP 78030, fone: (065) 321-5095, Cuiabá; MATO GROSSO DO SUL — Rua Rui Barbosa, 2500, CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS — Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone: (031) 222-3161, Belo Horizonte; PARÁ — Rua Manoel Barata, 993, CEP 66800, fone: (091) 223-8911, Belém; PARAÍBA — Praça 1817, 80, 2º andar, CEP 58020, João Pessoa; PARANÁ — Rua Dr. Pedrosa, 249, CEP 80420, fone: (041) 222-9120, Curitiba; PERNAMBUCO — Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone: (081) 222-3418, Recife; PIAUÍ — Rua Desemb. Freitas, 1216, CEP 64020, fone: (086) 222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO — Rua 13 de Maio, 333, 16º andar, sala 1608, CEP 20031, fone: (021) 252-9935, Rio de Janeiro; RIO GRANDE DO NORTE — Rua Prof. Zuza, 99, CEP 59020, fone: (084) 222-6323, Natal; RIO GRANDE DO SUL — Rua Santo Antônio, 254, CEP 90220, fone: (0512) 28-5152, Porto Alegre; RONDÔNIA — Rua José Bonifácio, 787 fundos, CEP 78900, Porto Velho; RORAIMA — Rua Major Williams, 434, CEP 69300, Boa Vista; SANTA CATARINA — Rua Julio Moura, 34, CEP 88010, fone: (0482) 22-1927, Florianópolis. SERGIPE — Rua do Lagarto, 807, CEP 49015, Aracaju;

A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, past-up, fotolito e impressão: Cia Editora Joruês. Fone: 815-4999 — São Paulo.

**“Manter qualidade que o jornal conquistou”**

O povo brasileiro prepara-se para travar uma batalha decisiva em sua luta pelo avanço da democracia.

Entendendo a magnitude da tarefa do momento nosso partido lutou e conquistou a formação de uma frente política à esquerda, ampla e popular, capaz de contestar a situação vigente e apresentar uma saída de fato para os problemas nacionais. A Frente Brasil Popular e as candidaturas Lula/Bisol expressam não só uma articulação política-eleitoral forte e necessária ao momento político brasileiro. Elas trazem em seu bojo um caráter mais amplo e de sentido estratégico para os comunistas.

Por isso tudo nosso partido deve buscar cumprir alguns objetivos próprios que não devem se reduzir ao amesquinhamento dos planos eleitorais, para que a Frente assumida e desenvolva plenamente o papel histórico que tem condições de desempenhar. Entre estes objetivos está o desafio de fortalecer e fazer crescer o principal instrumento de divulgação das idéias e concepções dos comunistas no Brasil, que é o nosso jornal, “A Classe Operária”. Para vencermos a eleição, mudando o rumo da história política do país, temos de superar os decursos doutrinários e estreitos, retirar a campanha dos pequenos círculos de debates e transformá-la numa vigorosa campanha de massas.

É preciso no entanto fazer isso consolidando e estendendo a influência política dos segmentos revolucionários da Frente, mais especificamente o nosso partido. A campanha eleitoral é um momento privilegiado para vender “A Classe Operária”. Assim não só ganharemos as eleições presidenciais como fortaleceremos nosso partido, nos aproximando dos objetivos estratégicos que nos norteiam.

É preciso no entanto estimular esta tarefa, mantendo a qualidade que o jornal conquistou. Acho que o suplemento do número 23 (entrevista com Lula) apesar do bom conteúdo é um tijolo pesado que não atrai o eleitor. Vamos à luta e viva “A Classe Operária”. (Lídice da Mata, deputada federal do PCdoB-BA)

Assine já o seu jornal “A CLASSE OPERÁRIA”
UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome.....
Endereço.....
CEP.....Cidade.....Estado.....
Profissão.....

“A CLASSE OPERÁRIA” CUSTA MUITO POUCO:

Assinatura trimestral: NCz\$ 6,00; Trimestral de apoio: NCz\$ 12,00

Assinatura semestral: NCz\$ 12,00 Semestral de apoio: NCz\$ 24,00

Preencha hoje mesmo este talão e envie cheque nominativo

Editora Anita Garibaldi Ltda.

Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 São Paulo/SP

Opiniões sobre matéria acerca do Pró-álcool

Quero congratular-me com toda a equipe de redação do jornal pelas matérias referentes à questão do Programa Nacional do Alcool — Pró-álcool — publicadas na última edição. Pelos motivos que exponho:

1. Via de regra, a publicação de matérias desse tipo, de análise aprofundada sobre temas que o senso comum da chamada “esquerda” possa pensar que os comunistas não dominam, dá imensa credibilidade ao nosso jornal. Mais do que isso, o faz penetrar em camadas e categorias profissionais que tradicionalmente não o lêem.

2. As matérias em si, ainda que redigidas em estilo jornalístico (não acadêmico), dão uma caracterização real e atualizada da situação nefasta a que o Brasil foi levado em função da implantação do referido plano. De maneira simples e cativa o jornal vai desmontando um a um os argumentos dos defensores de Pró-álcool.

3. É importante ressaltar porém que alguns segmentos deixaram de ser ouvidos para elaboração da matéria, em especial o engenheiro Amaral Gurgel. Em que pese suas posições políticas pessoais duvidosas, Gurgel é reconhecido um dos maiores opositores do programa.

4. A matéria poderia também ter trabalhado melhor a questão dos dados de crescimento da fome e da miséria; do assalariamento rural e do aumento dos índices de bóias-frias, com dados que estareceriam os leitores (“Retrato do Brasil” ilustra bem estes dados através de gráficos).

5. Finalmente, entendo que a excelência da matéria aponta para uma outra com ela relacionada, mas se omite sobre o assunto. Trata-se do processo que levou à decisão política de estímulo ao transporte no país por veículos que empregam derivados do petróleo (pneus, asfalto, diesel, etc), em absoluto detrimento e sucateamento da malha ferroviária eletrificada nacional. Isso poderia resultar em uma grande matéria.

De modo geral, parabéns à equipe pelo belo trabalho. Sugiro até a confecção de pequeno encarte sobre o assunto, para enviarmos e debatermos com pessoas envolvidas no setor. (Lejeune Mato Grosso Xavier de Carvalho, São Paulo, SP)

Abordagem precisa do movimento negro

Foi com bastante alegria que li a matéria “Rumos para o movimento negro”, que nos obriga a fazer um profundo mergulho na verdadeira história do país e na própria cultura do povo brasileiro. Elas nos mostrarão que os negros jogaram e continuam jogando papel decisivo na vida nacional.

As classes dominantes, no entanto, escondem esta realidade, e preferem difundir uma perversa ilusão a respeito da “democracia racial”. Visam mascarar e desmobilizar os movimentos contra o preconceito racial, com vistas a se perpetuarem no poder e relegarem o negro a uma condição de marginalidade.

Por isso, sugiro ao jornal que continue a contribuir para a elevação do nível de consciência do negro, abordando temas como o papel do negro na sociedade capitalista, a história do negro no Brasil, o negro e a sucessão presidencial e outros. (Iracilda Santos, Salvador, BA).



Sem dúvida muito oportuno e interessante o artigo publicado em “A Classe Operária” n.º 23, intitulado “Rumos para o movimento negro”.

Oportuno na medida em que aborda a principal polêmica existente dentro do movimento negro já há algum tempo, ou seja, a questão de saber se a luta contra a discriminação racial é meramente racial ou classista, ou se as duas ao mesmo tempo.

E interessante pela análise bem fundamentada e baseada em dados científicos, demonstrando a seriedade com que o autor encara a questão.

Considero que as forças progressistas, comprometidas com o avanço social, precisam cada vez mais tratar essa questão com a importância que ela merece. Qualquer tentativa de transformação social no país será vã se não contar com a participação efetiva dos negros, que junto com os mestiços representam mais da metade da população brasileira. (Valdir Estrela, Salvador, BA)

Petista pernambucano fala sobre a “Classe”

Camaradas do PCdoB,

Tenho lido constantemente a “Classe”, e tenho ajudado a vender tanto o jornal de vocês quanto o Boletim do PT. A “Classe” está ótima. Há bastante artigos históricos, por exemplo sobre a Revolução Francesa, a história das sucessões brasileiras, as relações perigosas entre a URSS e a China e a visita do padre Kel Many à Albânia. Quero destacar, aliás, as matérias sobre as sucessões, um tema essencial quando completamos 100 anos de república.

Tenho participado ativamente da campanha da Frente Brasil Popular em Pesqueira e região. Estou formando núcleos da Frente nas cidades vizinhas de Poção, Alagoinha, Sanharé e distritos. Discuto com associações e sindicatos, e percebo que os agricultores estão seguros com Lula. Em Pesqueira, além disso, vamos ter contato com o cacique que lidera os índios do local. Estou certo que eles estão com Lula, pois a participação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em Pesqueira é ótima. O órgão levou muitos índios até Brasília, para lutarem por seus direitos.

Termínio por aqui na certeza que chegaremos ao fim da luta fraternal com igualdade, muita fartura e o fim da miséria. PT Saudações, Lula 89! (Antonio de Souza Torres, presidente em exercício do PT em Pesqueira, PE)



EDITORIAL

Privatização é entreguismo

Na campanha presidencial em curso uma sintomática unanimidade se observa na pregação de todos os candidatos das classes dominantes: a defesa da privatização da economia. Mais sintomático ainda é que, embora se digam de "oposição", agindo assim fazem coro com Sarney, que transformou essa na sua principal bandeira deste período de ocaso do seu famigerado governo.

Uma cortina de fumaça formada dos mais diversos rótulos se ergue diante dos olhos do eleitor para impedi-lo de perceber o verdadeiro sentido da argumentação. Uns falam do combate ao "Estado cartorial", outros pretendem o "enxugamento" da máquina como medida de contenção de despesa e eliminação do déficit público. Alguns, que usam ser mais francos, cantam as excelências e virtudes da economia de livre mercado, alardeiam a superioridade do sistema de opressão e exploração capitalista e nisso se apóiam até nas reformas da perestroika na União Soviética. Os mais demagógicos prometem, privatizando a economia, implantar a "eficiência" e combater a corrupção.

É preciso analisar o problema de maneira multilateral e profunda e mostrar o que se encontra por trás de tal discurso, pois é nítido o objetivo de criar confusão. E mais, para as forças populares, progressistas, de esquerda, cumpre tomar posição clara e, na resolução da polêmica, defender enfaticamente os interesses nacionais.

Na época que estamos vivendo, de predomínio absoluto dos monopólios do capital financeiro internacional, denominada por Lênin de época do imperialismo, o livre mercado não passa de uma quimera. Nessa época não é o mercado quem regula a produção, mas a busca desenfreada de lucro máximo por parte dos monopólios.

Essa ação do capital imperialista atinge forçosamente os países francos, as chamadas economias em desenvolvimento. Num quadro como esse as estatais constituem uma de-

fesa do que resta da soberania desses países. Sua existência é um meio para garantir a criação de uma indústria de base, a preservação de recursos naturais estratégicos e impedir que os países dependentes se transformem definitivamente em colônias.

Por isso, vender as empresas estatais, privatizar a economia é alienar o patrimônio nacional. Isto é tanto mais verdadeiro quando se sabe que inevitavelmente as estatais privatizadas vão cair nas mãos do capital estrangeiro.

É necessário ainda revelar a hipocrisia dos que se referem à ineficiência das estatais. As razões da sua falência residem sobretudo no endividamento externo artificial, nas administrações clientelistas e fisilógicas nomeadas pelo regime militar e pelo atual governo e em toda uma política de preços que favoreceu e favorece o capital privado, mormente o estrangeiro.

As forças progressistas condenam as negociatas com as estatais na época da ditadura, a criação de empresas que não se justificam, que funcionam apenas para nutrir uma casta degenerada de burocratas. Mas não caem no canto de sereia dos que pregam para o Estado a função de mero prestador de serviços. Uma de suas funções precípua deve ser a defesa dos interesses nacionais.

É evidente que nos marcos do regime militar e do governo Sarney as estatais indispensáveis ao desenvolvimento do país não poderiam jogar seu papel, porque atuavam e atuam no quadro de um regime antipopular e entreguista. Por isso a Frente Brasil Popular não as defende tal como elas estão. Mas uma coisa são as estatais nas mãos de governos das classes dominantes, outra serão se administradas por um governo patriótico, democrático e popular. Dentro de um novo projeto nacional, consubstanciado nos 13 pontos da frente, elas poderão jogar significativo papel favorável ao desenvolvimento nacional e à defesa dos interesses do país.

Uma crise política na Câmara Municipal do Rio

Edson Santos*

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro voltou ao noticiário político local e nacional em face da séria crise político-administrativa que enfrenta, sob os auspícios da vereadora Regina Gordilho, do PDT, presidente da casa. A semelhança do seu caudilho, adepta do autoritarismo como forma de administração e lançando mão do populismo como meio político, a parlamentar iniciou suas atividades com uma aparente preocupação em moralizar o que já era chamado pejorativamente pela população de "a gaiola de ouro", tal a quantidade de irregularidades e falcatruas que ali fecundava.

Essa encenação não durou mais que dois meses. Pela superficialidade com que foram tratadas e pela ausência efetiva de medidas que enquadrassem na lei dos responsáveis pelos crimes ali ocorridos, ficou claro que a "campanha moralizadora" da vereadora era apenas um espetáculo de promoção pessoal e com objetivos eleitoreiros, tanto para ela como para Leonel Brizola. Utilizando-se da mídia para conseguir seus intentos, Regina Gordilho falou mais do que agiu. A consequência, estamos vendo agora, foi o caos político e administrativo da Câmara Municipal.

A presidente do legislativo municipal carioca implementou medidas esdrúxulas e ditatoriais, como a proibição do acesso do público às galerias e, dirigindo os trabalhos da mesa, passou a desrespeitar o direito

dos vereadores que não lhe agradam, cassando pronunciamentos, atropelando o regime interno. Enfim, demonstrou total incapacidade para exercer o papel que lhe foi confiado numa eleição democrática, da qual o Partido Comunista do Brasil também foi fiador.

A atuação despótica da vereadora pedetista atingiu até mesmo os seus correligionários, os quais passaram a articular um golpe que por pouco não foi concretizado. Mais uma vez a atuação responsável e digna do PCdoB e dos que compõem o bloco progressista na Câmara, integrado por vereadores do PT, PCB e PSDB, contribuiu para que a normalidade institucional não fosse quebrada, sob pena de, ao invés de resolver a questão, acarretar dificuldades ainda maiores para a Câmara.

Uma sessão permanente foi realizada pelos vereadores, a fim de contornar os conflitos. Foi também aprovado um documento contendo resoluções no campo regimental e administrativo. No entanto, a crise ainda não foi resolvida. É preciso observar que o problema se situa no campo político, sendo necessário adotar medidas que levem à punição dos culpados pelas irregularidades (vereadores, inclusive alguns prefeitos e altos funcionários da Câmara na administração passada) cometidas contra o erário público e que faça com que aquela casa legislativa represente os interesses do povo carioca, suas reivindicações e sua luta por dias melhores.

*vereador do PCdoB-RJ

Sarney golpeia as mulheres

Jô Moraes*

A posse do novo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher encerra o triste capítulo do golpe que o governo Sarney desferiu sobre esse órgão.

Criado por pressão dos movimentos organizados de mulheres, durante os ventos democráticos de 1985, o CNDM cumpriu destacado papel no processo constituinte. Sua composição anterior refletia o conjunto das forças que contribuíram na sua criação e se baseou em lista elaborada pelo movimento feminista.

O projeto de lei que o formalizara previa esse mecanismo democrático de indicação de nomes. Mas o autoritarismo e o machismo exacerbado do ex-ministro da Justiça, Oscar Dias Correia, desconheceu a própria lei e renovou dois terços dos cargos vagos do Conselho com nomes tirados do seu já gasto bolso de coléte. E fez questão de dar posse ao Conselho nomeado como simbólico último gesto de sua desavergonhada passagem pelo Ministério da Justiça.

O cerco do ministro contra o CNDM já tinha dos tempos iniciais de sua atividade na pasta da Justiça. Corte das poucas verbas, devolução de funcionários aos órgãos, e sem comunicação à presidente Jaqueline Pitanguy, foram algumas

das medidas do ministro para minar a atividade do CNDM.

Mesmo assim, o Conselho, pela sua respeitabilidade, conseguiu recursos para realizar, com êxito, o Encontro Nacional de Saúde da Mulher, em junho deste ano, em Brasília. Este talvez tenha sido o estopim da ensandecida vaidade do ministro que, apesar de todos os seus esforços contrários, via o órgão ligado à sua pasta manter uma relação democrática com setores da sociedade civil.

A resposta das mulheres ao gesto arbitrário do governo Sarney fez jus à tradição de luta do movimento feminista brasileiro. A renúncia das conselheiras restantes e do corpo técnico representou um raro gesto de dignidade num governo enlameado pelo fisiologismo e pela corrupção. E o ato de protesto em frente ao Palácio do Planalto, com mulheres de todo o Brasil, recebido a baionetas pela guarda pretoriana de Sarney, demonstrou a vitalidade e a combatividade de um movimento que já deu grandes contribuições à luta democrática em nosso país.

A ruptura com o atual CNDM é a única resposta possível a ser dada a essa situação. O Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

*Presidenta da União Brasileira de Mulheres

NAS ENTRELINHAS DA NOTÍCIA

Querem fazer da campanha um fantástico show de notícias

Clóvis Wonder

Os jornais e revistas da grande imprensa e a mídia eletrônica (rádio e TV) têm dedicado espaço para a campanha eleitoral tal qual pensam seus donatários. É só ver como o "Estadão" dedica matérias e mais matérias para o candidato do coração (ou do bolso) dos Mesquitas, Guilherme Afif Domingos, que tem tanta densidade eleitoral como Marranzinho, senão menos. Mas para o "Estadão" ele é um estadista (sem nenhum trocadilho) e por isso merece espaço.

O mesmo se pode dizer das organizações Globo, que praticamente construíram a candidatura e os altos índices do seu sócio alagoano, Fernando Collor. Mas os jornalões e as TVs não dedicam espaço apenas para seus apaniguados. Também sabem dividir e tergiversar em cima dos candidatos que não lhes interessam. É só ver o que fazem com o noticiário sobre Lula e a Frente Brasil Popular e com Roberto Freire, o filhote de Gorbachove.

À campanha de Lula, a grande imprensa dedica atenção especial para possíveis falhas e erros de aliados para criticá-la e espalhar a idéia de caos no Brasil se a Frente Brasil Popular chegar ao poder. E o espaço é sempre o mínimo possível. Se Lula levar dez mil pessoas a uma manifestação e o Collor duzentas ou Aureliano vinte, pode-se ter certeza que os dois terão mais espaço na mídia que Lula. E a matéria sempre será editada embaixo das páginas ou perdida no meio de outros noticiários políticos.

Já com Roberto Freire, o tratamento é outro. Consideram-no um "gênio", "o melhor candidato" como disse Sarney (só que melhor para Sarney é pior para o povo), e o tratamento dado a ele, assim como a Caiado, Afif e até Aureliano, é como se concorresse para realmente disputar e não só para dividir a esquerda e as forças populares. É hoje a

menina dos olhos da burguesia brasileira. E ele cumpre com inegável competência esse ridículo papel.

O pool da empulhação

Esse mesmo tratamento dedicado à campanha eleitoral, onde os candidatos da preferência dos donos do poder obtêm espaço na mídia principal do país, é repetido aos pequenos e médios veículos de comunicação através das agências noticiosas e do sistema de pool de cobertura, de que se servem essas mesmas agências. Vejam só o nome das agências que abastecem os pequenos e médios jornais, rádios e TVs do interior do país: Agência Estado, Agência Globo, Agência Folhas e Agência JB. Agora adivinhem de quem são essas agências?

Quando Lula dá uma entrevista em Brasília, os repórteres das agências estão presentes e enviam a matéria para suas sedes, no Rio de Janeiro e São Paulo. De lá, a notícia é trabalhada, ou seja, a ela é dada a importância que a agência acha que merece e enviada para jornais como Diário de Piripiri, Gazeta de Alagoas, Correio de Tocantins e por aí afora. Então, mesmo que os editores desses jornais sejam simpáticos a uma candidatura como a de Lula, são obrigados a publicar a matéria que receberam, pois não possuem correspondentes em Brasília.

Isso, fora o noticiário de TV ou rádio, que é todo produzido e editado nas centrais, ou seja, em São Paulo e Rio de Janeiro, e transmitido linearmente para todo o país.

Por isso, não se assustem quando virem nos jornais e na TV ou rádio, a repercussão da campanha eleitoral. Isso tudo faz parte de uma grande engrenagem para ludibriar e zombar do povo. Uma campanha eleitoral é algo muito maior que o noticiário sobre ela publicado na imprensa. Olhem de lado, conversem com o povo e aí sentirão o que realmente se passa.

A maratona de Lula em Sampa

O candidato da Frente Brasil Popular, Lula, cumpriu intensa maratona em São Paulo entre os dias 28 de julho e 2 de agosto. Juntamente com lideranças e dirigentes do PT, PSB e PCdoB, Lula compareceu a portas de fábricas, feiras-livres, bairros populares, estações de metrô e outros locais movimentados. Manteve contatos com seus companheiros de classe, os operários, na MWM, Mapri, Aliperti e Metal Leve. Lula fez comícios que reuniram centenas e algu-

mas vezes milhares de operários no Largo 13 de Maio, em Santo Amaro, São Mateus e São Miguel, na Zona Leste, no



Largo da Batata, em Pinheiros e em cidades da Grande São Paulo, como Osasco, Carapicuíba, Santo André e São Bernardo do Campo. O candidato e os dirigentes da Frente Brasil Popular fizeram um concorrido comício em São José dos Campos, importante cidade industrial onde se localiza a indústria aeronáutica. Durante estes dias de sua permanência em São Paulo, Lula participou ainda de um ato público contra a corrupção na Câmara Municipal de São Paulo.



Na foto superior, Lula conversa com populares em Santo André. Abaixo, o comício em S. Miguel

A meta do Rio é ganhar eleição

A combatividade de Lula, aliada à firmeza e amplitude do seu discurso, que reflete o pensamento de grandes parcelas do povo brasileiro e arranca aplausos e a admiração de quem o observa falar, somada com a brilhante participação do senador José Paulo Bisol foram os aspectos destacados dos comícios e debates promovidos no Rio de Janeiro e em Angra dos Reis nos dias 4 e 5 últimos.

A programação de Lula e Bisol (este último visita o Rio pela primeira vez na condição de candidato) foi extenuante mas alcançou alguns objetivos importantes. Começou com a inauguração do comitê da Frente Brasil Popular no centro da cidade, prosseguiu com uma visita à oficina de manutenção da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, seguindo-se uma visita ao Centro de Locomoção da mesma empresa. Encerrando o primeiro dia, Lula e Bisol participaram de uma caminhada pelo terminal de trens da Central do Brasil e de um comício na entrada da estação, além de um debate com trabalhadores das empresas estatais no anfiteatro da UERJ.

O segundo dia de Lula e Bisol foi todo dedicado ao muni-

cípio de Angra dos Reis, onde realizaram um programa numa rádio local, uma caminhada pelas principais artérias da cidade, um debate sobre as usinas nucleares, uma visita a bairros pobres e um comício.

A visita dos candidatos da Frente Brasil Popular às oficinas da CBTU foi carregada de simbolismos. Do alto de uma locomotiva, Lula e Bisol, acompanhados pelo deputado federal do PCdoB, Edmilson Valentim, e pelo presidente do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, Carlos Santana, discursaram emocionados. Bisol lembrou de suas raízes no Município de Santa Maria da Boca do Monte, no Rio Grande do Sul, onde nasceu e onde existe uma grande concentração de ferroviários, entre os quais os seus familiares mais próximos.

Antes de subir ao palanque improvisado, Lula parou diante de um torno mecânico e pôs-se a contemplá-lo, como que se lembrando dos 22 anos de intimidade com a máquina, que terminou por decepar seu dedo mínimo da mão esquerda. Ao iniciar seu pronunciamento, foi interrompido pela ma alusão à locomotiva e à Presidência da República: "Se um peão é capaz de construir e

pôr para funcionar uma máquina desta, é também capaz de administrar este país".

O candidato foi aplaudido delirantemente pelas centenas de operários que paralisaram momentaneamente seu trabalho para ouvi-lo. Lula denunciou que o governo acabou com o transporte ferroviário no Brasil "para facilitar os lucros das empreiteiras construtoras de estradas e da indústria automobilística".

O deputado federal do PCdoB, Edmilson Valentim, ao discursar na porta da Central do Brasil e no debate com os trabalhadores de empresas estatais, disse que a participação do seu partido na Frente Brasil Popular tem como meta principal ganhar as eleições e não simplesmente conquistar espaço político.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Lula declarou que vai ganhar o pleito e que essa será uma vitória dos trabalhadores. Bisol não fez por menos: "Não adianta escrever numa Constituição que todos têm direitos iguais, não adianta querer distribuir a cidadania igualmente por todos enquanto o Brasil da República emerge da burguesia". (Carlos Henrique Vasconcelos, da sucursal do Rio de Janeiro)

MANIFESTO DO PCdoB

União do povo contra as elites dirigentes

Aguinaldo Zordenoni

Ao povo brasileiro!
Aos trabalhadores!

Aproximam-se as eleições para presidente e vice-presidente da República. É um momento muito importante da vida nacional. Vão-se decidir os rumos do país. Quem governará o Brasil nos cinco anos vindouros? As classes dominantes que se encontram no governo há mais de cem anos, ou as forças populares que se unem para disputar o poder?

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que defende decididamente a democracia, a independência nacional e o socialismo, indica aos trabalhadores e ao povo em geral os nomes de Luís Inácio Lula da Silva e José Paulo Bisol, candidatos da Frente Brasil Popular, à Presidência e Vice-presidência no pleito de 15 de novembro. A vitória destes candidatos criará uma nova situação no país. A esquerda — representada pelo PT, PSB e PCdoB — alcançará o governo da nação. E adotará as medidas de profundidade que se fazem urgentes e necessárias para tirar o Brasil da crise e garantir um futuro de liberdade, progresso e justiça social.

Com as eleições de 15 de novembro, apresenta-se rara oportunidade aos que trabalham e criam as riquezas do país para opor-se conseqüentemente à política conservadora, reacionária e antinacional das classes dominantes. Os grandes empresários, os latifundiários, os banqueiros, os monopólios internacionais sempre fizeram a política que serve unicamente aos seus interesses, em prejuízo dos interesses dos trabalhadores e do povo.



Em sua última Convenção Nacional os comunistas oficializaram o apoio a Lula e Bisol

São os responsáveis pela gravíssima situação que vive o Brasil. Seu atual representante no Planalto, José Sarney, bate todos os recordes de uma orientação governamental desastrosa. Tudo está em crise. A inflação corrói a cada dia o valor dos salários. Há fome e miséria crescentes por toda parte. Mas a crise não atinge os ricos, os grandes capitalistas, que obtêm lucros elevados com a exploração dos trabalhadores e da nação.

Isso não pode continuar, precisa mudar. E não mudará se o eleito para a Presidência da República for qualquer dos candidatos das elites dirigentes. Chamem-se eles Ulysses, Aureliano, Maluf, Covas, Afif, Caiado, Fernando Collor. Ou mesmo

Brizola. Todos são comprometidos com os grandes capitalistas, as multinacionais, os senhores de terra. Eles mesmos são fazendeiros, industriais, membros do alto comércio, integrantes do sistema financeiro especulador. Todos pretendem, com maior ou menor desembaraço, manter o Brasil na dependência do capital estrangeiro. Por sua condição de classe, pelos interesses que defendem, por suas relações econômicas e financeiras — esses candidatos, ainda que fossem bem intencionados, não teriam condições para enfrentar e resolver em favor da grande maioria da nação as tremendas dificuldades criadas pelas próprias classes que eles representam.

O PCdoB considera chegada o ponto de derrotar os reacionários, as elites dirigentes do país. Com a criação da Frente Brasil Popular e a indicação de Lula e Bisol, surge a possibilidade real de fugir ao dilema de ter de escolher entre o pior e o menos ruim. A Frente representa os trabalhadores em geral, os operários, os camponeses, a pequena burguesia urbana, os intelectuais progressistas, os homens e mulheres que não se conformam que a imensa maioria da população de um território rico, como o nosso, viva em extrema pobreza, no atraso e na ignorância. Originários do povo, os candida-

tos da Frente só têm compromissos com o povo. É neles que se deve votar para bater nas urnas, no primeiro e no segundo turnos, as oligarquias retrógradas.

A Frente Brasil Popular é um projeto novo para o país, diferente, em todos os aspectos, do modelo falido das classes dominantes. Seu programa de 13 pontos contempla e prioriza as questões fundamentais do desenvolvimento progressista de nossa pátria. Enfrenta o latifúndio e o capital estrangeiro, os banqueiros internacionais, os grandes empresários associados àquele capital. Prega a reforma agrária e o fim do pagamento da dívida externa. Põe termo à tutela militar sobre a sociedade civil. Combate a corrupção, o roubo

impune dos dinheiros públicos, o descalabrô administrativo. Esse projeto tem por base o povo, a união do povo. Seu pleno êxito será assegurado pela participação organizada e consciente das grandes massas populares.

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB), sem abdicar do seu programa revolucionário — democrático, popular e socialista — está empenhado na vitória da Frente Brasil Popular. Porque a Frente expressa, em termos atuais, as exigências do desenvolvimento nacional. E cria condições para o avanço ulterior da sociedade brasileira.

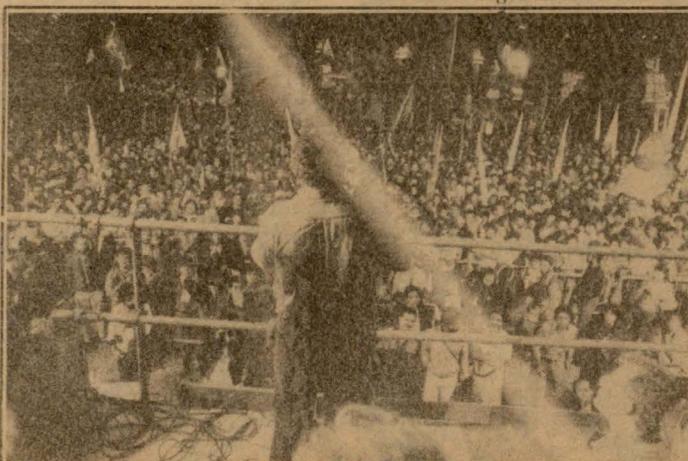
Consciente de que o Brasil vive um momento importante de sua história, o PCdoB conclama os trabalhadores da cidade e do campo, o povo pobre e explorado, a juventude, as mulheres, a inteligência progressista a integrarem o movimento eleitoral, democrático e libertador da Frente Brasil Popular para tornar vitoriosas as candidaturas de Lula e Bisol e mudar a fisionomia política, econômica, social e cultural do nosso país. Não há meio termo: ou se vota nos candidatos das classes dominantes e tudo continuará como até agora, ou se vota na esquerda democrática e popular, a FBP, rasgando horizontes novos de progresso e justiça social.

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) procurará reforçar e consolidar a unidade da esquerda e tudo fará para construir a união do povo que é a bandeira da esperança.

À luta pela vitória da Frente Brasil Popular!

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil

Aguinaldo Zordenoni



Lula fala no comício de lançamento da FBP em São Bernardo, dia 13 de maio



A campanha da frente está despertando o entusiasmo do povo

Duas mil Marias com Lula e Bisol

A campanha da Frente Brasil Popular ganhou no último dia 6 muitos pontos com a adesão das mulheres, formalizada num encontro com Lula e Bisol, que reuniu em São Paulo mais de duas mil ativistas de movimentos feministas e populares de todo o país.

José Reinaldo Carvalho

Contam as lendas dos gregos antigos sobre a existência de um famigerado salteador, chamado Procusto, que estendia suas vítimas num leito de ferro, cortando-lhes os pés quando o corpo era mais comprido que a cama e esticando-os quando eram mais curtos. Esta forma de adulterar artificialmente a realidade ficou conhecida como o Leito de Procusto.

As classes dominantes brasileiras, cujos crimes fazem parecer brincadeira de criança as ações malévolas do mitológico ladrão, inventaram uma nova versão do Leito de Procusto, nas pesquisas eleitorais e na cobertura que sua imprensa dá à campanha presidencial.

O noticiário está repleto nos últimos tempos de informações, editoriais, crônicas e comentários sobre a "posição consolidada" de Collor em primeiro lugar e a "queda livre" de Lula, candidato da Frente Brasil Popular, nos índices das pesquisas de opinião pública. Quem se orienta pelo noticiário e pelas análises superficiais pode perder o rumo, cair em desânimo e concluir que a batalha "está perdida".

Mas quem tem por referencial o que se passa nas ruas, esculta o povo, conhece suas inquietações e orienta-se não por pesquisas e noticiários pré-fabricados mas pela realidade objetiva do movimento de massas organizado, chega forçosamente à outra conclusão — precisamente a de que o único candidato que até agora concorre com alguma vantagem é ninguém menos que o operário e líder popular Luiz Inácio Lula da Silva, da Frente Brasil Popular, ao lado de seu companheiro de chapa, o senador gaúcho José Paulo Bisol.

Os recentes acontecimentos da luta sucessória em curso, que a grande imprensa não noticia, ou o faz de maneira distorcida, mostram que a campanha da Frente Brasil Popular está empenhada no esclarecimento político do povo, em sua organização e mobilização. E é aí onde reside a sua força latente que, logo, logo, se transformará em força real e alterará as posições apenas aparentes das candidaturas nas pesquisas.

O Brasil mulher

A Classe tem informado seu público leitor sobre as ações de massa da candidatura Lula-Bisol e assinalado o vazio político e a carência de respaldo organizado das outras candidaturas. Esse panorama mostra que o Procusto atual tem cortado os pés de Lula, diminuindo-lhe artificialmente os índices. Nos últimos quinze dias nenhuma outra campanha conseguiu organizar um ato de envergadura do que foi realizado no último dia 6 no Centro de Convenções do Anhembi (São Paulo) — o Encontro Nacional das Mulheres com Lula e Bisol. Mais de 2 mil mulheres de todo o Brasil fizeram o majestoso auditório Elis Regina do Centro Anhembi parecer minúsculo. Um ambiente bonito, alegre, entusiástico, descontraído e combativo predominou no auditório durante toda a tarde e início da noite de um frio domingo paulistano. Mais de 2 mil encantadoras Marias de trajés coloridos,

sorrisos francos e esperançosos nos lábios, bandeiras vermelhas nas mãos e flores lilases enfeitando cabelos loiros, morenos, negros e brancos. Uma ponderável amostra do novo Brasil "que a gente quer", do sofrido e lutador povo brasileiro. Talvez a mais simbólica, determinada e lúcida representação do Brasil moderno e popular.

Organizado pelos movimentos de mulheres do PT, PSB e PCdoB, com o apoio de destacadas entidades e personalidades feministas, o Encontro das Mulheres com Lula e Bisol foi antes de tudo um ato político. A metade mulher do Brasil compareceu ao Anhembi para apresentar suas propostas e reivindicações ao futuro governo democrático e popular e para o presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, o presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Eduardo Matarazzo Suplicy, a prefeita de Santos, Telma de Souza, a coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da administração popular de Porto Alegre, Jussara Cony, a dirigente nacional do PCdoB, Elza Monerat, a sexóloga Marta Suplicy, a vereadora Ireda Cardoso, do PT em São Paulo, e

uma representante da comissão de fábrica da De Millus.

O primeiro pronunciamento ficou a cargo da representante da direção nacional do PT, Rita Andréia, que enfatizou a luta "por um Brasil de homens e mulheres livres e iguais", denunciou a discriminação política, econômica e social da mulher e apresentou as propostas de seu partido para encaminhar a luta pela emancipação feminina.

Exigimos direitos

Em nome do PCdoB falou a deputada federal Lídice da Mata, entusiasticamente aplaudida quando enfatizou a necessidade da união do povo. Lídice considerou o encontro como "um grande momento para a Frente Brasil Popular, que incorpora em todo o país milhares de mulheres à campanha". A deputada baiana expressou a indignação das militantes comunistas e da Frente Brasil Popular com a "submissão da mulher a todo tipo de exploração, opressão e discriminação, da mulher trabalhadora, submetidas à crueldade do capitalismo, das negras, sujeitas além de tudo à discriminação racista, da mulher camponesa, submetida ao latifúndio". Dirigindo-se aos candidatos Lula e Bisol, Lídice disse: "Não viemos aqui somente para apoiar mas para dizer que abrimos, com a Frente Brasil Popular, a possibilidade de criar canais de participação política. Não viemos aqui para pedir, mas para exigir direitos", ressaltou a deputada comunista. Lídice concluiu seu vibrante discurso classificando a Frente Brasil Popular como "movimento esplendoroso, de união do povo para mudar a face do país" e considerando a chapa Lula-Bisol como a "candidatura da mulher brasileira".

Somos soldadas

Pelo PSB falou Kátia Borges. Alagoana, ex-vereadora da capital, Kátia fez a plenária vibrar com a garra nordestina.

"Viemos dizer a vocês, Lula e Bisol, que somos soldadas, que sempre estivemos à frente da luta política, e sempre fomos discriminadas". Kátia disse não acreditar nas pesquisas e manifestou a convicção de que "vamos ganhar as eleições porque a candidatura Lula-Bisol é a que representa os trabalhadores". A representante do PSB também arrancou muitos aplausos quando denunciou Collor como "o maior corrupto da história, de quem a Rede Globo quer fazer uma boa imagem".

Lembrando que a conquista da Prefeitura de São Paulo se deveu "à união das esquerdas e ao apoio das mulheres", também a prefeita Luiza Erundina garantiu que a Frente Brasil Popular "vai ganhar as eleições presidenciais, como resultado desses dois fatores". Erundina disse que os partidos da Frente Brasil Popular garantirão a "implantação de um projeto democrático e popular e progressista no país e assegurarão o espaço da mulher na sociedade, pois a transformação social supõe a libertação das mulheres".

Questões candentes

Antes dos pronunciamentos de Lula e Bisol realizou-se um debate, com base em questões enviadas por escrito à mesa, sobre as questões mais sentidas das mulheres. Representantes credenciadas do movimento feminista falaram sobre saúde da mulher, destacando a questão do aborto, educação, trabalho urbano e rural, discriminação à mulher negra, trabalho doméstico, violência, a imagem da mulher como ser que pretendem manter submisso e organismos institucionais para tratar da questão feminina.

Antiga servidão

O senador José Paulo Bisol trouxe para o encontro a sua experiência de jurista e de parlamentar que batalhou na Assembleia Nacional Constituinte pelos direitos da mulher. Saudou o encontro questionando: "Quem não reconheceria a legitimidade deste entusiasmo esufiante das mulheres?" O candidato a vice-presidente considerou que "ninguém conhece mais dolorosa e tragicamente a servidão do que a mulher, a mais antiga das servidões, que apareceu em todas as épocas da história, manifestada inclusive nas relações matrimoniais do mundo moderno." Bisol fez uma análise filosófica da opressão da mulher para concluir: "Um dos componentes filosóficos da dominação das classes dominantes é a dominação do homem. Por isso, quando surgem conflitos entre homem e mulher a justiça favorece o homem." Bisol afirmou que a chapa da Frente Brasil Popular representa a única alterna-



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

para a transformação estrutural do poder. Mas, acrescentou, "para ganhar as eleições temos que convencer os trabalhadores disso". Referindo-se à sua condição de candidato a vice-presidente, Bisol disse: "nunca tive maior orgulho do que ser candidato a vice de um operário".

Preparem o coração

Lula fez um discurso emocionante. "Vocês disseram tudo o que eu ia dizer. Isto não é ruim. É aí que está a originalidade deste encontro, as mulheres vêm aqui apresentar suas propostas aos candidatos a presidente e vice". Lula consi-

derou a discriminação à mulher um resultado da "opressão de classe". E se pronunciou a respeito das reivindicações que a mulher faz, a partir do trabalho. "É importante a mulher estar no mercado de trabalho mas não como força auxiliar para completar o salário do marido. A mulher tem tanta ou mais competência que o homem e apesar disso ganha de 50% a 60% do salário do homem". Lula denunciou o empresariado que tem difundido a "grande mentira de que a conquista da licença-maternidade de 120 dias está atrapalhando a mulher arranjar emprego, porque seria antieconômica".

O candidato da Frente Brasil Popular desmascarou a hipocrisia dos candidatos que vão à televisão dizer que "são contra o aborto porque são amantes a Deus e favoráveis à vida". Reafirmou sua posição de que o aborto é "questão de saúde pública e do foro íntimo da mulher" e defendeu a necessidade da educação sexual nas escolas. Demonstrando estar afinado com a modernidade, Lula disse ainda que "não construiremos a tão sonhada sociedade nova se não formos ousados para debater temas considerados tabus".

Sobre a campanha da Frente Brasil Popular, o candidato a

presidente disse estar confiante na capacidade da militância de esclarecer o povo e ganhar as eleições. "Estou convencido de que chegaremos ao segundo turno, preparem o coração porque vamos ganhar", enfatizou Lula. O candidato defendeu mais uma vez a unidade popular, "uma coisa sagrada para nós" e reafirmou a importância de ter Bisol como candidato a vice. "Bisol fez uma opção de classe".

No final de seu discurso Lula pediu a todos os presentes para fazer um minuto de silêncio em homenagem a uma "grande mulher", Eunice Paiva, viúva do deputado Rubens Paiva, assassinado pela dita-

dura militar, aludindo ao fato de que nos últimos dias um dos seus torturadores, o médico Amílcar Lobo, revelou à imprensa que seu corpo foi espartilhado.

O Encontro de Lula e Bisol com as mulheres homenageou ainda Margarida Alves, assassinada por latifundiários, e as operárias da De Millus, submetidas ao vexame da revista íntima à saída do turno de trabalho.

O Encontro das Mulheres com Lula e Bisol foi encerrado em clima de festa, ao som da música "Maria, Maria", de Milton Nascimento e Fernando Brant, gravada pela saudosa cantora Elis Regina.

Elas dizem o que pensam



apóio Lula porque ele representa os trabalhadores de nosso país. Os trabalhadores rurais esperam dele a reforma agrária e melhores condições de vida no campo.

(Elizabete Teixeira — Conselho de Direitos Humanos para Paraíba, viúva do dirigente histórico das Ligas Camponesas, João Pedro Teixeira, assassinado

pelos latifundiários)

A luta pela reprodução é uma das principais lutas da mulher. Estamos pagando com o próprio corpo as discriminações, com abortos clandestinos e esterilizações. Como disse o Lula, o aborto é uma questão a um só tempo de saúde pública e de foro íntimo. Lutamos pela descriminalização do aborto. (Carmen Barroso — Comissão Nacional de Direitos Reprodutivos, socióloga, professora da USP e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas)



A união dos partidos da Frente Brasil Popular demonstra que só eles têm organização e mobilizam o povo nas questões mais candentes do país, como a da mulher. A energia de um encontro como este aumenta o fôlego da campanha, demonstra que é principalmente o exército de mulheres que vai virar a eleição. Tenho certeza de que é a mulher quem vai garantir a vitória do Lula. Chegaremos ao segundo turno. Eu, como militante e como prefeita, considero que minha principal tarefa é a campanha eleitoral. Vou me empenhar nisso, não só em comícios mas também procurando convencer as pessoas individualmente. (Telma de Souza, prefeita de Santos-SP, do Partido dos Trabalhadores)



As mulheres vão apoiar Lula e Bisol porque a luta pela emancipação das mulheres está ligada à luta de nosso povo por uma sociedade nova. Por isso, vamos escolher o melhor candidato e rejeitar todos os pretensos príncipes encantados. Estamos confiantes num governo que aposte na participação política e na valorização da mulher. (Lidice da Mata — Deputada federal, PCdoB-BA)



Os partidos que têm proposta para o movimento de mulheres no Rio de Janeiro são o PT e o PCdoB. Esses partidos têm inserção na massa feminina como força organizada. Estamos desenvolvendo a campanha pela politização do voto feminino, com a palavra de ordem: "Mulher, seu voto não tem preço. Vote pela igualdade". (Vera

Garcia — Secretária-geral da União de Mulheres do Estado do Rio de Janeiro)

Força, garra e sonho. Este é o espírito do Encontro das Mulheres da Frente Brasil Popular com Lula e Bisol. Nele apresentamos aos nossos candidatos as nossas propostas e reivindicações. Mostramos que nós mulheres estamos cada vez mais presentes nas lutas do povo brasileiro. Fizemos isso de forma aberta, descontraída, como é próprio dos encontros de mulheres, para dizer que temos força para lutar em casa, no trabalho, nas ruas, por um cotidiano sem discriminações. (Nair

Barbosa Guedes — Ex-conselheira do CNDM e membro do Diretório Nacional do PSB)



Como todas as brasileiras, as gaúchas têm tradição na luta de libertação. Entendem que somente numa nova sociedade será possível a emancipação feminina e a libertação do povo. A Frente Brasil Popular é um passo importante para conquistar um governo democrático, comprometido com as lutas do povo e das mulheres. Somos testemunhas do compromisso de Bisol, desde sempre, com a luta das mulheres, o que se refletiu no seu brilhante trabalho na Assembleia Nacional Constituinte. (Jussara Cony — Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da administração popular de Porto Alegre)



O movimento de mulheres do PSB está em fase de organização. No Rio Grande do Sul, a repercussão da Frente Brasil Popular entre as mulheres tem sido maravilhosa, pois constitui mais um espaço de trabalho para a mulher e um espaço para sua valorização. O fato de o candidato a vice-

presidente ser o senador José Paulo Bisol, do PSB, é para nós excelente. A candidatura de Bisol enseja a organização das mulheres gaúchas, o que ajuda bastante a aproximação das mulheres à Frente Brasil Popular. (Cecília Acosta de Araújo — Movimento de Mulheres do PSB-RS)



A população feminina do Rio Grande do Sul se tornou mais sensível à proposta da Frente Brasil Popular a partir do momento da incorporação de Bisol à frente. Estamos felicíssimas também com a integração entre os militantes dos partidos de esquerda. É interessantíssimo trabalhar em unidade. (Jaqueline Souza — Movimento de Mulheres do PSB-RS)



Junto com as mulheres dos demais partidos, estamos organizando comitês de mulheres da Frente Brasil Popular, com o objetivo de fazer com que as mulheres entendam essa frente como uma conquista também nossa. E que compreendam que a candidatura Lula-Bisol representa também a luta pela libertação da mulher. O comitê de mulheres da Frente Brasil Popular de Porto Alegre está em pleno funcionamento e tem grande potencial de se desenvolver. (Terezinha Vergo — Presidenta da União de Mulheres de Porto Alegre)

As mulheres goianas estão com a Frente Brasil Popular. Acreditam que a candidatura Lula-Bisol representa os anseios de todo o povo brasileiro e, portanto, também das mulheres. Somente uma transformação conduzida à emancipação da mulher. (Gerley Pereira — Centro Popular da Mulher-GO)

Manifesto das mulheres

No encontro com Lula e Bisol as mulheres da Frente Brasil Popular lançaram o manifesto que publicamos abaixo na íntegra

Cada vez mais as mulheres estão presentes nas ruas, nos movimentos populares, no trabalho, nas escolas, nos sindicatos, nas lutas do campo e da cidade.

No dia-a-dia lutando por dignidade, liberdade e reconhecimento de uma igualdade que ainda não é nosso direito, rompemos as amarras da sociedade autoritária e machista, conquistamos espaços de participação, com nossa voz, nosso sonho, nossa garra de construir um mundo novo.

Nesse caminho encontramos formas violentas e sutis de discriminação, opressão e exploração. Um país onde milhares de mulheres morrem em virtude de parto e aborto, por falta de assistência médica; onde quase metade das mulheres são esterilizadas; onde a maternidade é um empecilho para o acesso ao trabalho; onde as mulheres são vítimas silenciadas da violência sexual e doméstica. Um cotidiano onde arcamos com o peso do trabalho doméstico, a dupla jornada de trabalho, a falta de creches para os nossos filhos, os salários inferiores aos dos homens.

Discriminadas porque somos mulheres, exploradas porque vivemos num país go-

vernado por elites que alimentam o grande capital com o suor dos trabalhadores e trabalhadoras, nós, mulheres, dizemos:

Não é este o Brasil que a gente quer!

Neste momento em que o país se mobiliza para escolher o presidente da República, depois de 30 anos, nós, mulheres, temos o compromisso de exigir a presença de nossas reivindicações nestas eleições presidenciais.

Uma candidatura que se comprometa com a criação de um organismo que elabore políticas públicas, articule com outros ministérios e proponha medidas de combate a toda forma de discriminação e opressão em relação ao trabalho, à violência, ao trabalho doméstico, à educação e à saúde.

Um governo que se comprometa com a construção da igualdade social e econômica entre homens e mulheres e a plena cidadania cultural e política.

Estamos com Lula e Bisol pelo Brasil que a gente quer. Um Brasil sem discriminações e opressão. Sem exploração.

Um Brasil de mulheres e homens livres e iguais.

Brasil urgente! Lula presidente!

Festa popular na campanha gaúcha

As câmeras das grandes redes de televisão não deram nenhum "close" e os flashes não pipocaram sobre os rostos das 4 mil pessoas que estiveram no Parque da Redenção, em Porto Alegre, no dia 30 de julho, para participar da festa da Frente Brasil Popular.

Lula e Bisol ficaram "encailhados" no aeroporto em São Paulo, devido ao mau tempo, segundo informou o prefeito da capital gaúcha, Olívio Dutra. Mas a ex-vereadora e membro do Diretório Regional do PCdoB no Rio Grande do Sul, Jussara Cony, avisou: "Não adianta ter jatinho particular para viajar todo o Brasil. Não adianta o bebê Johnson da Globo pedir a bênção

do imperialismo, dos banqueiros do Citibank, da Margareth Thatcher e do Papa João Paulo. Não adianta porque aqui está o povo, os homens, as mulheres e a juventude deste país. Aqui está a Frente Brasil Popular".

Ecoava na Feira do Bonfim, por volta do meio-dia a palavra de ordem: "Juventude sai na frente, com o Lula presidente" e o senador do Partido Socialista Brasileiro, Jamil Hadad, falou do papel importante que "a juventude tem a cumprir na luta árdua que se apresenta, pois serão os dirigentes desta nação". Falaram também Júlio Cesar Prates, do Partido Verde, e o deputado estadual do PT, Raul Pont,

que assinalaram a necessidade de "luta e garra dos militantes para ganhar a eleição".

O líder dos camponeses gaúchos nos anos 60, o popular "João Sem Terra", João Machado dos Santos, que durante duas décadas de ditadura foi na clandestinidade Moisés Manuel da Silva, afirmou que a Frente Brasil Popular "é a demonstração da força do povo, que não está satisfeita com a corrupção do governo Sarney e da classe repressora".

Rio Grande

No dia 4 de agosto foi lançada a campanha da Frente Brasil Popular na cidade portuária de Rio Grande (RS), num

ato público que lotou as dependências da Câmara Municipal. Participaram dirigentes estaduais dos partidos da frente — Raul Carrion (PCdoB), Jorge Buschgui (PT), Glênio Argemi (PSB) —, os vereadores do PT de Porto Alegre, João Motta e Adroaldo Correa, o vereador do PCdoB em Pelotas, Luiz Carlos Matozzo e lideranças políticas locais, destacadamente o vice-prefeito Ademir Cassartelli (PCdoB), e os vereadores Vladimir Guimarães (PCdoB), Clóvis Ramos (PT) e Lindomar Rodrigues (PSB). O ato contou ainda com numerosa presença de lideranças do movimento sindical, popular e co-

Um dos depoimentos de maior importância foi o do presidente do Sindicato dos Conferentes, Mário Gomes, que afirmou que mesmo não sendo filiado a nenhum dos partidos da Frente Brasil Popular, vai fazer campanha, "pois não vejo outra saída para o Brasil senão a candidatura Lula-Bisol." Ele declarou ainda que o Brasil não pode continuar pagando a dívida externa, sendo apoiado em seguida pelo presidente da Associação de Moradores do Parque Mar-luz, Sérgio Leal, que se pronunciou no mesmo sentido.

(Adriana Baldissarelli, da sucursal do Rio Grande do Sul)

Erundina faz campanha no Pará

Na última semana de julho, a Frente Brasil Popular deu uma demonstração de vitalidade em Belém, com a visita à capital paraense da prefeita de São Paulo, Luiza Erundina.

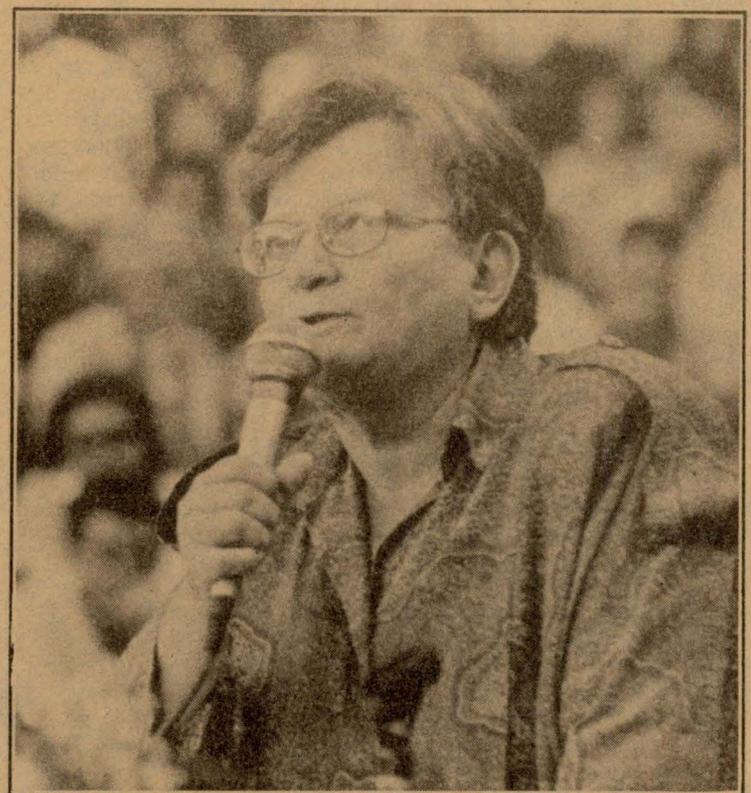
Os partidos da FBP organizaram uma calorosa e combativa recepção à prefeita de São Paulo, com a presença de centenas de pessoas para recepcioná-la com faixas, cartazes, batucadas e palavras de ordem saudando a chapa Lula-Bisol e a união do povo.

Num palanque improvisado no aeroporto, Luiza Erundina

fez um discurso. Lembrou a experiência das últimas eleições municipais em São Paulo, "onde o povo se uniu para derrotar as elites. Destacou a seriedade dos partidos integrantes da Frente Brasil Popular, "partidos que estão na luta junto com o povo" e ressaltou a "abnegação dos militantes desses partidos". Erundina criticou as pesquisas como "compradas e manipuladas pelas elites" e conclamou os militantes a não se deixarem influenciar por elas.

Participando do XI Encontro

Nacional dos Estudantes de Serviço Social, a prefeita de São Paulo falou do momento "importante e crítico que vivemos". Insistiu na necessidade de eleger Lula e destacou que para aplicar o programa da Frente Brasil Popular será necessário o respaldo de um amplo movimento de massas. Finalizando, Erundina afirmou que "a luta nestas eleições não é de um candidato contra outro, mas de uma proposta contra outra, de um programa contra outro". E ainda que "a eleição de Lula será apenas o começo".



A prefeita de São Paulo foi ao norte do país apoiar a FBP

Curtas da campanha

A campanha da Frente Brasil Popular está ganhando corpo no Distrito Federal. Na semana passada, a coordenação regional da frente realizou um debate sobre o programa de 13 pontos, com a presença do candidato a vice-presidente da Frente Brasil Popular, José Paulo Bisol, e dos deputados federais Aldo Arantes, do PCdoB, José Carlos Sabóia, do PSB, e Genoíno Neto, do PT. O auditório do Centro de Convenções de Brasília ficou superlotado, com a presença de mais de 800 pessoas.

O debate foi uma atividade preparatória para o grande comício da chapa Lula-Bisol que se realiza quarta-feira dia 9 (quando esta edição está sendo impressa), no estacionamento do Setor de Diversões Sul de Brasília, marcando a definitiva ida às ruas da campanha da Frente Brasil Popular. Além do comício, o dia 9 assinala ainda a inauguração do comitê

da Frente Brasil Popular do Distrito Federal.

O senador José Paulo Bisol visitou Santa Catarina nos dias 25 e 26 de julho. Em Campo Erê, no Oeste do Estado, o candidato à Vice-presidência da Frente Brasil Popular participou das comemorações do Dia do Colono. Na capital, Florianópolis, debatem as propostas da frente com mais de 400 estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina.

O candidato a vice-presidente da Frente Brasil Popular voltou a destacar a importância do trabalho militante nesta campanha. Ele aproveitou também para frisar que a candidatura Lula-Bisol é a única com vínculos reais com o povo trabalhador. Bisol declarou ainda que não há nenhuma resistência a seu nome como companheiro de chapa de Lula e até mesmo personalidades

não ligadas aos partidos da Frente Brasil Popular estão dispostas a apoiar a chapa Lula-Bisol.

A campanha da Frente Brasil Popular expande suas atividades no Espírito Santo. Depois de realizar diversos encontros de coordenação geral, os partidos que a compõem — PT, PCdoB e PSB — montaram as comissões que levarão a todo o Estado as orientações da frente. Toda uma programação já está montada para colocar imediatamente em funcionamento 17 comitês da Frente Brasil Popular e preparar a visita de Lula e Bisol ao Estado.

Além das atividades realizadas na capital, Vitória, a Frente Brasil Popular tem agilizado sua ação nos municípios de Vila Velha, Serra, Pinheiro e Cachoeiro do Itapemirim, com debates sobre o programa de 13 pontos, atividades culturais

e festas para arrecadação de fundos.

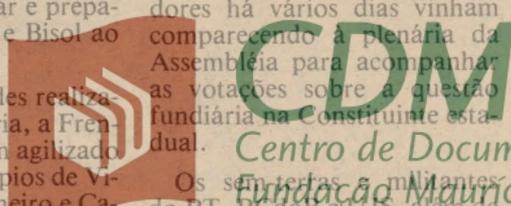
A visita do candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, ao Estado do Espírito Santo gerou um grande tumulto nas dependências da Assembleia Legislativa no dia 1 de agosto. Tudo começou quando o presidente em exercício da Assembleia, deputado Hugo Borges (PMDB), suspendeu a sessão e mandou esvaziar a plenária onde se concentravam dezenas de trabalhadores sem-terra, a fim de dar início à recepção a Collor. Os trabalhadores há vários dias vinham comparecendo à plenária da Assembleia para acompanhar as votações sobre a questão fundiária na Constituinte estadual.

Os senhores e militantes do PT, PCdoB e UJS, além de diversas lideranças sindicais, começaram a gritar: "O povo não é bobó, fora demagogo",

enquanto eram empurrados pelos seguranças da Casa.

Quando chegaram às escadarias externas da Assembleia foram hostilizados e agredidos por um punhado de "colloristas" que se concentravam do lado de fora. Durante 20 minutos houve pancadaria entre os sem-terra e militantes da Frente Brasil Popular, de um lado, e os agressores colloristas e seguranças da Assembleia, de outro. Collor de Mello e seu "staff", que assistiam a tudo de longe, decidiram cancelar a visita.

Os preparativos da visita de Collor foram marcados pela colocação de out-doors em vários pontos da cidade, num período em que esse tipo de propaganda é proibido. Diversas pessoas, irritadas com o abuso do poder econômico, pintaram sobre a foto de Collor um bigodinho à la Hitler (*Das sucursais*).



O culpado é o mordomo

A cada dia que passa novas revelações sobre escândalos e falcatruas cometidos por Fernando Collor de Mello mostram à opinião pública brasileira a verdadeira face do pretenso caçador de Marajás.

Se essa velha fórmula de filme policial conseguir convencer os incautos, o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, talvez consiga escapular do mais recente escândalo envolvendo seu tumultuado período (1987-1989) como governador de Alagoas.

O mordomo, no caso, é Hans Lisboa, que serviu a Collor no Palácio do Governo alagoano. Ele é um dos que embolsaram as mais polpudas quantias extraídas da "verba secreta", uma estranha conta do Erário alagoano, largamente movimentada enquanto Collor foi governador.

A "verba secreta" era um dos mais bem guardados segredos de Collor. A conta ficava à disposição do governador, para gastar à vontade sem prestar contas das despesas. Foi criada no tempo dos governadores biônicos, durante a ditadura. E Collor a usou com desenvoltura. Nos dois últimos meses, o Tribunal de Conta de Alagoas resolveu requerer as contas da "verba secreta" e, ao verificar os gastos, espantou-se. O escândalo acabou "vazando" e finalmente veio à tona, segunda-feira passada, na "Folha de S. Paulo".

Só entre janeiro e maio deste ano (os últimos quatro meses e meio de seu governo), Collor de Mello gastou o equivalente a 1 milhão e 100 mil dólares nesse tipo de pagamentos, sem precisar justificar a origem. Sabe-se apenas os nomes de pessoas ou firmas que receberam dinheiro "secretamente". Foram floriculturas, restaurantes, elementos do círculo íntimo do ex-governador, parentes de sua esposa, lojas de roupas, bufês e até jornalistas, além do mordomo. O Instituto Vox Populi, que tem divulgado as pesquisas mais favoráveis a Collor, também ganhou dinheiro da "verba secreta".

Só em roupas, no curto período de quatro meses e meio, Collor gastou NCz\$ 259.480,00, o que daria para pagar, em dinheiro de hoje, os salários de quase 1.200 médicos ou engenheiros do Estado, no nível de arrocho em que se encontram. Enquanto os salários do funcionalismo alagoano permaneciam congelados nos níveis mais baixos de que se tem notícia em Alagoas, o mordomo Hans Lisboa nadava em dinheiro: os pagamentos efetuados em seu nome, de janeiro a maio de 89, totalizam em valores atuais nada menos que NCz\$ 64.570,00, ou uma média superior a Cz\$ 13 mil por mês, um salário de marajá, e com vantagens: segundo o Tribunal de Contas apurou, Hans recebia em regime semanal, sem precisar esperar o fim do mês (os servidores recebiam com atraso de até dois meses), e sem descontar imposto de renda nem Previdência Social — dinheiro vivo, passado por debaixo do pano. Tudo isso, claro, afóra o salário normal que recebia. Para que tanto dinheiro, não se sabe. A verba era secreta, o governador nunca explicou.

Não adianta botar a culpa só no mordomo. Collor de Mello na verdade usou e abusou dos cofres públicos — para tudo, menos para resolver os problemas do Estado. No caso dos gastos sem prestação de contas, ele foi pródigo: de janeiro a março, a dotação orçamentária original da "verba secreta" foi aumentada, através de sucessivas suplementações, em nada menos que 5.276% enquanto a inflação no mesmo período foi de 120%. Em valores corrigidos, Collor gastou, em quatro meses e meio, NCz\$ 2 milhões e 460 mil sem prestar contas — um valor bastante superior à dotação de várias secretarias de Estado para o ano inteiro. E sem precisar apresentar notas fiscais, recibos ou qualquer outro comprovante: bastava relacionar nomes de pessoas ou firmas, e os valores pagos.

No início do governo Collor, deputados estaduais de oposição tentaram abolir a "verba secreta" ou obrigar o governador a, pelo menos, prestar contas periódicas de seus gastos. Collor valeu-se da maioria de deputados que o apoiavam para rejeitar o projeto.

Negócio da China

O caso da "verba secreta" é apenas um, entre os vários tipos de falcatruas no governo Collor.

Pouco a pouco as proezas do ex-governador vão se tornando conhecidas da população — e não é à toa que Collor recusa-se a comparecer aos debates com outros candidatos na televisão. Ele sabe que nos debates os escândalos seriam denunciados — e no seu "staff" de campanha isso causa arrepios de pavor. Por enquanto ele continua sendo o "menino mimado" das grandes redes de TV, que protegem a imagem criada pela propaganda. Não é para menos: Collor é do meio; é sócio e protegido de Roberto Marinho, o dono da Rede Globo.

Uma transação altamente suspeita — e bastante vantajosa para a Organização Arnon de Mello, o poderoso grupo de empresas de comunicação pertencente a Collor de Mello — foi feita com o Banco do Estado de Alagoas durante seu governo, e acabou sendo um dos motivos que levaram à quebra do Banco em novembro de 88.

O negócio foi simples: as empresas de Collor deviam ao Banco do Estado, em valores convertidos, algo em torno de 250 mil dólares. Não tinham dinheiro ou preferiam não gastá-lo pagando dívidas com o Banco Estadual. Collor, então, mandou que o banco aceitasse a proposta da organização — um verdadeiro "negócio da China" para suas empresas. O valor total da dívida (vencida há mais de um ano) foi quitado através de propaganda do Banco do Estado veiculada nas emissoras e jornais da organização. Com um detalhe: a dívida não foi corrigida, enquanto a propaganda era cobrada a preços atualizados. Assim, a dívida foi rapidamente amortizada, entre agosto e setembro de 88. As empresas de Collor foram "perdoadas" de juros, multas e correção monetária. Em novembro, o banco foi fechado por uma intervenção do Banco Central.

Como se sabe, esse negócio esperto não foi a causa única, nem a principal, da falência do Banco do Estado de Alagoas no governo de Collor. O "rombo" maior foi causado pelos usineiros alagoanos, que deram um calote monumental numa dívida de 130 milhões de dólares, até hoje não quitada em um centavo. E Collor, que prometera, no início de seu governo, cobrar essa dívida de qualquer forma, acabou fazendo

o contrário: aliou-se aos usineiros e assinou com eles dois acordos escandalosos para devolução de ICM, que transformaram o Estado de credor, e devedor dos "barões do açúcar" pelos próximos dez anos.

A procuradora-substituta do Estado, Eveline Cox, que foi pressionada a assinar o segundo acordo em nome do Estado, confesso mais tarde, entre crises de choro, durante depoimento na CPI da Assembléia Legislativa, que assinara o acordo sem saber do que se tratava. "Só me deram a última página e mandaram que eu assinasse por ordem do governador, garantindo que estava tudo limpo", disse ela. O depoimento encontra-se gravado na Assembléia. O procurador titular, Daniel Quintela, havia pedido demissão logo após o primeiro acordo, denunciando o caráter lesivo da negociação para os cofres do Estado.

De um bolso para o outro

Ainda na área das comunicações, Collor de Mello mostrou que é "do meio", manipulando com desenvoltura as verbas públicas em proveito próprio e, ao mesmo tempo, engordando o caixa das empresas de sua família.

Durante todo o seu período de governo, os meios de comunicação de Alagoas (e outros de fora do Estado) foram inundados com propaganda de Collor, exaltando seus "feitos". Nos últimos quatro meses do mandato, e sobretudo nas semanas finais, o então governador promoveu uma verdadeira avalanche de procuração pessoal, violando a própria Constituição.

Conseguiu-se apurar que foram gastos, de janeiro a maio deste ano, mais de 3 milhões de cruzados novos em publicidade, segundo as contas apresentadas pela própria Secretaria de Comunicação do Governo. Desse total, a parte do leão — mais de 85% — foi abocanhada pela Organização Arnon de Mello. Ou seja, Collor tirava dinheiro do bolso direito e colocava no bolso esquerdo... Ficava tudo em família.

A agência de propaganda que monopolizava a conta do Estado é

a "Consuma", que fez a campanha eleitoral de Collor em 86. Um dos sócios da "Consuma" é Cláudio Humberto Rosa e Silva, que vem a ser o ex-secretário de Comunicação do governo Collor e hoje é o assessor de imprensa do candidato do PRN na campanha. Rosa e Silva faz parte do seletivo grupo dos "novos marajás" de Collor, auxiliares próximos do ex-governador que acumularam fortunas em pouco tempo graças à influência no governo.

"Adotado" pelo FMI

As sucessivas revelações de irregularidades no governo Collor — que já vinham sendo denunciadas há algum tempo pelas entidades populares e partidos de esquerda de Alagoas — tornam mais claro, para boa parcela da população, o fato de que Collor de Mello não é nenhuma novidade: trata-se de mais um espertalhão que ambiciona abocanhar o poder no país. Com uma perigosa diferença: sua propaganda, cuidadosamente planejada, sustentada por um poderoso esquema financeiro e pela maior parte da grande imprensa burguesa, tem conseguido até aqui iludir a boa-fé de significativas parcelas do eleitorado que permanecem mal informadas sobre a farsa "moralizante" do candidato do PRN.

Mais recentemente, sentindo o chão seguro sob seus pés, Collor vai mostrando sua verdadeira face. Através de "recados" sutis ou ostensivos na imprensa, ele emite sinais aos magnatas daqui e de fora, para mostrar que é o "candidato de confiança" das elites, o homem que, se chegar à Presidência, tratará o poder econômico com todo carinho — ou seja, quer é manter tudo como está, desde a concentração das riquezas até a submissão ao FMI. Seus acenos já vêm recebendo respostas: os bancos estrangeiros credores têm declarado — e a imprensa burguesa se apressa em abrir manchetes elogiosas — que a liderança de Collor nas pesquisas tranquiliza o FMI, o Citibank, o Chase, o Morgan Trust... Collor de Mello foi "adotado", definitivamente, como o candidato do grande capital nacional e estrangeiro.

(Sucursal de Alagoas)

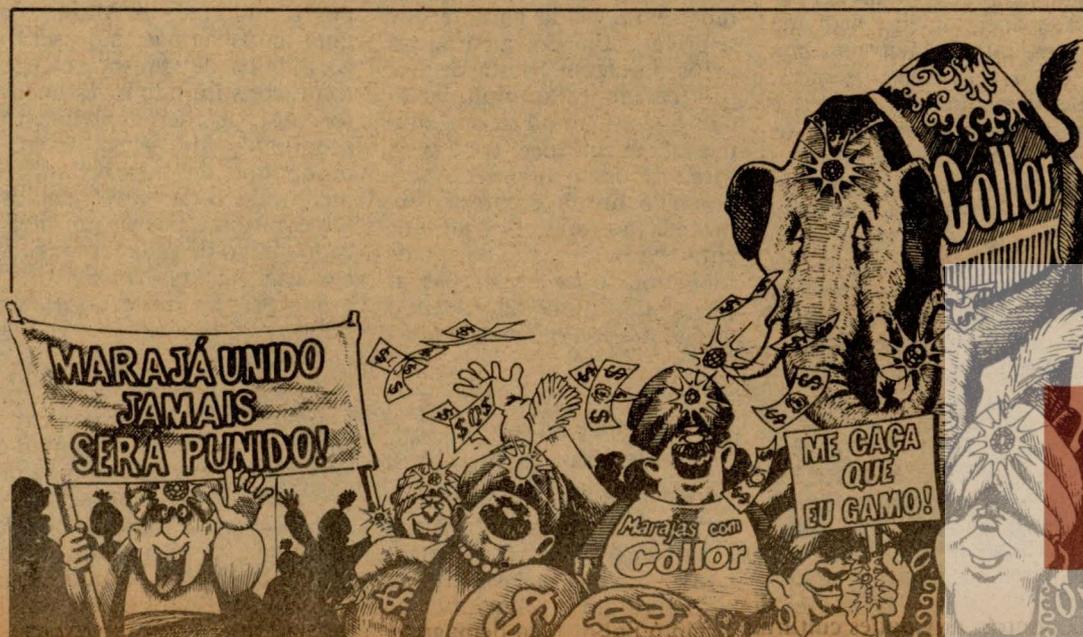
O anti-palestino Collor

As declarações de Fernando Collor no Clube Hebraica de São Paulo, semana passada, causaram indignação nos diversos setores da opinião pública que reconhecem o direito do povo palestino à sua autodeterminação e aos seus territórios. Collor elogiou as invasões e ocupações de Israel e a política belicista do governo de Tel-Aviv. "Os territórios conquistados por Israel não podem ser perdidos", afirmou o candidato. Disse também que, se eleito, não reconhecerá a representação da OLP no Brasil.

No último dia 8, da tribuna do Congresso, o deputado federal Eduardo de Moraes, sob o nome da Fundação de Defesa da Democracia, condenou a posição de Collor, que considerou tão danosamente racista

quanto a de Hitler em relação aos judeus. Reafirmando a total solidariedade do PCdoB ao povo palestino, Bomfim disse que as declarações de Collor equivalem a defender o verdadeiro genocídio que Israel vem praticando no Oriente Médio.

Em São Paulo, por iniciativa dos vereadores Aldo Rebelo e Vital Nolasco, do PCdoB, está circulando na Câmara Municipal de São Paulo um abaixo-assinado de repúdio às declarações antipalestinas de Collor, o documento está obtendo ampla adesão. Pronunciando-se de maneira contundente no plenário da Câmara sobre o assunto, além de corrigir e descuradamente a posição de Collor, a Câmara Municipal de São Paulo reconheceu a posição da sociedade brasileira de reconhecimento da OLP.



Mafersa, outra estatal ameaçada

Foto: Alberto William

Luiz Antonio Paulino*

A tentativa de privatizar a maior empresa brasileira de material ferroviário ameaça conquistas importantes da tecnologia nacional, e prejudica uma eventual mudança do modelo de transporte adotado pelo país.

No último dia 29 de julho, o governo federal, através do Conselho Federal de Desestatização, publicou edital nos principais jornais do país retomando o processo de privatização da maior empresa de material ferroviário do país, a Mafersa.

Há mais de dez anos, o governo federal vem tentando privatizar essa empresa, até agora no entanto sem sucesso.

Em 1982, por exemplo, a empresa só não foi privatizada porque o Tribunal de Contas da União julgou ilegal o negócio realizado, considerando o empresário que havia vencido a concorrência "sem dimensão econômica compatível com a pretendida aquisição".

Tentativas passadas fracassaram devido à ação dos operários

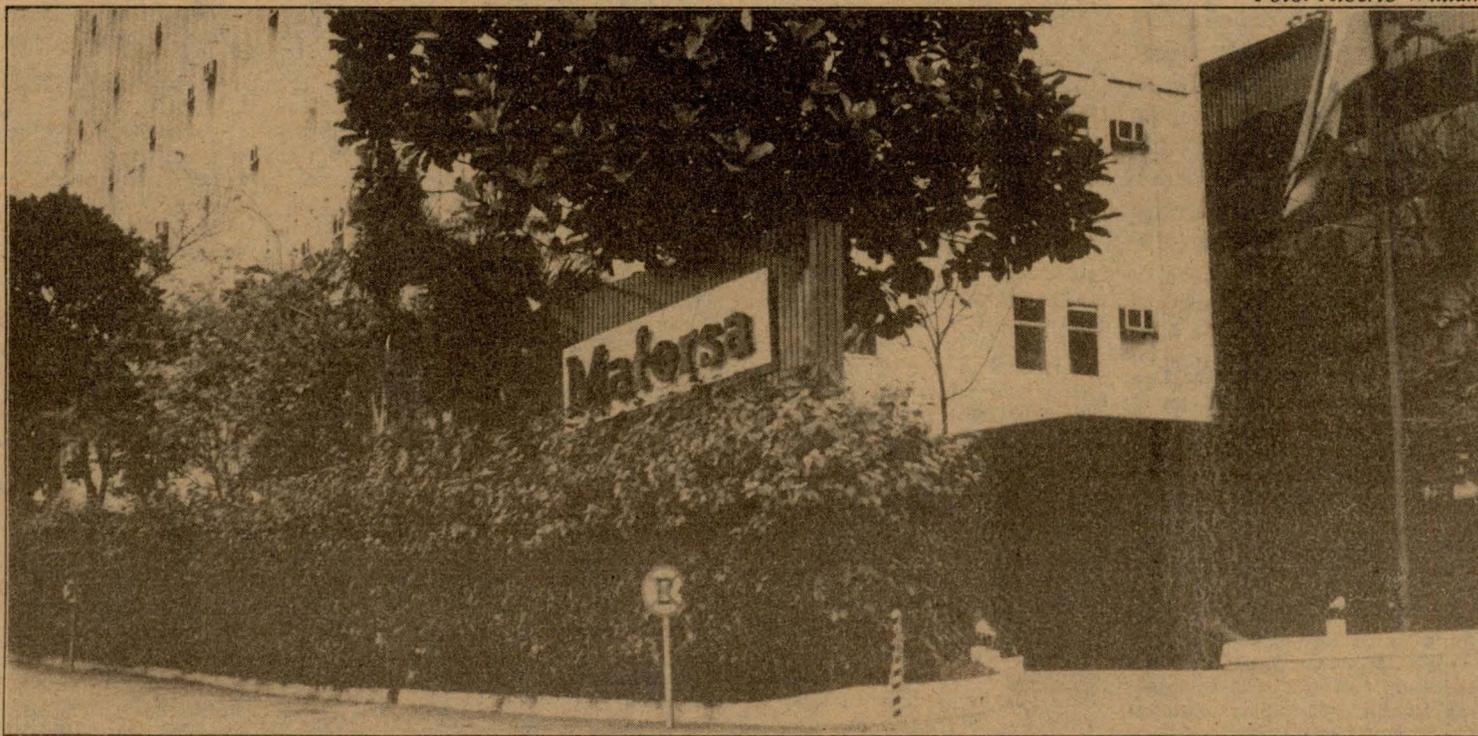
Este desfecho no entanto só foi possível na ocasião devido a intensa mobilização dos trabalhadores da Mafersa e de diversos sindicatos que denunciaram amplamente que tal operação era lesiva aos interesses nacionais, inclusive porque o controle acionário da empresa poderia estar sendo passado às mãos do capital estrangeiro através de algum "testa de ferro" por um valor que sequer correspondia ao valor patrimonial da empresa.

Seguindo o mesmo caminho dos governos militares na orientação da política econômica, o governo Sarney volta à carga, tentando privatizá-la a qualquer preço antes de encerrar seu mandato.

O principal argumento que o governo apresenta à opinião pública para justificar a privatização das empresas sob seu controle, inclusive a Mafersa, é o combate ao "déficit público". Ele alega que o financiamento do déficit, seja através da emissão de moeda, seja pela venda de títulos da dívida pública, alimenta ainda mais a fogueira inflacionária.

Está implícita nessa abordagem a idéia de que as estatais as principais responsáveis pelo déficit do governo. Isso, no entanto, não é verdade nem no caso da Mafersa, nem no de nenhuma outra das grandes estatais na mira do governo.

Os dados disponíveis demonstram que as mais impor-



Fábrica da Mafersa, em S. Paulo. Daqui saem os trens para os metrô de todo o país.

tantes empresas estatais apresentam resultados operacionais positivos, mesmo levando-se em conta a enorme defasagem de preços e tarifas a que são submetidas pelo governo.

Observa-se, por exemplo, que ao longo do período 1980-1987 as atividades operacionais das empresas estatais geraram excedentes entre 1,35 e 2,30% do PIB apesar de entre janeiro de 1979 e dezembro de 1984, por exemplo, ter havido uma redução de 50% nos preços reais dos produtos siderúrgicos, de 40% na tarifa média da energia elétrica e de 60% nas tarifas telefônicas. Evidentemente, os arautos da privatização nada dizem a respeito destes fabulosos subsídios que o setor privado da economia recebe do setor estatal, cujo custo é descarregado sobre os de toda a sociedade.

Direita deturpa causas verdadeiras do déficit público

O chamado déficit das empresas estatais surge quando acrescentamos ao seu resultado operacional (receita própria menos despesa corrente) as chamadas "despesas de capital" e certamente o item que mais pesa nessas despesas é o pagamento das dívidas dessas empresas, principalmente sua dívida externa.

O que não se diz é que o recurso ao financiamento externo por parte das estatais foi praticamente uma imposição do governo federal.

Diante da necessidade de captar recursos externos para fechar o balanço de pagamentos deficitário, o governo federal lançou mão das empresas estatais, pelo prestígio que tinham, para captar empréstimos no exterior sem ao menos

levar em conta suas necessidades reais de financiamento ou mesmo seus planos de investimentos. A ordem era contrair os empréstimos, para depois ver o que fazer.

Esta situação agravou-se com a crise cambial de 1980-1982. Diante da relutância do setor privado em contratar empréstimos no exterior devido ao alto risco cambial, o governo para fechar o balanço de pagamentos passou a obrigar as estatais a contrair empréstimos para assim obter os recursos necessários.

Estatais forçadas a levantar empréstimos no exterior

O principal argumento do governo para privatizar as estatais é, pois, um argumento falso. A principal causa do déficit público não são as estatais em si, pois está claro que elas vêm apresentando resultados operacionais positivos, mas sim o pagamento da dívida pública, principalmente a dívida externa, que foi feita em boa parte através das estatais, principalmente para evitar que o setor privado assumisse os riscos cambiais decorrentes desses empréstimos. Não será, portanto, privatizando as estatais que o governo resolverá o problema do déficit, dado que o seu principal fato gerador, que é a dívida pública, continuará nas mãos do governo.

Se a economia nacional não tem nada a ganhar com a privatização das estatais certamente tem muito a perder. Voltemos ao caso da Mafersa. A empresa acumulou ao longo de seus 45 anos de vida considerável experiência no projeto e fabricação de equipamentos ferroviários, carros de aço inoxidável, vagões, eixos e rodas.

A Mafersa que na primeira linha do Metrô de São Paulo fabricou os carros com processos licenciados por empresas estrangeiras, já na segunda linha implantada em São Paulo, a leste-oeste, foi capaz de projetar os carros, superando a dependência em relação à tecnologia importada. Foi igualmente capaz de projetar os novos carros de passageiros empregados nas linhas de subúrbio de São Paulo e do Rio de Janeiro, assim como os carros do Metrô do Rio de Janeiro. Mais recentemente diversificou sua produção para a linha de "trólebus" e ônibus a diesel, já em operação em SP.

Foi a primeira empresa da América do Sul a desenvolver e fabricar rodas ferroviárias forjadas e exporta material e equipamentos para mais de 40 países, inclusive para os EUA.

A sua manutenção sob controle estatal portanto se justifica por inúmeras razões. Em primeiro lugar para garantir a preservação do patrimônio tecnológico que essa empresa representa. Nada garante que se privatizada não vá parar nas mãos de algum "testa de ferro" de empresas multinacionais que atuam no setor e simplesmente congelem todo o esforço de desenvolvimento tecnológico que a empresa vem fazendo ao longo dos últimos anos. Nesse caso nos veríamos rapidamente na mesma situação de anos atrás, dependendo de pacotes tecnológicos importados.

Trens de metrô projetados com tecnologia nacional

Em segundo lugar, é preciso lembrar que esse patrimônio foi construído com recursos públicos e é de interesse estrat-

tégico para um país como o nosso que necessita reformular sua política de transportes, dando ao transporte ferroviário o lugar que realmente deve ter no sistema nacional de transportes de passageiros e de carga.

No futuro, priorizar sistema ferroviário de transportes

Cabe lembrar ainda que o próprio BNDE, ao defender o ato governamental de 21 de fevereiro de 1964 que declarou a Mafersa de utilidade pública, por ocasião de recurso de seus antigos donos alegando a inconstitucionalidade do referido decreto, argumentou que: "1) — O decreto enquadra-se na lei da desapropriação, pois a Mafersa, exercendo monopólio de fato no suprimento de rodas aos veículos ferroviários, condiciona, materialmente, no mercado nacional, o próprio funcionamento dos meios de transporte coletivo, por trem; 2) — A Mafersa é uma indústria básica do serviço público de transportes por trem, constituindo investimento vital ao desenvolvimento econômico do país. Exerce monopólio de fato do suprimento de rodas aos veículos ferroviários e possui um mercado cativo de toda a rede ferroviária nacional, hoje integralmente em mãos do poder público".

Verifica-se portanto que existem razões mais do que suficientes para justificar a manutenção da Mafersa como empresa estatal, patrimônio de todos os brasileiros.

* Engenheiro e pós-graduando em economia. Membro do Comitê Regional do PCdoB em São Paulo.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

O efeito fim de feira

Mesmo unidas em torno de um projeto geral ainda mais conservador para a economia as diversas alas da direita disputam em torno de pontos secundários, degladiam-se em público e levam o governo Sarney a uma paralisia ainda mais completa. Torna-se evidente que a esquerda precisa defender com clareza e ênfase seu programa de mudanças.

Antonio Martins

Embora estejam cada vez mais determinadas a lutar por medidas que equivalem ao aprofundamento do atual modelo econômico, e embora desenvolvam em favor destas medidas uma campanha que chega a influenciar lideranças populares, as forças de direita ainda enfrentam graves dificuldades para aplicar este projeto. Por seu lado, a esquerda precisa aproveitar este instante de vacilação do adversário para afirmar mais enfaticamente suas propostas junto ao povo e ganhar terreno na disputa pela presidência. Estas são as duas principais conclusões que se pode extrair de uma quinzena que foi marcada na área econômica por uma sucessão de ações desencontradas, como articulações inconsistentes entre o ministro Mailson da Nóbrega e os empresários paulistas, o lançamento de um "plano de emergência" por lideranças conservadoras do Congresso, pressões e contra-pressões para demitir ministros e até mesmo uma guerra verbal reveladora entre alguns dos principais órgãos de comunicação do país.

O início da história está situado nos últimos dias de julho. De posse de dados preliminares do IBGE, que indicavam que a inflação não romperia a temida barreira dos 30% no mês, o ministro Mailson da Nóbrega deu início a uma exaustiva série de reuniões com lideranças empresariais e economistas conservadores, visando alimentar a confiança na capacidade do governo em evitar um processo hiperinflacionário.

Mailson "convenceu" aplicadores com alta suplementar de juros

A argumentação de Mailson junto a seus interlocutores baseava-se em duas decisões que o governo tomara no transcorrer de julho. Primeiro, ele havia resolvido arrochar ainda mais dramaticamente os investimentos públicos durante o ano. A Secretaria de Orçamento e Finanças do Tesouro Nacional foi orientada, conforme admitiu seu titular, Pedro Parente, a destinar para alguns projetos considerados "não prioritários" pelos ministros econômicos o mesmo valor em cruzados que estava previsto no início do ano, desconhecendo inteiramente a elevação inflacionária. Ao mesmo tempo, o governo voltou a oferecer aos aplicadores no open-market juros reais expressivos, que chegaram a 2,08% no final do último mês, ou 28% ao ano além da inflação.

O objetivo era, mais uma vez, satisfazer os grandes grupos econômicos que hoje mantêm perto de 70 bilhões de dólares aplicados

na ciranda financeira, e que estavam ameaçando converter parte destas aplicações em dinheiro vivo, o que resultaria em pressões inflacionárias monumentais. Foi precisamente por isso que Mailson concentrou a maior parte de seus esforços em reuniões com empresários paulistas, em Brasília e na sede da Fiesp. Afinal, a entidade representa o setor da burguesia que menos depende dos investimentos do governo em obras, e que ao mesmo tempo ganha rios de dinheiro nas costas do Estado aplicando no overnight.

"O Globo" pede troca do ministro, "Estado" e "Folha" o socorrem

Os argumentos de Mailson, e mais que eles as polpudas recompensas que ele ofereceu aos magnatas que vivem da ciranda financeira, não deixaram de surtir efeito. Foi muito ilustrativo ver o presidente da Fiesp, Mário Amato, que em 17 de julho alertara para o risco "imminente" de hiperinflação, declarar exatamente uma semana depois que o perigo estava afastado, porque as contas do governo estavam "em ordem".

Poucos dias depois, no entanto, eclodiria uma nova crise, que teve por estopim o lançamento de uma proposta de "programa de emergência" por parte de lideranças conservadoras do Congresso. Em 3 de agosto, dirigentes da maioria dos partidos políticos (não participaram apenas o PCdoB, o PT, o PSB e o PDT) reuniram-se com o presidente Sarney. Tendo à frente o presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro, eles entregaram a Sarney um documento sugerindo uma série de medidas destinadas, segundo afirmaram, a "eliminar a possibilidade de hiperinflação" — a mesma que a Fiesp já considerava afastada.

O documento dos partidos conservadores nada mais faz que repetir o velho conjunto de idéias que a direita apresenta como capazes de suscitar a estabilidade financeira. Como sempre, pede-se a venda das ações das estatais, a extinção de órgãos federais, a abertura do mercado brasileiro a "concorrência" internacional. E exige-se que o governo só gaste, em obras e investimentos, "o que arrecadar". Como sempre, também, fecha-se os olhos aos dispêndios do governo com juros, que somaram, só no último mês, aproximadamente 1,5 bilhão de dólares. Em teoria, portanto, o manifesto contribuía para reforçar o elenco de decisões que estavam sendo adotadas pelo ministro Mailson da Nóbrega.

E no entanto, foi apegando-se em um aspecto aparentemente secundário do documento que setores da direita não inteiramente

identificados com os interesses que a Fiesp representa desencadearam uma ampla ofensiva contra o ministro.

Por trás da guerra dos jornais, brigas entre a burguesia

Em 4 de agosto, o líder do PMDB no Senado, Ronan Tito, que participara com destaque na articulação e na elaboração do "programa de emergência", fez declarações bombásticas. Ele disse que o Congresso precisava de um interlocutor com quem pudesse negociar suas propostas; que os ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu, do Planejamento, já não tinham credibilidade para assumir tal tarefa; e que era preciso que Sarney nomeasse um "superministro" com poderes para conduzir toda a política econômica.

Um dia depois, a campanha deflagrada por ele ganhava repercussão nacional, amplificada pelo poder de comunicação do senhor Roberto Marinho, proprietário das Organizações Globo. O jornal "O Globo" afirmou em manchete que Sarney já havia decidido nomear o superministro, e a rede de TV do grupo deu a entender o mesmo, em seus noticiários. Paralelamente, o empresário Jorge Serpa, tido nos meios políticos como testa-de-ferro de Roberto Marinho, passou a desenvolver intensas articulações junto ao governo federal, no sentido de substituir Mailson da Nóbrega — por Ronan Tito...

Foi a vez do império paulista contra-atacar. Ainda em 5 de agosto, dia em que "O Globo" publicava seu editorial, lideranças empresariais de S. Paulo apressaram-se em dar declarações condenando as ameaças ao homem que lhes prometera lucros fabulosos na ciranda financeira. "O homem está evitando a hiperinflação", exclamou Mário Amato num elogio sem disfarces a Mailson. Foi apoiado imediatamente pela Associação do Comércio Exterior do Brasil, que representa especificamente o setor exportador, e pela Federação do Comércio de São Paulo.

A grande imprensa de São Pau-

lo não tardou a entrar de sola na briga, reafirmando mais uma vez sua solidariedade ao setor da burguesia comandado pela Fiesp. Em 6 de agosto, o "Estado" e a "Folha de S. Paulo" irmanavam-se para "denunciar", em manchetes ou nas colunas de maior índice de leitura, a conspiração contra Mailson. No dia 8, os dois jornais voltaram a sair às ruas estampando interessantes coincidências. Ambos publicaram como editorial principal comentários pedindo a permanência de Mailson. E começou então nas páginas dos principais meios de comunicação do país uma guerra verbal que nada tem de nobre, mas que revela, se examinada em profundidade, dados importantes acerca dos diferentes interesses defendidos por cada uma das alas em disputa, e das dificuldades que elas, mesmo unidas programaticamente, ainda enfrentam para somar esforços na ação prática.

Disputa para direita e chega à sucessão presidencial

Assim, ficou patente nos últimos dias que pelo menos um setor importante do grande capital — o que se agrupou na imprensa em torno de "O Globo" e é chamado pela "Folha de S. Paulo" de "cartório do patrimonialismo brasileiro" — não está inteiramente satisfeito com alguns aspectos da política adotada pelo ministro Mailson da Nóbrega. Este setor concorda com o projeto geral perseguido por Mailson, que visa ampliar abusivamente a transferência de rendas do Estado para a iniciativa privada, para que mais à frente ela possa assumir o controle das empresas estatais. Mas discorda da forma através da qual se dá esta transferência. Este setor não pode suportar, por exemplo, a paralisação geral das obras adotadas pelo ministro, porque é composto inclusive pelas grandes construtoras, que apropriam-se dos recursos públicos não através da venda da financeira, mas através de obras encomendadas pelo Estado.

Na semana passada, as divergências entre as grandes alas da

burguesia pareciam ter se estendido, ainda que momentaneamente, para a própria sucessão presidencial. Enquanto o senhor Roberto Marinho dava mostras de uma aproximação ainda mais sólida com Collor, o "Estado" e a "Folha" continuavam a lançar farpas contra o candidato, não se sabe se para tentar derrubá-lo ou se para forçá-lo a compor com seus interesses.

Oportunidade só será aproveitada afirmando saída progressista

O certo é que a direita permanecia em grande medida paralisada, incapaz de adotar medidas capazes de afastar pelo menos até as eleições a possibilidade de descontrolo financeiro geral. O governo prometeu para dia 9 um "pacote triplo" contra a inflação, de caráter nitidamente conservador. Mesmo antes dele ser editado, no entanto, os próprios políticos direitistas previam que ele teria alcance extremamente limitado, pois faltava ao governo uma base coesa na qual pudesse apoiar-se para adotá-las. Para piorar, surgiram sinais de que os preços dos produtos alimentícios liberados por Mailson no fim de julho estavam registrando altas alarmantes.

E essa vacilação, essa incapacidade provisória de tomar qualquer decisão importante, abre para a esquerda uma oportunidade na disputa eleitoral que seria imperdoável desperdiçar. É preciso aproveitar o instante de divisão do inimigo para agir, para afirmar com mais vigor o projeto de sair da crise através de uma alternativa progressista. É preciso que todos os militantes e dirigentes progressistas entendam que a situação exige deles a sustentação das propostas que implicam mudança completa do modelo econômico que aí está, e não concessões às teses conservadoras da moda. É preciso, e é urgente. Porque certas oportunidades não surgem todos os dias, e porque mesmo nas conjunturas mais favoráveis a transformação social só se concretiza se as forças interessadas nela se põem à altura da tarefa que a história coloca em suas mãos.



MARINGONI

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

ENIO CANDOTTI

“Lutamos pela sobrevivência científica no nosso país”

Entrevista a Carlos Henrique Vasconcelos*

O professor Enio Candotti foi eleito, na última reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), presidente da entidade. Nascido em Roma, em 1942, Candotti é brasileiro naturalizado e professor do Departamento de Física Teórica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entre 1977 e 80, foi secretário-geral da SBPC; em 81 e 82 foi conselheiro e de 85 a 89 foi seu vice-presidente. O professor estudou e trabalhou na Alemanha e na Itália nos anos 60 e 70. Tem trabalhos publicados na área de Física Teórica e participou, na Argentina, da criação da revista “Ciencia Hoy” e da fundação da Associação Ciencia Hoy. Nesta entrevista à Classe ele fala de seus projetos na SBPC, da situação da ciência e tecnologia no Brasil e das eleições presidenciais.

Classe: Quais seus principais planos à frente da SBPC?

Candotti: Na época da ditadura, a SBPC foi um centro de resistência, uma entidade que participou ativamente da resistência democrática. Foi um fórum da luta pela democracia. As reuniões da SBPC foram importantes para a vida política do país. Ela contribuiu para encontrar alguns caminhos do país nos anos 70. Depois, se empenhou na formação da revista “Ciência Hoje”. Promoveu, através de suas secretarias regionais, atividades científicas durante o ano todo. Agora, os desafios de participar da vida brasileira se tornam cada vez maiores. Não só no debate científico, mas na própria organização da comunidade científica, e também como órgão representativo junto ao Congresso e nos organismos onde se debate a política científica do país.

Classe: E quais são os desafios que se colocam hoje, nesse sentido?

Candotti: A questão do meio-ambiente, a questão da Amazônia, as questões da saúde e mesmo a democratização do país exigem uma sociedade civil organizada, capaz de apresentar as suas reivindicações, de apresentar alternativas, depois de analisar a situação com bastante cuidado e com bastante representatividade. Estamos num país muito complexo, muito diversificado. Portanto a SBPC não só tomou o desafio de apresentar alternativas para as questões, pensar, diagnosticar o que está acontecendo, mas também apresentar sugestões de caráter nacional, que contemplem as diversidades e complexidades de nosso país. Por isso ela precisa se estruturar a nível nacional e, através de regionais, através de uma atuação que é uma presença em todos os Estados, buscar idéias, sugestões, em todas as partes. Te-

mos que evitar que os desafios que nos são postos tenham respostas parciais ou pouco representativas da diversidade que vivemos. Este é o maior desafio da SBPC hoje. Outro desafio é ampliar a divulgação das nossas idéias, das nossas propostas, de modo que elas possam ser debatidas. É uma questão ligada à divulgação, à informação, à democratização da informação. De modo que pessoas com opiniões diferentes, que obedecem em sua atuação política a orientações diferentes, tenham acesso a dados que lhes permitam formular suas políticas. Ou seja, um trabalho de base, que possa servir a todos os parlamentares, a todas as associações da sociedade civil, a diferentes partidos. É uma tarefa para a qual a SBPC está se organizando, para realizar de modo a atender essa expectativa, essa demanda da sociedade. Estes são os principais desafios da nossa gestão.

Classe: A SBPC chegou a ser acusada de seguir uma orientação governista, de ser “chapa branca”. Como o senhor explica isso?

Candotti: O que aconteceu é que, nos últimos anos, particularmente em 85, o país viveu a experiência de realizar um grande mutirão e de estabelecer uma nova democracia, aberta à participação popular, sensível às aspirações do povo. Essa esperança, no entanto, se viu logo que não poderia ser realizada. E, nos primeiros tempos, de fato a SBPC participou de projetos, de propostas, e teve um intercâmbio bastante intenso com as áreas do governo, para que novas idéias pudessem ser implantadas, particularmente na área do apoio à pesquisa científica, na área do meio ambiente, na área da saúde, na área da educação. Porém, logo se percebeu que essa aproximação era mais objeto de nossa

vontade do que da possibilidade. Ou seja, era mais uma esperança do que uma realidade. Logo as diferenças, as distâncias se estabeleceram. No entanto, a proximidade com os trabalhos da Constituinte foi positiva. Tanto que nós conseguimos importantes avanços no capítulo do meio ambiente, e mesmo da educação e da saúde. É lógico que haveria soluções melhores do que as que conseguimos, mas também seriam muito piores se não tivéssemos atuado de forma organizada.

Classe: Quais as principais conquistas na SBPC que a SBPC credita como sua participação?

Candotti: Na questão do meio ambiente a SBPC participou bastante. O capítulo da Constituinte é muito semelhante ao que foi preparado pela SBPC, conjuntamente com tantas entidades. Na área da ciência e tecnologia, também alcançamos capítulos importantes. O próprio artigo que permite a criação de fundações de amparo à pesquisa em diferentes Estados e a vincu-

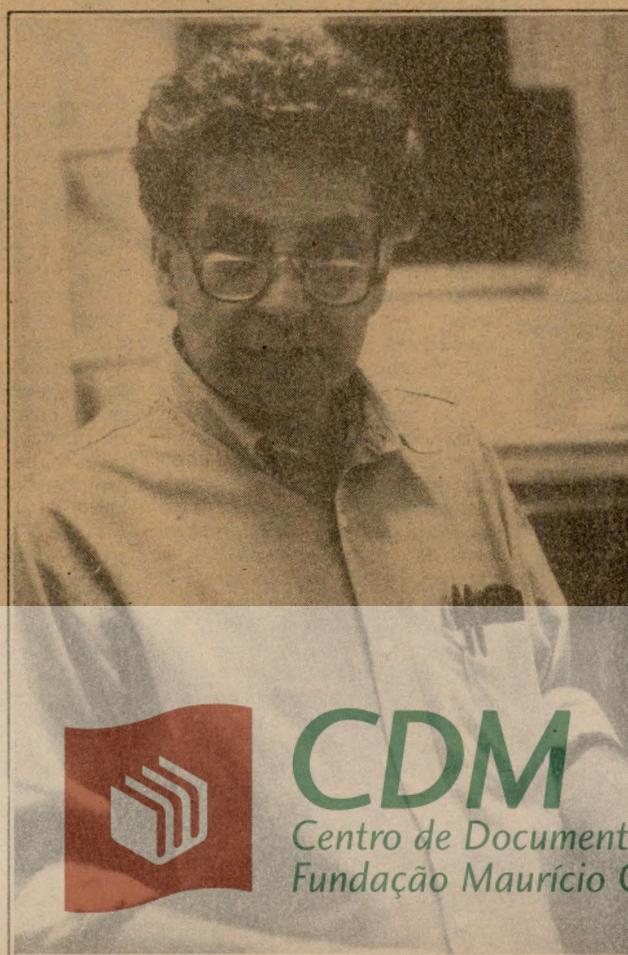
lação orçamentária com essas fundações proposta que surgiu a partir de recomendações da SBPC, levadas pelo professor Florestan Fernandes à Constituinte. itens importantes nos capítulos da saúde, educação, que obviamente receberam apoio nosso — não todos. Podia ter sido particularmente na área de saúde, educação, e sobre os povos indígenas, poderia ter sido melhor. Mas considerando a situação em que nos encontramos, de 20 anos de ditadura, de uma sociedade civil pouco organizada no país, os partidos políticos pouco atentos e pouco preparados para formular propostas para a Constituinte, pouco atentos às reivindicações populares, com poucas raízes, eu acho que o que conseguimos foi bastante importante.

Classe: Qual o papel dos parlamentares dos partidos progressistas nesse processo?

Candotti: Os anos de ditadura mantiveram sob pressão a sociedade. No momento de transição, quando aflorou a discussão da Constituinte, que é um grande projeto de transição, todas as expectativas, todas as aspirações, todas as propostas que estavam contidas se explicitaram. Tenho a impressão que todas essas propostas estavam implícitas, e tinham que ficar claras. Há muitos anos que elas foram contidas, que elas foram reprimidas por um Estado autoritário. Na Constituinte foram apresentadas propostas positivas que apontavam para o avanço, para a construção de um país progressista.

Classe: O que a SBPC ainda espera do atual governo?

Candotti: Agora nós estamos batalhando pela sobrevivência da área científica no país. Temos a esperança de que, neste momento de profunda crise, não se queimem as sementes que permitam encontrar soluções para o país, solução para seu desenvolvimento científico. Do contrário podemos perder, em alguns meses, tudo o que foi trabalhado ao longo de 11 anos por cientistas, por laboratórios, por pessoas. Tudo isso pode ser destruído de uma hora para outra por cortes abruptos no orçamento. Então nós temos que lutar até o último dia da presença de qualquer governante, para salvar o orçamento. Os cortes nas dotações orçamentárias exigem de nossa parte uma presença constante, até



Antônio Coutinho



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Temos esperança de que, neste momento de profunda crise, não se queimem as sementes que permitam encontrar soluções para o país, solução para seu desenvolvimento científico. Do contrário, podemos perder em alguns meses o trabalho de vários anos.

espera da posse do sucessor. Estaremos lutando para salvar as sementes.

Classe: Por que os cortes no orçamento?

Candotti: Olha, em primeiro lugar é preciso demonstrar que o valor destinado para ciência e tecnologia já é pequeno para as necessidades do país. Já há uma economia implícita no próprio orçamento. Nós não somos uma área dispendiosa, que possa ameaçar a política de contenção de gastos do governo. Em segundo lugar, é preciso sensibilizar a área executiva, fazer com que sintam que esses gastos são necessários e não supérfluos, a ponto de serem cortados. Em terceiro, é preciso levar ao Congresso as propostas, para que os setores progressistas também estejam conscientes dos danos, dos custos sociais e do patrimônio que os cortes na ciência e tecnologia podem causar. Quer dizer, se nós investimos 100 para chegar a algum resultado, quando já gastamos 90 e faltam 10 é um crime não colocar esses 10, pois levamos a perder os 90 já gastos. Em ciência e tecnologia, as realizações e os resultados não se obtêm em curtos espaços de tempo — em um ano ou no espaço de um orçamento. São realizações de 10, 9, 5 anos. Formar um doutor requer 8 a 9 anos. Realizar uma pesquisa com resultado prático precisa de 5 a 7 anos... Isso significa que estamos próximos de alcançar os resultados — tanto de pesquisas quanto de formação de pessoas — e não podemos de maneira alguma abrir mão desse trecho final. Por outro lado, sabemos que a formação de recursos humanos no nosso país é muito importante. Nós temos cerca de um décimo da capacidade científica instalada no país, em relação àquilo de que necessitaríamos, àquilo que é usual em outros países de desenvolvimento semelhante ao nosso. Países como Israel, Coreia do Sul, Espanha, Índia — estamos muito atrás da Índia —, China, para não falar em países desenvolvidos. Nestes, a relação de 1 a 30, ou seja, estamos com 1/30 de paixo.

Classe: Quais as necessidades do país nessa área?

Candotti: O governo investe em ciência e tecnologia cerca de 0,5% a 0,7% do nosso produto Interno Bruto (PIB), quando os países que eu citei investem cerca de 2% e os países avançados investem 3% de seu PIB. Nós estamos muito atrás do necessário para acompanhar o desenvolvimento científico do país e sermos capazes de responder às necessidades sociais. Eu diria que investir pouco em ciência e tecnologia não serve para nada. É preciso investir uma quantia adequada e alcançar determinados objetivos, e esses objetivos, obviamente, devem ser discutidos no Congresso, devem ser debatidos pela sociedade. Essa é a maneira para que os objetivos sejam mais atentos às necessidades sociais e ao desenvolvimento do país como um todo. A SBPC está muito atenta a isso, e por sua própria tradição de luta é uma entidade atenta aos objetivos maiores da nossa sociedade.

Classe: Recentemente o senhor foi ao governo reclamar da falta de verbas para o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)...

Candotti: Esse instituto foi fundado em 1950, para pesquisar e conhecer a Amazônia. Agora está à beira do colapso. Aliás, há muitos raros períodos em que o instituto teve avanços significativos, é uma constante a sua situação de crise. Aliás, como toda a área científica do país. Os períodos de avanço são mais soluções em nossa vida política. A situação da Amazônia hoje é conhecida por todos. Está no centro das atenções do país e do mundo. Tanto pelos aspectos sociais como pelos seus aspectos minerais, ecológicos, pelos seus recursos na área de banco genético do país e do mundo, e pela agressão que vem sofrendo por interesses totalmente alheios aos inte-

resses maiores da sociedade, do país, da ciência, da preservação desse patrimônio imenso. No momento em que a Amazônia está no centro das atenções do mundo, o nosso INPA está morrendo. Os pesquisadores pagam do próprio bolso o alimento dos animais que mantêm em cativeiro para estudos. Por isso estamos reivindicando verbas especiais para evitar o colapso do INPA. É preciso pensar também nos conflitos sociais da área, que fazem parte da enorme complexidade do problema amazônico.

Classe: Como está a questão da dependência tecnológica no Brasil?

Candotti: Nisso alguns princípios são fundamentais. Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que a independência tecnológica tem relação com um fator essencial, que é o fator humano. Nós temos poucos técnicos, pouca competência, poucos laboratórios. E precisamos fazer o impossível para aumentar significativamente o número de pesquisadores, de técnicos, de engenheiros, trabalhando na área de pesquisa e desenvolvimento. A questão tecnológica também depende de uma política de governo na área da política industrial. Se o governo não tem uma política industrial definida, fica mais difícil o desenvolvimento tecnológico. Então temos que buscar do governo uma definição de sua política industrial e procurar que essa política seja a que melhor atenda aos interesses do país. Nesse sentido, achamos que a experiência como a da política de informática tem muito a ensinar, apesar das deformações, das distorções que hoje ela tem. Foi um laboratório importante de uma política que pode proporcionar a formação de recursos, a capacitação internacional e uma capacidade de fabricar equipamentos bastante competitivos no mercado.

Classe: A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) propôs a desativação da Usina Nuclear no Rio de Janeiro. O que o senhor acha da política nuclear brasileira?

Candotti: É necessário explicar à população o significado desta usina, o significado de uma política nuclear, e obter uma resposta que, mesmo que seja de aprovação, ajudará a aumentar a consciência pública sobre as questões nucleares. Essa consciência é importante, porque os riscos implícitos nas escolhas nucleares são diretamente proporcionais à consciência popular. Ganhar maior segurança nas instalações e nos trabalhos técnicos é proporcional à capacidade de reivindicar, de exigir maior atenção das autoridades. Aumentando a pressão popular, as medidas de segurança também aumentam. Isso acontece em todo o mundo. Os gastos com segurança cresceram à medida que as pressões populares cresceram. Temos que começar a articular para aumentar a nossa pressão, para que possamos conviver com esse monstro ou alcançar níveis que nos garantam maior margem de segurança. Enquanto isso não for possível, essas usinas estranhas à capacidade de compreensão, de mobilização da população, são um perigo. E são um perigo enorme.

Classe: Qual sua opinião sobre o programa nuclear brasileiro?

Candotti: Pessoalmente, acho que o uso da energia nuclear para a geração de eletricidade é hoje muito arriscado. Ele só é razoável onde não há outras alternativas. Mas esse não é o caso do Brasil. Temos muitas outras fontes. Mas há muito ainda o que se discutir na questão nuclear. Particularmente no Brasil, ela está muito ligada com a questão militar. De todo o programa nuclear, apenas a parte militar foi bem-sucedida, no sentido de que sobreviveu. Então a "civilização" do programa militar é um objetivo muito importante. A SBPC é absolutamente contrária ao uso militar da energia nuclear. É absolutamente contrária a que o desenvolvimento

tecnológico na área seja realizado em instituições militares. Ou seja, em instituições que não são permeáveis ao controle da comunidade científica. Se determinarmos que não queremos o uso militar da energia nuclear, ou seja, o uso de bombas ou artefatos de guerra, devemos também estar aparelhados para controlar que isso não seja feito. E nos institutos militares, obviamente, o acesso civil e o controle dessas atividades é muito difícil.

Classe: Até que ponto o programa militar entra no bolo da dívida externa?

Candotti: Creio que envolve cerca de 10% da dívida externa. Mas há outros aspectos a se levantar. O desenvolvimento do submarino nuclear, por exemplo. Ele poderá levar a gastos muito grandes não só na construção do submarino, mas naquilo que ele representa. Ou seja, pouco adianta fazer um submarino se você não tem os mísseis, se você não tem os equipamentos eletrônicos, se você não tem as bases de comunicação com os submarinos, com os mísseis, se você não tem o sistema de rastreamento de mísseis inimigos. Então, você tem toda uma parafernália em equipamentos que valem centenas de vezes o custo do submarino e que são gastos que podem polarizar, podem orientar todos os investimentos em desenvolvimento tecnológico do país, com graves danos para uma orientação atenta aos grandes problemas nacionais. Ou seja, ele é conduzido pelos gastos em desenvolvimento com armamentos. E aí, como nos Estados Unidos, o desenvolvimento tecnológico civil é um subproduto do desenvolvimento tecnológico militar.

Classe: Qual a sua posição sobre as eleições presidenciais?

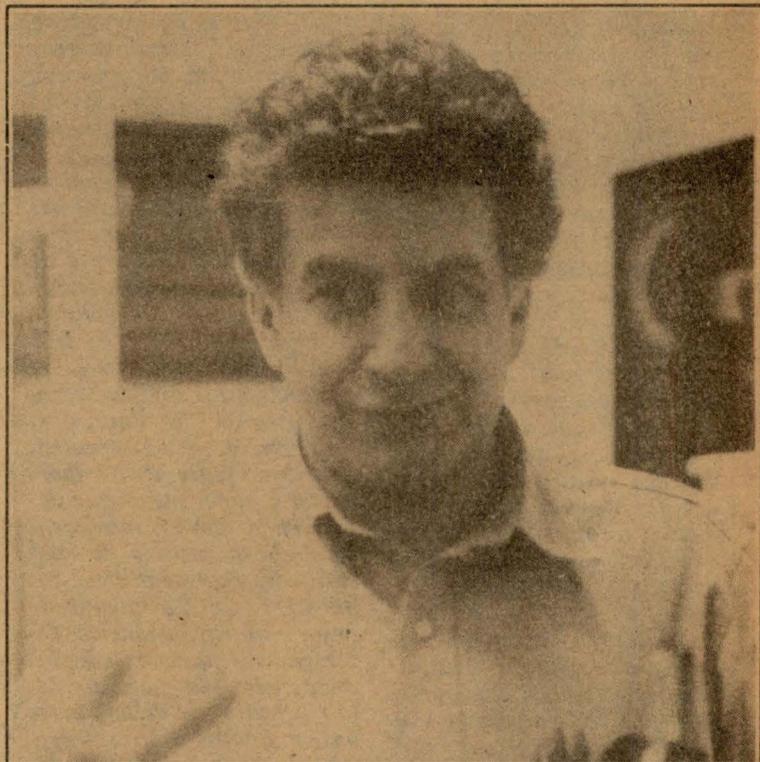
Candotti: Em primeiro lugar, certamente estou desejando que as eleições se realizem de forma democrática. Que seja livre e ampla a manifestação de todos os partidos, e que se realizem num ambiente civilizado. Que se possa conter os abusos do poder econômico e a manipulação dos

meios de comunicação. E que os candidatos estejam atentos às questões da ciência e tecnologia entre as suas prioridades, ao lado das preocupações sociais, como saúde, educação, meio ambiente. Que as plataformas contemplem questões essenciais para a SBPC, como o desenvolvimento científico e tecnológico, a formação e capacitação para atender às maiores demandas e desafios sociais para o desenvolvimento do nosso país. Por fim, que nas suas propostas sejam dadas efetivas garantias para todos os direitos dos cidadãos. Direitos que são efetivamente democráticos, garantindo o acesso à educação e informação a todos os cidadãos. Acreditamos que a Constituição é um documento importante, que contempla alguns direitos básicos para completar a transição democrática. Temos a esperança de que as determinações e indicações da Constituição sejam aperfeiçoadas. Isso é o mínimo que se pede dos candidatos. Quanto à minha posição, eu tenho uma história de batalhas contra o militarismo e a favor dos direitos humanos. Sou uma pessoa certamente de esquerda, uma pessoa atenta aos direitos dos partidos de esquerda e democráticos de centro, cuja presença é fundamental para a existência da democracia.

Classe: Em sua opinião, qual deve ser a prioridade do governo a ser eleito em 15 de novembro?

Candotti: Tenho a impressão que, primeiro, é preciso respeitar o direito do povo ter direitos. E entre estes direitos, o direito de trabalhar, de se alimentar, de ter uma casa e dispor de saúde, de ter acesso ao saber e às informações, o direito a uma remuneração justa. Acho que o país é suficientemente rico, suficientemente dinâmico para atender a essas reivindicações. Trata-se de ajustar um pouco mais as políticas de governo para alcançar esses objetivos.

* Jornalista, correspondente no Rio de Janeiro



A SBPC é absolutamente contrária ao uso militar da energia nuclear. É absolutamente contrária a que o desenvolvimento tecnológico na área seja realizado em instituições militares.



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



Questão de ordem

Tudo pela vitória da Frente Brasil Popular

Ronald Freitas*

Estamos a cerca de 3 meses das eleições presidenciais de 15 de novembro. Após 29 anos o povo brasileiro volta a viver a experiência de escolher através do voto direto o presidente da República. Direito que foi esbulhado ao povo, pela ditadura militar.

Estas eleições merecem, portanto, a mais destacada atenção e engajamento do movimento sindical. O objetivo é colocar os trabalhadores como força ativa na escolha de um presidente que derrote a direita e abra caminho para o avanço político, econômico e social de nosso país e, por consequência, do sindicalismo.

Nessa disputa as forças progressistas e populares se apresentam unidas em torno da Frente Brasil Popular (PT, PSB, PCdoB). É um acontecimento político da mais alta significação, pois pela primeira vez em nossa história ocorre a união dos partidos de esquerda em torno de uma plataforma política, o programa dos 13 pontos, e em torno das candidaturas Lula-Bisol, que encarnam esse programa.

A chapa Lula-Bisol representa a união do povo contra as elites. Existem dezenas de candidatos mas, na realidade, a disputa se resume a dois grandes blocos. De um lado, o bloco das classes dominantes, das elites nacionais, numa desesperada tentativa de manter o controle do aparato de Estado e sua política anti-nacional e antipopular. Do outro, as candidaturas Lula-Bisol, que representam as esperanças, aspirações e urgentes necessidades dos operários, dos camponeses, da intelectualidade progressista, do Brasil popular, enfim.

A chave do êxito da Frente Brasil Popular, da chapa Lula-Bisol, não é a promoção da mídia nem o uso de milionários recursos financeiros ou o apoio das máquinas governamentais, em qualquer nível. O êxito decorrerá do apoio popular à candidatura, da participação dos ativistas e dirigentes dos movimentos sociais organizados, particulares do movimento sindical.

Torna-se necessário que esses lutadores dêem um balanço em suas atividades, na disponibilidade de seu tempo, nas tarefas que executam. À luz de uma justa compreensão do momento político que atravessamos, devem subordinar os seus planos de engajamento na campanha eleitoral. Isso não significa largar a direção ou o trabalho especificamente sindical, mas colocá-lo em sintonia com a campanha da frente.

É necessário reduzir ao mínimo indispensável os congressos, seminários, cursos de categorias e intercategorias que tratam dos problemas particulares desses setores. E certas atividades que não podem deixar de ser realizadas, como campanhas salariais, eleições da categoria, devem ser vinculadas à luta sucessória. Devem-se divulgar na imprensa sindical notícias sobre o desenrolar da campanha. Desmascarar candidato que, por proteção da imprensa burguesa, se apresenta como defensor do povo, mas na realidade é seu opressor. Organizar em cada categoria os comitês da Frente Brasil Popular e passar à ação, ir à porta de fábrica, aos locais de trabalho, para fazer propaganda e divulgar materiais da campanha. Promover debates sobre a sucessão nos sindicatos, ou por grupos de sindicatos, com candidatos ou representantes da Frente. Pela importância e papel social que desempenha, deve o movimento sindical, através de suas entidades representativas como CUT, CSC, sindicatos de peso, e outras instâncias, fazer gestões junto às emissoras de televisão, para que seja realizado um debate entre os candidatos à Presidência da República, tendo como tema central o movimento sindical. A realização de um grande Encontro Nacional de Sindicalistas da Frente Brasil Popular seria uma atividade capaz de repercutir favoravelmente na campanha e um fator de mobilização dos trabalhadores na luta sucessória.

*da direção nacional do PCdoB.

Metroviários querem voltar para a linha de frente das lutas

Carlos Pompe

Wagner Gomes foi escolhido para encabeçar a chapa única — escolhida em convenção — que concorrerá às eleições do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, em outubro próximo. As eleições, previstas inicialmente para março de 1990, foram antecipadas.

No dia 27, quase 2 mil metroviários participaram da convenção convocada especialmente para definir a composição da chapa que concorrerá às eleições, marcadas para de 12 a 15 de outubro. “Unidade Metroviária”, integrada pela CSC e CUT, e “Renovação e Construção”, identificada com a atual diretoria, disputaram a convenção. A vitória da “Unidade Metroviária” foi esmagadora: 1.650 votos contra apenas 331 (houve ainda uns poucos votos em branco e nulos), ficando com ampla maioria na chapa única formada para as eleições de outubro. O processo reforçou a unidade da categoria em torno do sindicato.

Com isso, Wagner Gomes foi escolhido para encabeçar a chapa que concorrerá às eleições de outubro. Wagner é operador de trem do metrô há 11 anos e dirigente regional do PCdoB em São Paulo. Já foi diretor administrativo do sindicato, quando foi cassado pelo Ministério do Trabalho no governo do general Figueiredo, em 1983. Foi candidato a presidente do sindicato em 1986 e, no ano passado, foi demitido pelo governo Quêrcia, devido a uma greve da categoria. A Justiça do Trabalho determinou a sua readmissão, juntamente com outros 16 sindicalistas também escolhidos para a diretoria do sindicato no último dia 27. Wagner é,

atualmente, secretário-geral do Conselho de Representantes dos Funcionários do Metrô, que atua junto à direção da empresa.

Ligação com as bases

Para Wagner, o estrondoso êxito da chapa “Unidade Metroviária” é resultado do processo democrático com que ela foi formada: “Os integrantes de nossa chapa foram escolhidos em suas áreas, nos locais de trabalho. Participaram desse processo 1.290 funcionários do Metrô, de acordo com a lista de presença que nós temos. Esse processo de escolha garante a representatividade dos nomes indicados e o enraizamento desses sindicalistas em seus locais de trabalho. A própria categoria decidiu quem iria formar a ‘Unidade Metroviária’. E os que votaram são potenciais ativistas sindicais, pessoas comprometidas com a entidade.”

A chapa eleita em convenção é integrada por 50 metroviários. Destes, 24 pertencem à Corrente Sindical Classista, e existem outros que apóiam a CSC. Wagner acredita que isso se deve à participação constante destes sindicalistas na entidade:

“Após a nossa derrota nas eleições sindicais de 86, nós não nos retiramos do sindicato. Pelo contrário, continuamos atuando junto à categoria e batalhando pelo fortalecimento da entidade. O problema é que a falta de democracia foi a marca registrada da atual gestão, com suas decisões a portas fechadas. Os metroviários de São Paulo, que sempre estiveram na primeira fila das lutas dos trabalhadores, de repente ficaram de fora de batalhas importantes. Em março deste ano, pela primeira vez os metroviários furaram uma greve geral contra o arrocho! Os próprios trabalhadores já afirmavam que ‘chegamos ao fundo do poço’. Diante disso,

propusemos a antecipação das eleições, aprovada numa assembléia dia 4 de julho, e a formação de uma chapa em convenção, pelo voto proporcional.”

Compromisso de luta

Aprovada a antecipação eleitoral, os sindicalistas da Corrente Classista lançaram-se ao trabalho de formação da chapa “Unidade Metroviária”. Conta Wagner: “Concluimos que, para enfrentar o governo Quêrcia e a política do Sarney, era preciso unir todos os que batalham pelos interesses da categoria. O momento não era de medir força entre as várias correntes, mas de unir, de somar. Para nós, o sindicato só avança com a unidade dos metroviários. Este é o nosso compromisso para recuperar um sindicato forte e combativo, como já tivemos, retomando nossas tradições.”

Um plano de lutas, de 13 pontos, foi apresentado para a categoria. O plano aborda questões como a recomposição real dos salários, reajustes mensais de acordo com o índice do custo de vida do Dieese, luta pela volta dos demitidos na greve de novembro passado (250 ainda estão afastados de seus cargos), denúncia da degradação dos serviços do Metrô, impedindo o seu sucateamento, entre outras.

No dia 12 de agosto encerra-se o prazo para inscrição de chapas. “Corre um comentário de que a direção do Metrô estaria articulando uma chapa patronal para se apossar do sindicato. Vamos esperar para ver. Se isso não ocorrer, e de fato só a chapa escolhida em convenção estiver inscrita, é provável que a eleição se dê antes mesmo de outubro, para que nós possamos lançar mãos à obra e reconduzir o nosso sindicato para a linha de frente das lutas dos trabalhadores em São Paulo”, finaliza Wagner.



Jesus Carlos / Foton



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Reajuste mensal na Prefeitura de SP

Depois de seis dias de greve, os funcionários da Prefeitura de São Paulo retornaram ao trabalho no último dia 7. As reivindicações da categoria, que amargou perdas salariais variáveis de 7,73% a 19,98% conforme o Dieese, foram parcialmente atendidas. Os servidores conquistaram um piso salarial de NCz\$ 450,00 por mês para uma jornada de 40 horas semanais, reajuste de 13,18%, abono de NCz\$ 99,35 e correção mensal dos rendimentos com base no índice de custo de vida (ICV) do Dieese, ao lado de aumento real e mensal de 3% para os que ganham piso até dezembro.

O movimento acabou por evidenciar diferenças marcantes entre a atual administração e outras em poder de políticos conservadores. Desta vez os trabalhadores não foram vítimas da repressão nem sofreram ameaças, como ocorre comumente no governo estadual, comandado por Quércia e ocorreu na gestão de Jânio, que reagiu a uma greve de 15 dias, nos meses de março e abril de 1987, recorrendo à PM para reprimir manifestações e punindo com demissões sumárias 2.500 servidores.

Além disto, a prefeita compareceu pessoalmente a duas assembleias dos trabalhadores, onde expôs as razões da Prefeitura, considerou a greve justa, denunciou o boicote promovido pelos governos Sarney e Quércia (o último tem uma dívida de NCz\$ 65 milhões com o município e não paga) e chegou a ser aplaudida pelos grevistas, que concluíram a paralisação com uma passeata do Ibirapuera até a Assembleia Legislativa, onde realizaram um ato de

protesto contra o governo estadual.

No entanto, a greve também revelou que na administração municipal persistem concepções que não casam com um governo progressista, democrático e popular. O secretário do Planejamento, Paul Singer, por exemplo, resistiu até onde pôde para impedir o atendimento das reivindicações dos servidores. Fazendo coro à imprensa burguesa, que atacou duramente o comportamento de Erundina, ele chegou a dizer que o piso de NCz\$ 450,00 é exagerado, tendo em vista que grande parte dos brasileiros vive com um salário-mínimo.

Surgiu também a idéia de que as reivindicações dos funcionários contrapõem-se às necessidades do povo paulistano e, dela, a justificativa do arrocho com base na escassez de recursos. É verdade que a Prefeitura enfrenta sérias dificuldades, que têm, hoje, em certa medida, caráter objetivo, ao lado da sabotagem de Quércia e Sarney, fazendo da administração a administração da escassez e da miséria. É igualmente certo que os problemas do povo e dos funcionários de São Paulo não serão solucionados nos marcos do Município ou do Estado. Mas as razões dos funcionários são as razões de todo o povo trabalhador. Não é segredo para ninguém que o arrocho salarial dos últimos anos (que atingiu especialmente os servidores públicos) reduziu os rendimentos a níveis insuportáveis. Uma nova carga de arrocho, partindo ou não de um governo popular, é simplesmente intolerável e só pode resultar em greve. Com o movimento, esta lição foi compreendida pela administração.

Metalúrgicos de Niterói: um passo atrás

As chapas da CUT e da Corrente Sindical Classista perderam o segundo turno das eleições para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí, realizado nos dias 1 e 2 de agosto. Venceu a chapa 2, composta por prestistas, brizolistas, e apoiada pelo dirigente da Federação dos Metalúrgicos do Rio, Del Pra, vinculado ao sindicalismo de resultados de Medeiros e Magri.

Enquanto a chapa 1, da CUT, obteve 384 votos e a 3, "Garra Metalúrgica" (vinculada à CSC), 122, a chapa 2 ficou com 1070 votos, 67,59% do total. O episódio evidenciou, em primeiro lugar, o desgaste da diretoria anterior, ligada à CUT e, em certa medida, da própria central junto à categoria.

As posições conciliadoras

daquela gestão com as empresas, especialmente durante a greve de 31 dias no estaleiro Mauá, acrescidas de irregularidades administrativas ocorridas durante o mandato de Abdias, foram os principais motivos da vitória da chapa 2. O pleito mostrou, também, que CUT não é uma palavra mágica, suficiente para vencer eleições sindicais.

A categoria, desacreditada com a diretoria cutista, procurou outra alternativa, forjou a polarização e acabou dando a vitória à chapa 2. Neste sentido, o pleito evidenciou que a "Garra Metalúrgica", embora contando com operários combativos no estaleiro Mauá (a principal empresa da base do sindicato), não foi capaz de construir maior enraizamento nas fábricas e, a partir disto, ser uma alternativa de mudança para os trabalhadores.

Na madrugada do dia 2 de agosto, os trabalhadores de São Paulo, e em especial os motoristas, sofreram um rude golpe: o condutor de veículos Alcídio Gomes, delegado sindical junto à Viação Campo Limpo foi barbaramente assassinado, numa ocasião em que liderava uma greve na empresa. O crime assumiu contornos odiosos: Cláudio foi seqüestrado por quatro elementos e, além dos tiros, teve a testa retalhada e o corpo prensado pelo carro utilizado no seqüestro, uma caminhonete tipo Toyota, pertencente à Viação Campo Limpo.

Assim, todos os indícios convergem no sentido de caracterizar o assassinato como político. O sindicalista sempre tomou a frente de seus companheiros na luta em defesa dos direitos da categoria. A empresa não estava cumprindo o acordo coletivo celebrado com o sindicato, a Transurb e a CMTC em maio. Sob a liderança de Cláudio, os trabalhadores realizaram duas greves em menos de 60 dias, sendo que, no dia 28, foi feita uma paralisação em protesto ao assassinato de um inspetor da viação. Entre outras coisas, os trabalhadores exigiam vale refeição de NCz\$ 4,5 e a imple-

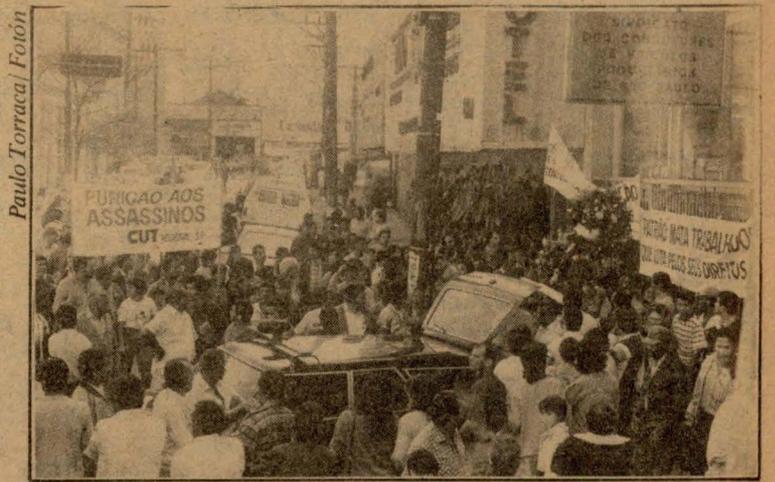
mentação da cesta básica, em respeito ao acordo coletivo.

O crime comoveu a opinião pública paulista e despertou a justa indignação da categoria. Ao velório, dia 2 no Sindicato dos Condutores de Veículos, acorreram em massa cobradores e motoristas, que manifestaram de diversas maneiras repúdio ao odioso crime e a exigência de punição aos culpados. O enterro, ocorrido no dia seguinte, foi transformado num ato de protesto. As investigações policiais apontam o encarregado de manutenção da Viação Campo Limpo, Antônio Mardone Brito, conhecido por "Ceará", como um dos envolvidos no crime. O assassinato é mais uma evidência

do alastramento da violência, arrogância e truculência dos poderosos, que vitimam trabalhadores brasileiros cotidianamente. É preciso lutar com energia contra este tipo de coisas e impedir que os responsáveis continuem impunes. (Manoel Fernando Marques, do Departamento Jurídico do Sindicato dos Condutores de São Paulo)



Indignação e dor durante o velório



Os trabalhadores protestaram contra "o crime do patrão"

Intolerância e agressão no Piauí

São 9 horas da manhã no primeiro dia de agosto de 1989. O governador do Piauí, Alberto Silva, chega com sua comitiva ao colégio Liceu Piauiense, o mais antigo de Teresina, para reinaugurá-lo, após uma reforma que custou 600 milhões de cruzados novos.

É recebido com vaias por uma pequena manifestação de professores, que estão em greve há cerca de 100 dias, reivindicando aumento salarial e aparelhamento das escolas. Enfurecido, e acusando uma "minoridade" pelo protesto, o governador dá início à solenidade frente ao colégio, na praça Landri Sales. Enquanto o Hino Nacional é executado, a bandeira brasileira hasteada e uma placa comemorativa descerada, os professores prosseguem com a manifestação, que, embora ruidosa, é pacífica.

O governador, então, entra no liceu e dirige-se para o auditório onde ocorrerá a sessão oficial. A partir desse instante desaparece o clima de festa e a tolerância das autoridades dá lugar ao espírito agressivo e prepotente dos policiais. Começa um espetáculo de requintada crueldade contra os professores, sob o comando direto do secretário de segurança, Xavier Neto, um tenente reformado do Exército que participou da repressão na guerrilha do Araguaia.

Os policiais espancam professores, tomam posse de diversas lideranças, inclusive o presidente da Associação dos Professores do Esta-

do, João de Deus Souza, e outros cinco diretores da entidade. Um dos líderes sindicais é agarrado por vários policiais, arrastado pelo chão, algemado e atirado dentro do bagageiro de um carro. Uma das professoras é perseguida até uma casa próxima ao colégio, onde se refugia. Os policiais invadem a casa e tentam retirá-la. Um vizinho intercede em socorro da vítima e leva um soco no rosto, ficando com dois dentes quebrados. A dona da casa, de 60 anos, sente-se mal mas é atendida por familiares. No seu desatino, a polícia exhibe suas escopetas.

O presidente do Sindicato dos Jornalistas, Kenard Kruehl, tenta intervir para liberar os presos, é agredido, algemado e levado para o xadrez. Professores e o jornalista ficaram incomunicáveis por várias horas sem receber nem mesmo o advogado. O caso, pelos flagrantes de violência e arbitrariedades, causou indignação não só no Piauí como em todo o país. O governador Alberto Silva, do PMDB, não se contenta em ser um dos governantes mais impopulares de todos os tempos no Estado. Ao que parece, a postura de violência também como um dos mais violentos. E tudo indica que vai conseguir.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

O modernismo do PCB contra a revolução

Rogério Lustosa*

"Um projeto renovador" de partido para o século 21. E a promessa do PCB e de seu candidato Roberto Freire, "bonito e charmoso", como é qualificado por colunas sociais. E anda eufórico com o fato de ter alcançado o índice de 1% em algumas pesquisas eleitorais.

Duas linhas

O último congresso dos revisionistas definiu um objetivo muito claro: abrir espaço para participar do que denomina "hegemonia negociada" da sociedade. Freire trabalha para esta meta.

Qual o grande problema do proletariado e do povo? Derrotar as elites governantes e implantar um novo tipo de desenvolvimento, que tenha os trabalhadores como centro. Qual a tática para perseguir esta tarefa hoje? Unir as forças populares, de esquerda, avançar o progresso iniciado com a vitória eleitoral nos principais centros operários do país em 1988, vencer a batalha da sucessão presidencial.

Qual a linha pecebista? Batalhar para dividir o povo, através de um candidato com fachada de esquerda. Lutar pela simpatia dos setores médios da sociedade com um socialismo cor-de-rosa, desprovido de conteúdo com a crise e com a possibilidade do povo unido vencer as eleições. E, quem sabe, obter em troca um lugarzinho na tal hegemonia negociada — eufemismo revisionista para definir o poder burguês.

Moderno demais

Chocam-se portanto, nesta campanha, duas concepções. Uma revolucionária, que trata de usar a liberdade conquistada para unir o povo e avançar a luta contra os poderosos. Outra reformista, que tem a democracia burguesa como meta e trata apenas de alargá-la, batalhando para ampliar o espaço de cada le-

genda, acima dos interesses populares.

Este liberalismo jamais pode servir para o século 21. Seria muito avançado no século 12. Mas já se esgotou pelas mãos da própria burguesia no século passado. O PCB, ao tentar revivê-lo, apenas coloca a nu seu papel de colaborador das classes dominantes.

Não é portanto casual o enorme espaço aberto para o Sr. Freire em todos os meios de comunicação burgueses e os elogios que recebe por sua "modernidade". O seu charme é irresistível — para as elites dirigentes.

Faz parte desta modernidade uma nova versão sobre Stálin. Agora já não basta dizer que o dirigente da URSS, no período em que o socialismo floresceu neste país, "assassinou todos os adversários". Agora é necessário dar nova interpretação sobre coisas como lucro, mercado, propriedade privada etc. Tirar o lado perverso destas coisas!

Tudo novo

Assim, Salomão Malina, presidente do PCB, afirma, com ares de grande teórico: "a idéia de que lucro não é comunista, é cristã". E Roberto Freire vai no mesmo caminho, apóia-se em Marx (?) para afirmar que "é uma falácia dizer que o socialismo acaba com o mercado".

O "modernismo" é falar que capitalismo e socialismo têm qualidades e que a solução é aproveitar-se o que cada um tem de bom. E, é claro, fingir que capitalismo não é um sistema onde uns poucos têm a propriedade dos meios de produção e, por isto, exploram a grande maioria dos despossuídos. É desconhecer a teoria científica que revela o avanço da sociedade por saltos. E, desta forma, negar a necessidade da revolução. Assim, já não é suficiente denunciar "crimes" de Stálin. Trata-se de matar, de cambulhada, Lênin, Engels, Marx e o socialismo.

*Da direção nacional do PCdoB

O recrutamento é tarefa coletiva e permanente

José Ferreira Lopes*

O Partido Comunista do Brasil alcançou importante crescimento nos últimos anos, estruturando-se em todas as capitais e centenas de municípios. Ultrapassamos a meta dos 100 mil filiados. Esse crescimento está ligado à luta pela conquista da liberdade política, que nos possibilitou difundir nossas idéias e propostas para as amplas massas.

Relaciona-se ainda com as conquistas no terreno organizativo da classe operária e demais massas trabalhadoras, com a intensificação de suas lutas econômicas e sociais. Esta base objetiva permitiu ao Partido integrar-se com as organizações sindicais, estudantis e populares, entrar em contato com combativos homens e mulheres do povo, elevar o grau de sua ligação com as massas.

Ligação com as massas

Lênin assinalou que nada há de mais legítimo que a necessidade permanente de aprofundar e ampliar a influência do Partido sobre as massas, sua agitação e propaganda rigorosamente marxistas e a ligação com a luta econômica da classe operária. São indicações que devem converter-se em trabalho constante e diário, sem o que deixa-se de ser comunista. Não se deve, também, relegar as tarefas políticas essenciais e de primeira ordem do momento. São ricos ensinamentos para serem assimilados à luz da realidade atual.

A primeira questão é que o crescimento permanente do Partido tem na ação política o seu principal instrumento. O partido de vanguarda é rigorosamente o partido da ação política e de massas. Isto aponta

para a tarefa essencial do momento — a campanha eleitoral. A formação e ampliação de comitês da Frente Brasil Popular nas fábricas, no campo, nas universidades e escolas, nos bairros etc., possibilitarão ao Partido relacionar-se com a camada mais avançada da classe operária e do povo. Este é o primeiro caminho concreto para o crescimento permanente do Partido.

A segunda questão implica a necessidade de o Partido aprofundar sua ligação com as lutas políticas e econômicas das massas. A realidade demonstra o avanço objetivo do movimento de massas. É indispensável que o Partido esteja inserido nesse movimento e se esforce para dirigir as lutas das massas. É isso que possibilitará ao Partido apresentar-se aos trabalhadores como força política de vanguarda, através do trabalho individual permanente e diário dos comunistas entre as massas nas suas entidades.

Atividade permanente

A longa experiência marxista-leninista confirma esse ensinamento. Lênin dizia que "o trabalho individual dos comunistas no seio das massas constituiu apenas um dos aspectos da questão". E acrescentava: "O outro aspecto necessário e extremamente importante, que dá ao Partido a possibilidade de alargar a sua influência nas massas em muito maior escala que o pequeno trabalho individual dos militantes, por muito numerosos que sejam, é o agrupamento e organização dos trabalhadores em diferentes organizações de massas, alavancas do Partido que levam a sua linha às massas e as guiam na luta revolucionária".

São esses os caminhos pelos quais passa a tarefa de ampliar

o Partido e consolidar suas estruturas. À medida que nos voltamos para a luta política principal, para a efetiva inserção nas massas e nas organizações de massas, criaremos condições para a consolidação e o crescimento das fileiras do Partido.

O crescimento permanente do Partido e sua inserção no movimento de massas exigem planejamento e constância. Devemos tomar por base as prioridades definidas no 7º Congresso: as grandes fábricas e empresas agrícolas, as universidades e escolas.

O Partido recorreu a campanhas de filiação em determinadas conjunturas para ampliar sua influência e aumentar seus efetivos. Mas o trabalho pelo crescimento e consolidação das fileiras do Partido não se esgota aí. É de fundamental importância, no curso das lutas atuais, incorporar os filiados à estrutura orgânica do Partido e nos comitês da Frente Brasil Popular onde podem desempenhar importante papel na campanha eleitoral.

A razão da rigorosa separação dos comunistas em um partido independente, diz Lênin, consiste em que sempre realizamos o trabalho entre as massas. Sem esse trabalho marxista a atividade política degenerada infalivelmente em um passatempo. Esse trabalho é sempre necessário, pois a fonte para o crescimento do Partido são as massas. Compartilhar seus anseios e identificar suas reais aspirações, organizá-las e mobilizá-las para a luta política e econômica são tarefas permanentes. No seu bojo devemos localizar as mais avançadas pessoas das massas, recrutando-as para o Partido.

* Secretário de organização do Diretório Regional do PCdoB no Paraná



O crescimento do Partido depende da ampla divulgação de suas propostas e do trabalho de massas

Curso debate as concepções sobre a luta das mulheres

Ana Maria Rocha*

Realizou-se de 18 a 28 de julho em São Paulo o 1º Curso Nacional de Mulheres do PCdoB. Contou com a presença de 29 lideranças destacadas e responsáveis pela frente de mulheres em 14 Estados do Brasil. Seu objetivo foi abordar os novos problemas decorrentes de mudanças ocorridas na realidade da mulher brasileira e avançar no enfrentamento dos problemas teóricos em questão no movimento de mulheres.

Na medida em que a questão da mulher ganhou corpo e não pode ser ignorada por nenhuma força política, ela também não escapa ao embate ideológico travado na sociedade. Diversas são as explicações da causa da opressão da mulher e os caminhos apontados para a sua superação. Isso exige do nosso Partido um maior conhecimento da questão, do ponto de vista teórico, para enfrentar a luta ideológica nesse terreno e também para responder aos novos problemas práticos, visando liberar as energias represadas das mulheres e fazer avançar sua luta de emancipação. Embora tenham se multiplicado as entidades emancipacionistas de mulheres e refluído a ação das entidades de caráter sexista radical, permanece o desafio de mobilizar amplas massas de mulheres não só em torno de suas bandeiras específicas como no curso de grandes batalhas polí-

ticas e econômicas. E, se novas respostas a nível da prática se impõem, torna-se imperativo a resolução de problemas teóricos de fundo, sob a óptica do marxismo-leninismo.

Numa expressão viva da importância que o nosso partido dá a essa questão, todo o curso foi acompanhado pelo secretário de organização Dyneas Aguiar, contou na sua abertura com a presença do vice-presidente do Partido, Renato Rabelo, e no seu encerramento com uma intervenção política de seu presidente, João Amazonas.

O curso constou de uma primeira parte de abordagem teórica geral para subsidiar uma segunda parte de abordagem da questão específica da mulher.

Avanço na elaboração

Constituiu-se num êxito, ao alcançar o objetivo de uma

elaboração coletiva no aprofundamento de algumas questões. O entendimento da opressão da mulher como algo ligado a todo o tipo de opressão na sociedade, o resgate do papel da reprodução no desenvolvimento histórico, tão destacado por Engels, a compreensão de como a opressão sexual reforça a opressão social e vice-versa, o papel do trabalho doméstico na manutenção da opressão feminina e o entendimento das razões por que as feministas "radicais" reduzem a luta contra a opressão da mulher apenas à esfera ideológica foram questões debatidas e aprofundadas na aula de Jô Moraes acerca do caráter revolucionário da luta da mulher.

Materialismo histórico

Ao debater sobre as concepções não marxistas nesse campo, Loreta Valadares destacou que a controvérsia feminista versus marxismo põe a nu "a verdade de que as teorias feministas 'radicais' têm provocado grande confusão teórica a respeito da concepção materialista histórica sobre a questão da mulher. Isto acaba por negar o marxismo como ciência e o socialismo como etapa de transição para a transformação da sociedade capitalista em comunista. Conseqüentemente, nega-se também o papel específico da mulher na lu-

ta pelo socialismo por considerar que este não resolve a questão específica da mulher." Na verdade, indicou Loreta, "é o caráter científico do marxismo que vem sendo questionado. A base comum dos arrazoados das feministas radicais é a negação do marxismo enquanto ciência por sua 'incapacidade' de, fora dele, resolver o problema da subordinação das mulheres e de sua emancipação. O que se quer é que o marxismo se negue a si mesmo e passe a ter outra base filosófica e outra visão (não materialista) da história. O que se pretende é que o socialismo volte a ser eclético, saia do terreno da realidade e deixe de ser ciência", assinalou Loreta.

Discriminação institucional

A questão institucional também foi um tema aprofundado com base em exposição feita por Têlia Negrão que esteve em Nairobi participando da Conferência Não Governamental, na oportunidade do fechamento da Década da Mulher decretada pela ONU. Ficou patente os efeitos, inclusive no Brasil, da convenção assinada contra todas as formas de discriminação à mulher. O balanço da década realizado em Nairobi, afirmou Têlia, serviu para evidenciar que o combate à discriminação à mulher esbarrava nos graves

Aguinaldo Zordenoni

problemas econômicos, políticos e sociais enfrentados pelos diversos países capitalistas, dependentes ou não. Mas o saldo do debate desencadeado pela década da mulher, serviu para difundir amplamente a opressão que se abate sobre a mulher, tirando a questão da marginalidade oficial em que se encontrava. A criação dos Conselhos da Mulher foi em parte decorrência dessa política.

Novos desafios

O curso abordou também a evolução da realidade da mulher brasileira, do ponto de vista da evolução das bandeiras de luta e formas de organização empunhadas pelas mulheres dentro de determinado contexto político, econômico e social do país, sobretudo a partir do século XIX, quando surgem as primeiras reivindicações específicas das brasileiras. A palestra sobre o tema ficou a cargo desta articulista. Diante do patamar em que chegou na atualidade a presença da mulher na sociedade brasileira, surgem novos desafios como a exigência de uma ação unificada a nível nacional que mobilize amplos setores de mulheres, sobretudo as trabalhadoras do campo e da cidade. Como fazer o debate de idéias sobre a questão da mulher, numa ótica marxista-leninista, chegar mais amplamente às universidades e nos meios de comunicação? Como garantir o caráter permanente e de massas das entidades, impedindo que elas se diluam no processo das campanhas, sejam eleitorais ou da própria entidade? Impõe-se uma abordagem nova, seja a nível das organizações, seja a nível das bandeiras específicas ou gerais, abordagem capaz de sensibilizar e mobilizar grandes contingentes de mulheres.

O ativo realizado ao final do curso apontou o papel das comunistas na mobilização das mulheres para a grande batalha política do momento que são as eleições, contribuindo para o fortalecimento da Frente Brasil Popular, seja através de encontros, passeatas, ou através da criação de comitês femininos onde for viável, e contribuir para o fortalecimento da campanha dos candidatos da frente. Também discutiu-se a necessidade do respeito à dinâmica própria das entidades de massas e de suas decisões coletivas, sendo ação partidária com o caráter de massa das entidades.



As comunistas debateram durante 11 dias questões teóricas do movimento de mulheres



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

* Da direção nacional do PC do B, responsável pela frente de mulheres.

A unidade mais próxima

Alberto William

O coordenador nacional da tendência "Viração" refuta as avaliações pessimistas sobre o próximo congresso da UNE, e garante que é possível reunificar o movimento estudantil, eleger uma diretoria proporcional para sua entidade máxima e dar início a um novo ciclo de mobilizações.

Muitos dos que acompanham de longe a trajetória do movimento estudantil brasileiro encontrarão apenas motivos para lamentações e saudades neste dia 11 de agosto, quando se completam 52 anos da fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE). Embora as universidades enfrentem uma de suas crises mais graves, há anos não se vêem nas ruas sinais das manifestações estudantis. E ainda que o país viva um clima de efervescência política, com a aproximação das eleições presidenciais, a intervenção ativa dos universitários nos assuntos nacionais parece marca de um passado distante.

Aparentemente remando contra a maré, o coordenador nacional da tendência estudantil Viração, Augusto Madeira, tem feito nos últimos dias, em sucessivos contatos com as bases de sua tendência, intensa pregação contra os prognósticos pessimistas. Madeira, que concedeu entrevista à **Classe** no último dia 7, reconhece o refluxo experimentado pelo movimento nos últimos anos. Mas garante, com a autoridade de quem tem participado ativamente das articulações preparatórias para o próximo congresso da UNE (a ser realizado em Brasília de 7 a 10 de setembro) que há pelo menos uma grande novidade no ar. Circunstâncias relacionadas com o momento político vivido pelo país e pela esquerda, e com o fracasso das últimas diretorias da entidade, criaram há algumas semanas condições muito favoráveis para pôr fim, já no próximo congresso, ao clima de disputas intestinais intermináveis que caracteriza há anos o movimento estudantil, e o impede de se reerguer.

Quase todas as tendências já fecham com proporcionalidade

Madeira fala com base em fatos muitos concretos. Nos últimos dias, ao apresentarem suas teses ao congresso da UNE, quase todas as correntes que atuam no movimento estudantil confirmaram sua concordância com uma tese sustentada há dois anos por Vir-

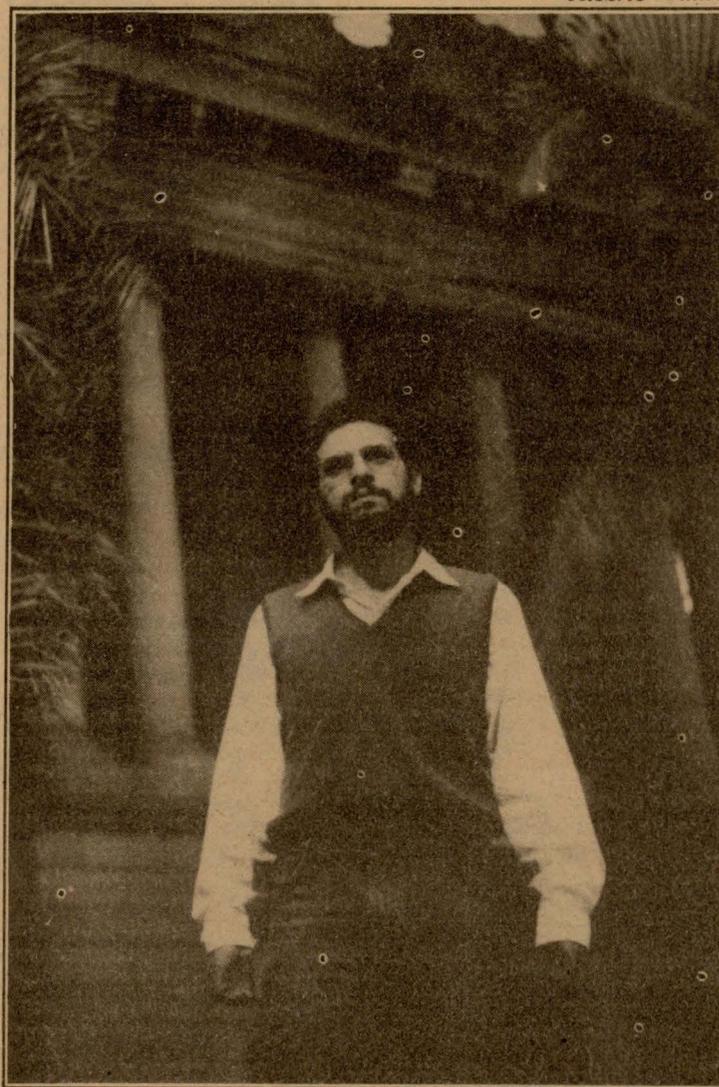
ção: a eleição de uma diretoria proporcional para a entidade. Já estão com a proporcionalidade os petistas das tendências Convergência Socialista, Democracia Socialista e Caminhando; O PSB e o PCB. E mesmo a corrente petista Articulação, que tem sido o principal obstáculo à efetivação da proposta, omitiu-se desta vez de expressar sua opinião. Nas teses que apresentou à comissão organizadora do congresso não disse que é contra nem que é a favor da diretoria proporcional.

Viração passou a defender a proporcionalidade a partir do congresso da UNE, realizado em Campinas em 1987. Augusto Madeira explica que desde então a tendência enxerga a proposta como única maneira de restaurar a unidade do movimento estudantil, esfrangalhada depois de anos de práticas ultra-sectárias. "A diretoria proporcional não vai resolver todos os nossos problemas", diz ele, "mas sem ela, sem restaurar a convivência democrática e o debate franco de idéias entre todas as forças importantes que atuam no movimento será impossível iniciar sua reconstrução".

Em dois anos, o fracasso completo da concepção simplista

No congresso de Campinas, no entanto, proporcionalidade foi derrotada por 17 votos. Contra ela, recorda Madeira, formou-se uma estranha aliança, em que as correntes petistas aliaram-se a Juventude do PMDB, ao MR-8 e até mesmo a militantes da UDR interessados em derrotar Viração. A diretoria da UNE passou a ser controlada pelo PT, que sustentava uma análise particularmente simplista a respeito dos problemas de luta estudantil. As lideranças deste partido afirmavam abertamente que a crise do movimento estaria resolvida a partir do momento em que elas próprias chegassem à diretoria da UNE.

Dois anos de gestões petistas foram suficientes, diz o coordenador de Viração, para demonstrar a inconsistência completa desta concepção. Ao invés de recuperar a antiga combatividade, a UNE passou a enfrentar problemas cada vez maiores. Não organizou qualquer mobilização dos estudantes durante os trabalhos da Constituinte, quando foram adotadas decisões fundamentais para o futuro da educação. E desapareceu completamente das universidades e do cenário político em 1989, apesar de uma crise de verbas que já dura quatro meses nas esco-



Madeira: "condições para a reconstrução da UNE"

las públicas e de aumentos de mensalidades sem precedentes na rede particular. As entidades estudantis nunca estiveram tão esvaziadas, e a própria diretoria da UNE perde-se em seguidas disputas internas.

Este quadro melancólico, mais o clima de unidade entre as forças progressistas criado a partir da formação da Frente Brasil Popular, deram nova força à proposta da proporcionalidade. Augusto Madeira acredita que sua possível aprovação no Congresso, através de um esforço de mobilização e entendimento político, equivalerá ao início da reconstrução da UNE, e permitirá iniciar rapidamente um novo surto de crescimento das lutas estudantis.

"Mesmo porque", diz ele, "a despeito da desestruturação da UNE e do movimento estudantil organizado a massa universitária continuou se mobilizando". Os encontros nacionais por curso são uma prova disso. Eles reúnem todos os anos milhares de estudantes, que discutem em profundidade temas relacionados a seus estudos, aos currículos universitários à ciência e tecnologia e ao mercado de trabalho. Além disso, a última reunião anual da SBPC, realizada há menos de um mês em Fortaleza, reuniu cerca de 3 mil estudantes,

numa demonstração notável de interesse pelo aperfeiçoamento científico e pelo debate acerca dos problemas do país.

"Massa universitária nunca deixou de debater idéias"

Além de defender a diretoria proporcional Viração propõe que a UNE assuma no congresso de Brasília um compromisso explícito com os temas culturais e ligados ao ensino. Segundo Augusto Madeira "eles foram durante muito tempo relegados a plano secundário, enquanto nos perdíamos numa prática que levava em conta apenas a luta reivindicatória mais elementar".

Para recuperar o tempo perdido Viração propõe retomar a luta pela reforma universitária, inteiramente abandonada nas últimas gestões. E quer realizar um seminário latino-americano sobre o tema, onde ficarão claras, de acordo com Madeira, "a intervenção do imperialismo no sistema de ensino de todos os países do continente, e a importância de construir um movimento independente para a verdadeira independência nacional, e os interesses da maioria da população". Viração também propõe a promoção de amplas discus-

ções sobre ciência e tecnologia, cultura e mercado de trabalho, e a realização do 3º Encontro Nacional da Mulher Universitária.

Compromisso claro com reforma universitária e temas culturais

A tendência pretende também insistir na politização do movimento estudantil com vistas inclusive a eleição presidencial. "É evidente que não proporemos que a UNE apóie nenhum candidato, pois ela tem de ser apertidária", diz Augusto Madeira, para em seguida completar. "No entanto, queremos debater, num processo que conte com a participação massiva dos estudantes, pontos programáticos para um governo democrático. Achamos que um presidente interessado no desenvolvimento do país deve se comprometer com a reversão completa do modelo educacional, com a concessão de verbas públicas apenas para as escolas públicas, com a ampliação substancial do número de vagas nas universidades federais e a adoção de programas de ensino voltados para a realidade do país. Além disso, deve suspender imediatamente o pagamento da dívida externa, apoiar efetivamente o desenvolvimento científico e tecnológico, apoiar a preservação do meio ambiente e garantir ampla liberdade para o povo, para que não voltem a se repetir massacres como os praticados contra os trabalhadores de Volta Redonda, Itaipu, São Bernardo do Campo e mais recentemente Londrina".

Discutir em todo o país política e eleição presidencial

Confiante em que é possível começar a reverter o descenso do movimento estudantil, Augusto Madeira aposta agora na mobilização dos militantes de Viração, para transformar esta possibilidade em algo real. A tendência está distribuindo por todo o país dezenas de milhares de cópias de um documento intitulado "Carta aos estudantes brasileiros", em que expõe suas teses para o congresso. O material procura debater francamente com os estudantes a crise de seu movimento, e onde já foi distribuído encontrou receptividade excelente. "Algo nos diz que é possível acreditar num novo movimento, e não deixar de lado as velhas práticas e os preconceitos, e acreditar no pessoal das salas de aula", conclui o coordenador de Viração. (A.M.)

Guerra pelo ônibus em Londrina

Revoltada com um aumento inesperado das passagens do transporte coletivo, a população da segunda cidade do Paraná rebela-se, sofre repressão policial selvagem e obriga o prefeito do PDT a voltar atrás.

Luiz Manfredini *

O inesperado aumento nas tarifas de ônibus, as deficiências acumuladas no sistema de transporte coletivo, a truculência policial diante das manifestações populares — mas também a demagogia e o autoritarismo dos governantes, a arrogância dos monopólios e, como dramático pano de fundo, a política econômica de arrocho do governo federal — transformam a cidade de Londrina, a segunda maior do Paraná, numa verdadeira praça de guerra nos últimos dias primeiro e dois. Diante da envergadura dos protestos populares, o prefeito Antonio Belinatti (PDT) — que durante a campanha eleitoral havia prometido transporte urbano gratuito na cidade — foi obrigado a revogar o decreto através do qual havia autorizado a elevação da tarifa de NCz\$ 0,40 para NCz\$ 0,50.

O aumento do último dia primeiro foi o sexto do ano. O anterior foi decretado no dia nove de julho. Ao todo, a tarifa do transporte coletivo em Londrina, monopolizado há 31 anos pela Empresa Transporte Coletivo Grande Londrina, (TCGL) sofreu um reajuste de 316,66% desde o início do ano, contra uma inflação de 254,89% no período e um índice de correção salarial de janeiro para cá de apenas 182,37%. Some-se a isso deficiências no sistema como por exemplo a falta de carros, responsável pela lotação de até 150 passageiros em veículos que circulam em bairros. O problema já vinha sendo apontado como crítico pela população, há vários meses.

Chegou-se a compor uma comissão e encaminhar às autoridades municipais e à empresa estas e outras questões. Mas o que causou grande indignação foi o fato do aumento das passagens ter sido decretado pela prefeitura no instante em que se entabulavam negociações entre a Articulação Municipal do Movimento Popular (Amunp), que congrega mais de 24 entidades populares, e a prefeitura, em torno de uma eventual redução da tarifa abaixo dos NCz\$ 0,40 fixados em 9 de julho. Como parte dessas negociações estava marcada, para o próprio dia primeiro à tarde, uma reunião que examinaria ainda a reivindicação de interligação do transporte coletivo interurbano e a formação de uma comissão consultiva para análise da planilha e da tarifa.

Diante do súbito aumento, a Amunp convocou uma manifestação de protesto no bairro Novo Bandeirante, no trevo da rodovia Celso Garcia Cid, entre Londrina e o município de Cambé, para a manhã do dia primeiro. Grupos de populares bloquearam 11 ônibus, imobilizando-os numa avenida paralela à rodovia. Outros seis veículos foram impedidos de circular numa das ruas do conjunto Avelino Vieira, nas proximidades. Estavam ali cerca de mil pessoas protestando contra o aumento da tarifa, pedindo a presença do prefeito Antonio Belinatti e de algum diretor da TCGL.

Uma comissão formada pelos moradores conseguiu reunir-se no salão paroquial da igreja de Novo Bandeirantes, com um dos diretores da

empresa, que defendeu o aumento e disse nada poder negociar com os manifestantes. A comissão ainda ponderou que a situação era insustentável, e que a intransigência da empresa emperrava o diálogo e poderia provocar turbulências entre o povo. De fato, diante do impasse, os populares, após uma espera de mais de quatro horas por algum tipo de negociação, quebraram os vidros de 11 ônibus e incendiaram um automóvel da empresa.

A partir daí, em várias partes de Londrina, eclodiram manifestações espontâneas, algumas delas radicalizadas, de uma população revoltada com os abusos nos transportes coletivos. Na quarta-feira, dia 2, a Amunp convocou um ato público para as 18 horas, no terminal urbano, no centro da cidade. Às 17 horas, na prefeitura, estava marcada uma reunião de negociações à qual, finalmente, o prefeito Antonio Belinatti, que havia sumido, compareceu. Mas a empresa TCGL não enviou nenhum representante.

A reunião só se tornou conclusiva quando ali chegaram as notícias do ato público no terminal urbano e a grande confrontação entre o povo e soldados da Polícia Militar. O prefeito Belinatti não teve, então, outra saída senão revogar o decreto, congelar a tarifa em NCz\$ 0,40 e instituir um júri arbitral composto por cinco pessoas para, até o dia 18, se pronunciar a respeito da tarifa. Belinatti também aquiesceu diante da reivindicação popular da formação de uma comissão permanente, com poder deliberativo, para o estudo da planilha e de todos os problemas referentes ao transporte coletivo da cidade, com vistas a um gerenciamento po-

Uma batalha campal

Cerca de 5 mil pessoas concentraram-se no terminal urbano de Londrina a partir das 18 horas do último dia 2 para protestar contra o aumento das tarifas, a não-integração das linhas metropolitanas e a superlotação dos ônibus. A Polícia Militar interveio com extrema violência. Soldados chegaram atirando, brandindo cassetetes, lançando bombas de gás lacrimogênio. Atacavam quem estivesse pela frente, manifestantes, simples transeuntes e muitos jornalistas. A população respondeu com pedras ao ataque policial.

De início a liderança da manifestação pediu que o confronto com a polícia fosse evitado. Mas no exato momento em que Idalton José de Almeida, representante do Movimento da Consciência Negra (que participa da Amunp), conclamava a todos para evitar o enfrenta-

mento, foi preso pela Polícia Militar. Isso revoltou o povo ali presente e o confronto se estabeleceu, durando até por volta das 21 horas. Cerca de 60 pessoas foram presas, centenas feridas e espancadas pela polícia. A população destruiu 60 ônibus ateando-lhes fogo, e no total mais de 100 ficaram danificados.

As direções estaduais do PCdoB e do PT emitiram nota oficial de solidariedade "com a grande vitória do povo de Londrina" e de repúdio diante das ações repressivas. A nota do PCdoB e do PT terminam afirmando que "o exemplo de Londrina é apenas um entre os muitos que apontam para a única saída possível para o Brasil: a união do povo para transformações profundas que acabem com os privilégios e a exploração, e que promovam a justiça, a melhora das condições de vida e o progresso social". (L.M.)

Tradição de truculência

A violenta repressão da Polícia Militar do Paraná contra manifestantes de Londrina — que causou comoção na opinião pública do Estado e protestos nos segmentos organizados da sociedade — colocou à mostra uma situação que vai se cristalizando: a crescente truculência policial — civil e militar — em casos de crise comum ou na repressão política ao movimento popular.

O jornalista Pedro Arlant, da sucursal de Curitiba do jornal "Folha de Londrina", publicou no último dia 8 ampla reportagem sob o título "A polícia no banco dos réus". A matéria, de página inteira, afirma que "desde janeiro aconteceram no Paraná seis crimes que alcançaram repercussão nacional". À exceção de um deles — a Chacina de Carambel, cometida pelo Exército e milícias da UDR — todos envolviam policiais civis e militares. Na auditoria da Justiça Militar encontram-se mais de 200 processos criminais contra policiais militares. Os desmandos policiais e a impunidade reinante deixam a opinião pública em relação à real apuração das responsabilidades e à punição dos culpados. (L.M.)



Atraído pela medida, povo reagiu espontaneamente



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Rumo a um movimento forte

Antonio Santos Carmo*

Lideranças negras de todo o país reúnem-se no Espírito Santo, apostam na unidade e propõem para 1990 um congresso nacional e unitário para enfrentar a crise que prejudica a luta anti-racista

Organizar em 1990 um Encontro Nacional do Movimento Negro, amplo, unitário e massivo. Esta foi a mais importante perspectiva aberta com a realização no último dia 31, no Hotel Fazenda de Vila Velha (ES), de um encontro de lideranças negras de todo o país.

Marcado anteriormente para a cidade de Belo Horizonte, o evento foi transferido para o Espírito Santo para permitir a presença de um número maior de grupos e entidades. A mudança surtiu efeito. Estiveram em Vila Velha entidades como o Movimento Negro Unificado (MNU), a União de Negros pela Igualdade (Unegro), o grupo Alasyn-Oyô, do Rio de Janeiro, e o Centro de Cultura Negra (Cecun), capixaba. Além disso, fizeram-se representar pelo menos dois partidos, que congregam parte importante das lideranças do movimento — o PCdoB e o PT.

Congresso da unidade será marcado pelo debate político

As decisões aprovadas estão à altura das necessidades de superar a crise do movimento negro e de colocá-lo a serviço da transformação social como já abordado nas duas últimas edições da **Classe**. Além de empenharem-se na realização do Congresso Nacional do Movimento Negro, as lideranças presentes em Vila Velha pretendem lutar para que ele seja um fórum essencialmente destinado à **discussão política** acerca da sociedade brasileira e do papel da luta anti-racista para sua transformação. Também ficou acertado que será feito um grande esforço para que a comissão organizadora do Congresso seja integrada por um amplo leque de forças e entidades, de modo a dar-lhe caráter unitário insofismável.

Por último, foi decidido que as decisões adotadas em Vila Velha serão levadas à consideração de um número mais expressivo de grupos anti-racistas já de 7 a 9 de setembro, quando se realiza o 9º Encontro dos Negros do Norte e

Nordeste, em Salvador. Este evento passa, portanto, a ser a referência mais próxima no processo rumo à reorganização do movimento. Por isso é preciso tratar dele com mais detalhe.

Desde 1981, norte e nordeste têm luta mais organizada

Organizados desde 1981, os Encontros dos Negros do Norte e Nordeste acabaram se transformando em eventos destacados na difícil caminhada do movimento anti-racista rumo a definições político-ideológicas e organizativas adequadas. A idéia de realizar encontros regionais anti-racistas surgiu em 1980, durante a realização de uma reunião da SBPC em Salvador. Os negros presentes realizaram uma passeata no campus da Universidade Federal da Bahia, que sediava o evento, denunciando a existência de racismo no país.

Na reunião de avaliação da passeata, as lideranças das poucas entidades então existentes identificaram a necessidade de promover reuniões interestaduais, com o objetivo de articular o movimento, trocar experiências e amadurecer posições.

Na prática os encontros que tiveram vida permanente foram os do norte e nordeste.

Em nove anos de existência serviram como fator de incentivo ao surgimento de inúmeras entidades, e ao fortalecimento de outras. Sistematizaram opiniões sobre temas específicos importantes. Definiram ações unitárias de luta como o 20 de Novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. Infelizmente, carregam o acúmulo do desgaste das inúmeras resoluções tomadas e não aplicadas, das disputas de caráter personalista e do esgotamento de seu papel, já que é preciso partir para uma articulação de caráter verdadeiramente nacional.

Três mil participantes esperados no encontro em Salvador

De certa forma, porém, eles próprios acabaram sendo, nos tempos difíceis que atravessamos, a chama que deu alento à luta, e que impulsionou iniciativas semelhantes em outros pontos do país. É seguindo o exemplo do norte e nordeste que se realizarão ainda este ano o Primeiro Encontro de Negros do Centro-Oeste e o Segundo Encontro de Negros do Sul e Sudeste.

Mais uma vez, no entanto, espera-se que venham do 9º Encontro do Norte e Nordeste as maiores contribuições para a reorganização do movimento. E tudo indica que as especu-

tativas não serão frustradas. Espera-se que o evento conte com a participação de 3 mil negros. Além disso, ele será antecedido, dias 11 e 12 de agosto, por encontros regionais simultâneos nos Estados da Bahia, Sergipe, Maranhão e Pernambuco, o que assegura uma participação mais ativa das bases, e um debate mais profundo.

Tão importante quanto isto, porém, é o enfoque nitidamente político do evento. Porque o tema do 9º Encontro, "O negro e as relações de poder", permite a tomada de decisões capazes de influenciar nos rumos políticos do país e de dar ainda mais força à realização no próximo ano do Congresso Nacional do Movimento Negro. O posicionamento sobre a sucessão presidencial, principal fato da conjuntura nacional, a participação dos negros nas lutas operárias, de bairro e estudantis; a condição da mulher negra; o negro e os 100 anos de República são itens que certamente constarão da pauta, e que abrem caminho para um autêntico salto de qualidade rumo à superação da crise do movimento. E as decisões tomadas tendem a repercutir nacionalmente, graças à realização, durante o evento, da reunião nacional de entidades do movimento que poderá confirmar a realização do Congresso Nacional em 1990.

Por tudo que se viu, é fácil concluir que vivemos um momento particular. Ele pode inclusive desembocar na realização no próximo ano de um congresso unitário, com a participação de todas as entidades da luta anti-racista. Um congresso onde entrem em debate todas as concepções, e definam-se caminhos capazes de abrir espaço para que esta parcela, até hoje tão marginalizada, participe da vida nacional com o peso decorrente de sua presença na construção da riqueza do país.

Debruçar sobre os problemas teóricos, sem sectarismos

Por tudo o que se viu, também, percebe-se que aos militantes do movimento negro de todas as partes do país está posta uma grande responsabilidade. Ao prepararem-se para participar do conjunto das atividades previstas, com caravanas massivas, devem debruçar-se sobre o universo de questões que compõem nossa causa, sem sectarismo nem preconceitos. Com disposição de aprender e ao mesmo tempo apontar o caminho da liberação das forças poderosas capazes de alterar o quadro do poder nos quatro cantos de nossa pátria.

* Presidente da União de Negros pela Igualdade - Unegro - BA

Plínio Nicácio



Comemoração do Dia da Consciência Negra, em 84, na Serra da Barriga



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A esmola dos bancos ao México

O acordo sobre a dívida externa celebrado pelo governo mexicano com os banqueiros evidencia que o chamado "Plano Brady" tem limites muito estreitos, determinados pelos interesses da banca internacional, e não constitui solução para a crise dos países devedores.

Umberto Martins

O negócio foi fechado com sorrisos e abraços, dia 23 de julho em Washington, num encontro que reuniu o secretário do Tesouro norte-americano, Nicholas Brady, o ministro da Fazenda do México, Pedro Aspe, e o presidente do Citicorp, John Reed.

Depois de quatro meses de conversações, os bancos comerciais, que detêm cerca de 50% da dívida mexicana (de 107,9 bilhões de dólares neste ano), formalizaram a promessa de reduzir, nos próximos anos, o impacto dos encargos de seus créditos no país adotando uma entre três alternativas pactuadas.

A primeira prevê uma desvalorização do principal, de 35%, comprometendo-se o governo a pagar os juros de mercado (com base em taxas flutuantes) sobre o débito reduzido, uma solução que deve ser adotada por poucos bancos. A segunda implica o tabelamento, em 6,25%, dos juros (que neste ano ultrapassaram a casa dos 10%) e, finalmente, a terceira deixa o principal e os juros tal como existem hoje desde que o banqueiro se comprometa a emprestar, ao longo de quatro anos, o equivalente a 25% do que tem a receber.

Muita encenação para repetir uma velha comédia

Brady exultou: "É uma fantástica mudança de circunstâncias, um grande passo". No mesmo tom, o presidente do México, Carlos Salinas de Gortari, anunciou na televisão que a comunidade financeira internacional tinha, finalmente, atendido "o grito dos mexicanos pela retomada do crescimento".

O otimismo, porém, não tem razão de ser e nem desmente a impressão de que estamos assistindo à repetição de uma velha e conhecida comédia. Lembremo-nos que no início do ano passado foi divulgado, com igual estardalhaço, um acordo de "redução" da dívida mexicana, através da compra de títulos do governo norte-americano e sua permuta por créditos externos, que resultou em nada.

Uma análise dos termos do recente acordo mostra que ele está longe de solucionar a crise da dívida externa. Estima-se, por exemplo, que apenas 1/5 dos bancos comerciais tendem a optar pela alternativa de deságio do principal, de forma que a redução de 35% incidirá

sobre cerca de 11 bilhões, garantindo uma economia, em juros, de algo em torno de 400 milhões de dólares.

"O México negociou com um braço amarrado às costas"

Com boa vontade, supondo-se que a segunda alternativa seja admitida por um percentual maior de credores (a terceira não diminui em nada os encargos dos débitos, apenas protela o pagamento e aumenta o principal), pode-se estimar um alívio de 13% sobre os juros que o país remete anualmente ao exterior, conforme cálculos do economista Shafiqul Islam, do Council of Foreign Relations, que classificou o acordo de pobre. "É muito menos do que o México precisa."

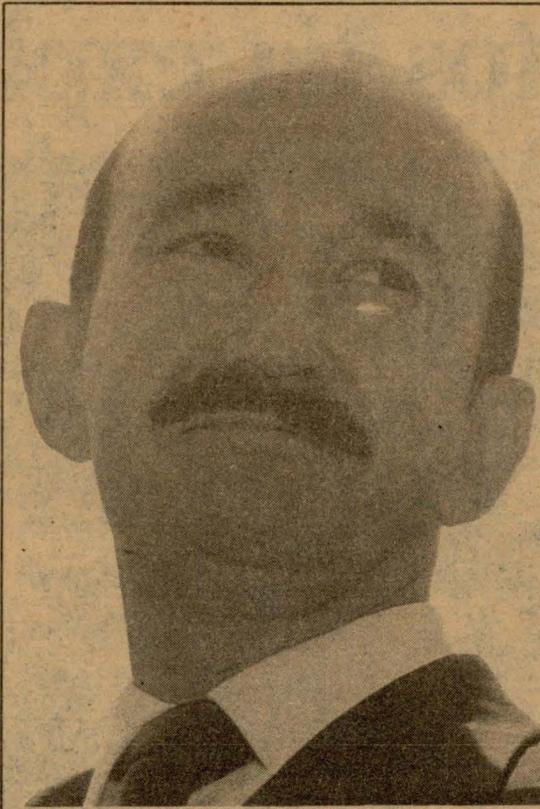
"O México negociou com um braço amarrado às costas", avaliou outro economista americano, Jeffrey Sachs, enquanto o professor Rudi Dornburch, do Instituto de Tecnologia de Massachusets e consultor do governo mexicano, depois de observar as cláusulas do acordo, salientou: "Os mexicanos fizeram surpreendentes concessões. Não vejo como poderão sustentá-las."

Somente neste ano, os juros da dívida externa mexicana alcançaram mais de 10 bilhões de dólares. Uma redução para US\$ 9 bilhões em pouco alivia a dramática repercussão econômica e social dos débitos, e o México continuaria transferindo mais de 7% do seu PIB para o exterior.

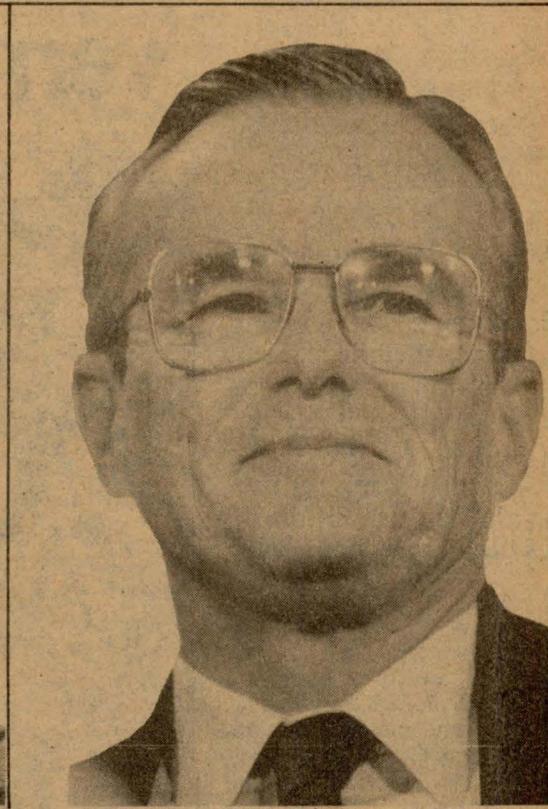
O acordo é um termo de compromissos entre as elites

Não obstante, é este o primeiro resultado concreto do "Plano Brady", que para a burguesia sinaliza o fim da crise da dívida e patenteia uma mudança na conduta do imperialismo em relação aos países devedores. O acordo contempla algumas exigências do governo mexicano e assemelha-se muito à proposta de "securitização" da dívida levantada pelo governo Sarney quando o Ministério da Fazenda era ocupado por Bresser Pereira e ainda hoje defendida pelo candidato a presidente do PSDB, Mário Covas. Expressa, portanto, uma solução de compromisso entre as classes dominantes, os banqueiros e elites de países dependentes.

Keith Dannemiller/Black Star



Dennis Brack/Black Star



Salinas e Brady: o otimismo é grande, mas a ganância limita a boa vontade, reforça a lógica da crise e resulta em soluções mediocres

Nota-se, também, uma elevação da preocupação de países credores, especialmente após a rebelião das massas na Venezuela e os recentes acontecimentos na Argentina. Portavozes do governo japonês são os que se mostram mais "sensíveis" e já chegaram a argumentar que a dívida externa dos países dependentes constitui o mais grave problema da atualidade.

Sede de lucro é bem maior que a boa vontade

Ao mesmo tempo, começa-se a admitir o fato, óbvio, de que a dívida externa é, hoje, um obstáculo intransponível ao crescimento dos países dependentes.

O México, aliás, é um bom exemplo dos estragos causados pelo endividamento. A dívida de longo prazo pulou naquele país de 5,9 bilhões de dólares em 1970 para US\$ 91 bilhões em 1986, ou de 17% para 76,1% do PNB, enquanto o pagamento de juros exigiu 283 milhões de dólares (3,7% do PNB) em 70 contra US\$ 7,7 bilhões em 1986 (7,5% do PNB). A queda do PIB per capita entre 1980 e 1987 foi de 10,5%, segundo a Cepal, refletindo a queda dos investimentos, da atividade industrial e das importações. Somente as exportações mantiveram uma taxa de crescimento alto nos últimos anos (mostrando o esforço do país para satisfazer os credores), conforme a tabela publicada ao lado, que indica, com base nos dados do Banco Mundial, a taxa média anual de crescimento de diversos componentes da economia mexicana (em percentual).

Se as carências sociais nos países endividados já eram grandes antes do estouro da crise da dívida externa, no início desta década, tornaram-se presentemente insuportáveis. Tomando ainda o México por exemplo, além do arrocho salarial (o salário mínimo já foi reduzido à metade desde 1980, segundo a Cepal) e do aumento do desemprego, a administração dos desequilíbrios econômicos pelo governo implicou uma drástica redução dos subsídios aos alimentos, quando 30% das crianças em idade pré-escolar padecem de subnutrição no país.

O descontentamento popular, com isto, assume proporções perigosas para a burguesia nesses países e para o próprio imperialismo, que se vê ameaçado de perder a galinha dos ovos de ouro. Uma conduta racional, portanto, tanto do ponto de vista dos interesses mais globais dos países ricos como das classes dominantes naqueles que estão endivida-

dos, exige uma prudente limitação da ganância.

Mas a boa vontade dos banqueiros com o México (a menina dos olhos de Brady e do governo ianque, conforme observou o economista Shafiqul Islam) revela, mais uma vez, que a racionalidade desses senhores é (como sempre foi) inversamente proporcional aos seus interesses. O lucro estabelece os limites da consciência.

O "início do fim do 'Plano Brady'", segundo a expressão que Shafiqul Islam usou para caracterizar o acordo mexicano, mostra também que não se pode esperar uma saída para a crise da dívida externa através de compromissos e concessões aos interesses da banca internacional, assim como é uma custosa bobagem aguardar uma solução espontânea do "mercado". O conflito de interesses entre as nações endividadas e o imperialismo contido na dívida externa, só pode ser resolvido a favor dos povos com uma atitude resoluta e unilateral contra os credores.

Taxa média de crescimento anual (%)

	1965—80	1980—88
Produto Interno Bruto	6,5	0,4
Investimento Interno Bruto	8,5	-7,6
Indústria	7,0	-0,1
Energia	9,7	2,6
Importações	5,7	-9,5
Exportações	8,1	1,0
Consumo privado	8,5	-7,6

Fonte: Banco Mundial

CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Revisionistas semeiam os ventos da exploração

Edson Silva*

A etapa de acumulação em curso na União Soviética e nos demais países ex-socialistas está produzindo o aceleramento da crise multilateral que de alguma forma vem evoluindo nas últimas três décadas nesses países.

Esta é uma das características mais expressivas deste processo de transição regressiva do socialismo ao capitalismo, amplamente analisado na revista "Princípios" n.º 17, convergindo no sentido de uma rápida extinção das conquistas do socialismo e da imposição de pesadas e crescentes dificuldades à nação e aos trabalhadores da URSS e dos países do leste europeu.

Não havia como ser diferente, dado que o processo de desenvolvimento social, da produção de bens materiais, é essencialmente evolutivo, passando de um estágio inferior a um superior. Nunca o contrário. Sobretudo no caso presente, em que a regressão, com a traição ao socialismo, se dá com a "ajuda" espoliadora do capital internacional e na fase mais crítica do capitalismo, enredando por crises que agravam as condições de vida dos trabalhadores e promovem a desagregação social.

Precisamente esses mesmos fenômenos se reproduzem na URSS contemporânea, conforme constata Gorbachev em seu livro "Perestroika — novas idéias para o meu país e o mundo". Referindo-se à segunda metade dos anos 70, diz ele: "Analisando a situação, primeiro descobrimos uma diminuição do crescimento econômico (...). Iniciou-se uma gradual erosão de valores ideológicos e morais de (...) nosso povo (...) começou a decadência da moral pública".

Como proceder? Gorbachev, ávido por consumir a traição, logo concluiu que "reparos e remendos não serviam: era preciso fazer uma revisão geral". Ou seja, não havia tempo a perder, nem se tratava mais de promover uma lenta transição ou de incentivar pura e simplesmente a pequena propriedade privada.

Ocorre que as leis do desenvolvimento econômico são objetivas, independentemente da vontade dos homens. Objetiva-



Mineiro na Sibéria: salário baixo e falta de produtos de primeira necessidade

mente a regressão faria aflorar um sem-número de contradições e conflitos incontroláveis. Assim é, por exemplo, a irresistível disputa para estabelecer quem mais se apropria da massa de mais-valia extraída da mercadoria mão-de-obra dos trabalhadores soviéticos: se a burguesia burocrática, parasitária, entrelaçada ao Estado, ou se os "novos burgueses" proprietários das empresas que se implantam. Em julho do ano passado, quando foi promulgada uma nova "lei das cooperativas", eufemismo para não falar de empresas privadas, ficou estabelecido um imposto de até 90% sobre seus lucros. Se inicialmente a lei estimularia a profusão da propriedade privada (de maio de 87 ao início de 89 foram criadas mais de 100 mil "cooperativas"), no momento seguinte ela despertaria a contestação dos "novos patrões". Afinal, o negócio é rendoso. Segundo a agência oficial de notícias da URSS, uma pequena parte das 3 mil empresas privadas de Moscou tem lucros mensais superiores a 1,5 milhão de dólares.

Leis de mercado

Ao que se sabe, a lei foi momentaneamente revogada, diante do inconformismo dos "novos capitalistas" com a transferência forçada para o Estado de tão expressiva parcela de mais-valia por eles extraída. Agora o parlamento está por adotar nova tributação, seguramente mais amena, já que se trata de incentivar, e não atrofiar, a expansão do capitalismo, de acordo com os

mandamentos da "perestroika".

Os conflitos na esfera da produção não param por aí. Mesmo porque a ordem, conforme Abel Aganbegyan — principal assessor econômico de Gorbachev —, é que a economia se administre pelas "leis de mercado". É bom assinalar que as "cooperativas" estão liberadas para fixar os preços de seus produtos. Logo, os empresários, determinados a maximizar seus lucros, tratarão de reduzir não apenas os tributos, como todos os demais componentes do custo de produção. Neste particular, o emprego, os salários e as condições de trabalho se tornam presas fáceis. Mais ainda para a geração de trabalhadores outrora livres e que agora se defrontam com a implacável exploração capitalista.

Com estímulos à iniciativa privada e o restabelecimento da anacrônica "lei de mercado", os dirigentes soviéticos, tanto quanto os dos países do leste europeu, pretendem superar manifestações da crise recente, como o mercado negro e a queda na produção e na oferta de bens. É a solução capitalista que articulam para o falso dilema instaurado entre a escassez de produtos com preços baixos e a "abundância" com preços altos.

Isto é, aí já se encontram embutidos novos desdobramentos da crise: perda do poder aquisitivo dos trabalhadores, inflação e concentração de rendas. A realidade assim o demonstra. Em 1988, a URSS registrou uma inflação recorde

de 8%. E, no primeiro trimestre do corrente ano, os aumentos de preços já sinalizavam uma inflação anual de 10 a 11%. A Polônia congelou os salários no início de julho último e a imprensa noticiou, dias atrás, um generalizado aumento de preços, em alguns casos de até 1.000%! O que é pior, sem a anunciada "abundância" da oferta de produtos. Estima-se que 1 milhão de operários soviéticos perderam seus empregos nos primeiros nove meses do ano passado. O fenômeno é tão real que o governo soviético agora instituiu o pagamento por três meses do salário desemprego.

Avanço da crise

É o primeiro-ministro soviético, Nikolai Rijkov, quem reconhece o avanço da crise. Diz ele, em seu relatório "Programa do governo da URSS para

o futuro próximo", que "cerca de 40 milhões de soviéticos, ou um em cada sete cidadãos, vivem abaixo do nível oficial de miséria".

A disposição de recorrer ao capital internacional, tanto sob a forma de empréstimos como de investimentos diretos, é outra marca de reestruturação do capitalismo nos países ex-socialistas. Os banqueiros e as multinacionais aplaudem com entusiasmo. A eles se abriu uma nova fronteira para a expansão de seus capitais e, virtualmente, a drenagem de parte da riqueza de suas novas vítimas. De país sem dívida externa, enquanto triunfou o socialismo, a URSS acumula hoje uma dívida externa de 312 bilhões de rublos (quase 500 bilhões de dólares — maior que a brasileira), segundo o presidente do comitê de planejamento, Yuri Maslyukov. Segundo Maslyukov, num discurso ao Soviete Supremo, a dívida soviética cresce a um ritmo mais rápido que a um norte-americana, que é de dimensões semelhantes. Quanto ao déficit público, o representante do governo de Gorbachev o projetou como de 192 bilhões de dólares para este ano — 20% a mais que as estimativas de há seis meses.

É da essência dessa catástrofe que a luta de classes se agudize, explodindo em greves, como as dos mineiros soviéticos, por aumentos salariais e melhores condições de salários, bem como as sucessivas revoltas étnicas e das nacionalidades. Enfim, quem semeia ventos, colhe tempestades. O capitalismo não faz outra coisa. Os que traíram o socialismo, tampouco.

*Economista, presidente do PCdoB no Rio Grande do Sul e membro de sua direção nacional

Livraria Vitória

Socialismo, ideal da classe operária	NCz\$7,50
— João Amazonas	NCz\$15,00
Marx e os sindicatos — Lozovski	
Esquerdismo, doença infantil do comunismo	
— Lênin	NCz\$13,20
O Estado e a revolução — Lênin	NCz\$14,22
Manifesto do Partido Comunista — Marx e Engels	NCz\$6,00
A origem da família, da propriedade privada e do Estado — Engels	NCz\$21,00
Fundamentos do Leninismo — Stálin	NCz\$7,50
Princípios — Perestroika, traído ao socialismo	NCz\$5,00

Pedidos e encomendas para o Centro de Documentação e Memória (CDM) — Fundação Maurício Grabois, São Paulo. Você faz o pedido e receberá um aviso do Correio. Quando for retirar sua encomenda, paga no ato da entrega. Estes preços estão sujeitos a alterações constantes. Faça o seu pedido o mais breve possível.

Luiz Gonzaga do Nascimento veio ao mundo em 13 de dezembro de 1912. Aos 8 anos de idade, começou o aprendizado da sanfona (no início, uma "oito baixos") com o pai, Januário. Em 1939 passou a viver de música. Tocou nos bares do Mangue e da Lapa carioca, em festas e nas ruas, passando pires para recolher dinheiro. Uma trajetória que ainda hoje uma imensidão de músicos nordestinos realiza no Rio e São Paulo.

Além de músico de rua, Gonzaga foi também músico de disco e de rádio. Em 1941 gravou "Vira e Mexe", o primeiro dos seus 59 discos (dez em 78 rotações — inclusive este). "Vira e mexe" era um chamego, apresentado no programa "A hora do calouro", de Ari Barroso. A partir do trabalho de Luiz Gonzaga nos meios de comunicação — ainda nos anos 40 foi contratado pela Rádio Nacional, do Rio — a música nordestina passou a ter vez no Brasil como um todo.

"Talvez por ignorância ou maldade das pior", sofreu preconceitos

Não foram poucos os preconceitos que **Lua** — o apelido foi dado por Paulo Gracindo, nos anos 40, devido ao formato redondo do rosto de Luiz Gonzaga — e a música nordestina enfrentaram. Ainda na Rádio Nacional, teve que se cobrir com um **smoking**. O diretor da rádio, Floriano Faissal, vetou a roupa de cangaceiro que Luiz Gonzaga usava. Sintomaticamente, Faissal permitia que Bob Nelson — outro cantor de sucesso na época — se apresentasse vestido de **cowboy**...

Mas a qualidade do trabalho do "pai do baião" se impôs. Em 7 de junho de 1947 gravou a música que acabou se transformando no hino do Nordeste, "Asa Branca", parceria sua com Humberto Teixeira. A canção ultrapassou as fronteiras brasileiras e acabou

No dia 2 a voz e a sanfona de Luiz Gonzaga foram mudadas. O "rei do forró" morreu, aos 76 anos. "Uma perda enorme para a música brasileira", afirmou Tom Jobim. Milhares de brasileiros homenagearam o grande artista popular, no seu funeral.



Bateu asas do sertão

ganhando várias gravações na Europa. Outra canção sua, esta com letra de Zé Dantas, registrou o amargor da vida nordestina: "Mas doutor, dos 20 Estados temos oito sem chover. Como vê, quase a metade do Brasil está sem comer" ("Vozes da seca").

Vida de viajante no período em que a TV não lhe dava vez

No final dos anos 60, quan-

do a televisão começou a predominar nas noites brasileiras, Luiz Gonzaga foi deixado de lado pelos grandes meios de divulgação. Mas não perdeu contato com a enorme massa de admiradores de sua música. "Meu negócio é vender disco pelo interior, cantar em circos, em fábricas", afirmou. E disparou contra a moda dominante: "Televisão não é lugar para tudo que é cantor. Eu sou velho e feio, o que vou fazer lá? TV é pra mostrar mulher bonita".

Mesmo fora do padrão televisivo, continuou influenciando as gerações que surgiam no cancionário nacional. "Quando tinha oito anos já era fã dele. Ele foi um **designer** do som. Criou aquela fórmula da zabumba, triângulo e sanfona que é ultrabem-sucedida", afirma Caetano Veloso.

É interminável a lista de músicos, intérpretes e compositores influenciados pelo velho **Lua** — inclusive, é claro, seu filho Gonzaguinha. No início dos anos 70, ele falou à imprensa: "É melhor vocês falem de mim, porque eu mesmo

não sei o que sou. Não sei porque falam de mim. Eu não entendo nada, eu vou levando."

Politicamente, era controverso. Chegou a cantar, por encomenda, o governo de Getúlio Vargas. E, na sucessão governamental de Pernambuco, afirmou sem papas na língua: "Sou como o vaqueiro do coronel. Você pergunta em quem ele vai votar e ele responde: No patrão, em quem o patrão mandar." Contudo sua arte extrapolou, em muito, suas posições e preferências políticas.

Ficam a alegria e a arte do maior cantador do Nordeste

Luiz Gonzaga deixou registradas como suas 578 músicas. "Assum preto", "Vozes da Seca", "Paulo Afonso", "A volta de asa branca" são algumas delas. Mas não escondeu que gostaria de ter composto uma canção, "Procissão" — que por sinal gravou —, de Gilberto Gil. É de Gil esta avaliação sobre sua morte: "Meu coração de menino perdeu seu ídolo maior. Meu coração de adulto perdeu aquele de quem tinha orgulho de ser colega. O Brasil perde um dos maiores artistas de todos os tempos. Deste século, sem dúvida alguma, é um dos cinco maiores do Brasil".

E Gonzaguinha falou sobre o pai: "Dele ficam a festa, a alegria, o sorriso. Não esqueço as lições que aprendi dele: de vida, da consciência de que as pessoas dependem de nós, do valor do trabalho". (Carlos Pompe)

Asa Branca

Luiz Gonzaga — Humberto Teixeira

*Quando olhei a terra ardendo
Qual fogueira de São João
Eu perguntei a Deus do céu, ai
Por que tamanha judiação.*

*Que brasileiro! Que fornalha!
Nem um pé de plantação.
Por falta d'água perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão.*

*Até mesmo a asa branca
Bateu asas do sertão
Então eu disse: "Adeus Rosinha,
Guarda contigo meu coração.*

*Quando o verde dos teus olhos
Se espalhar na plantação
Eu te asseguro, não chore não, viu
que eu voltarei, viu, meu coração".*

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

*Espero a chuva cair de novo
Pra mim voltar pro meu sertão.*

Fotógrafo exige seus direitos

O 19 de agosto é o Dia Mundial da Fotografia. Neste dia, em 1839, o francês Louis J. M. Daguerre apresentou seu invento na Academia de Ciências e Artes da França.

Como parte das comemorações do Dia Mundial da Fotografia, o jornalista Marcos A. D. Andrade lançará, dia 18, a partir das 19 horas, a reportagem fotográfica "Direitos autorais e as repre-

salias do Foto Cine Clube Bandeirante contra Marcos A. D. Andrade". Nesta reportagem estão fotos censuradas e os retratos de pessoas que votaram contra os direitos autorais das fotos. Por discordar do clube sobre direitos autorais de fotos, Marcos chegou a sofrer agressões físicas. O lançamento ocorrerá diante da Faculdade de Direito de São Paulo, no Largo São Francisco.

Euclides da Cunha

O dia 15 de agosto marca o aniversário da morte de Euclides da Cunha, ocorrido em 1909. Um dos maiores jornalistas e escritores brasileiros, Euclides tem em "Os Sertões", de 1902, sua obra máxima, onde narra a rebelião de Canudos, na Bahia. Publicamos aqui um texto de sua autoria, sobre as investidas do Exército contra os sertanejos.

O sertanejo, titã bronzeado que faz vacilar o Exército

Os doutores na arte de matar hoje, na Europa, invadem escandalosamente a ciência, perturbando-lhe o remanso com um retinir de esporas insolente — formulam leis para a guerra pondo em equação as batalhas, têm definido bem o papel das florestas como agente tático precioso, de ofensiva ou defensiva. E ririam os sábios feldmarechais — guerreiros de cujas mãos caiu o franquisque heróico trocado pelo lápis calculista — se ouvissem alguém que às caatingas pobres cabe função mais definida e grave que às grandes matas virgens.

Porque estas, malgrado a sua importância para a defesa do território — orlando as fronteiras e quebrando o embate às invasões, impedindo mobilizações e impossibilitando a translação das artilharias — se tornaram de algum modo neutras no curso das campanhas. Podem favorecer, indiferentemente, aos dous beligerantes oferecendo a ambos a mesma penumbra às emboscadas, dificultando-lhe por igual as manobras ou todos os desdobramentos em que a estratégia desencadeia os exércitos. São uma variável nas fórmulas do problema tenebroso da guerra, capaz dos mais opostos valores.

Ao passo que as caatingas são um aliado incorruptível do sertanejo em revolta. Entram também de certo modo na luta. Armam-se para o embate; agridem. Traçam-se, impenetráveis, ante o forasteiro, mas abre-se em trilhas múltiplas, para o matuto que ali nasceu e cresceu.

E o jagunço faz-se guerreiro-tuque, inatingível...

As caatingas não o escondem apenas, amparam-no.

Ao avistá-las, no verão, uma coluna em marcha não se surpreende. Segue pelos caminhos em torcicolos, aforradamente. E os soldados, devassando com as vistas o matagal sem folhas, nem pensam no inimigo. Reagindo à canícula e com o desalinho natural às marchas, prosseguem envoltos no vozeiro confuso das conversas travadas em toda a linha, virguladas de tinidos de armas, cindidas de risos joviais mal sofreados.

É que nada pode assustá-lo. Certo se os adversários imprudentes com eles se afrontarem, serão varridos em momentos. Aqueles esgalhos far-se-ão em estilhas, a

um breve choque de espadas e não é crível que os gravetos finos quebrem o arranco das manobras feitas. E lá se vão, marchando tranqüilamente heróicos...

De repente, pelos seus francos, estoura, perto, um tiro... A bala passa, rechinante, ou estende, morto, em terra, um homem. Succedem-se, pausadas, outras, passando sobre as tropas, em sibilos longos. Cem, duzentos olhos, mil olhos perscrutadores, volvem-se, impacientes, em roda. Nada vêem.

Há a primeira surpresa. Um fluxo de espanto corre de uma a outra ponta das fileiras.

E os tiros continuam raros, mas insistentes e compassados, pela esquerda, pela direita, pela frente agora, irrompendo de toda a banda... Então estranha ansiedade invade os mais provados valentes, ante o antagonista que vê e não é visto. Forma-se celeremente em atiradores uma companhia, mal destacada da massa de batalhões constrictos na vereda estreita. Distende-se pela orla da caatinga. Houve-se uma voz de comando; e um turbilhão de balas rola estrugidoramente dentro das galhadas... Mas constantes, longamente intervalos sempre, zunem os projetis dos atiradores invisíveis batendo em cheio nas fileiras.

A situação rapidamente engravesse, exigindo resoluções energéticas. Destacam-se outras unidades combatentes, escalonando-se por toda a extensão do caminho, prontas à primeira voz; — e o comandante resolve carregar contra o desconhecido. Carrega-se contra os duendes. A força, de baionetes caladas, rompe, impetuosa, o matagal numa expansão irradiante de cargas. Avança com rapidez. Os adversários parecem recuar apenas. Nesse momento surge o antagonismo formidável da caatinga.

As secções precipitam-se para os pontos onde estalam os estampidos e estacam ante uma barreira flexível, mas impenetrável, de juremas. Enredam-se nos cipóal que as agrilhoas, que lhes arrebatam das mãos as armas e não vingam transpô-lo, contornam-no. Volvem aos lados. Vê-se um como rastilho de queimada: uma linha de baionetes afiando pelos gravetos secos. Lampeja por momentos entre os raios do Sol joerados pelas árvores sem folhas; e parte-se faiscando, adiante, dispersa, batendo contra espessos renques de riquexiques, unidos como quadra-

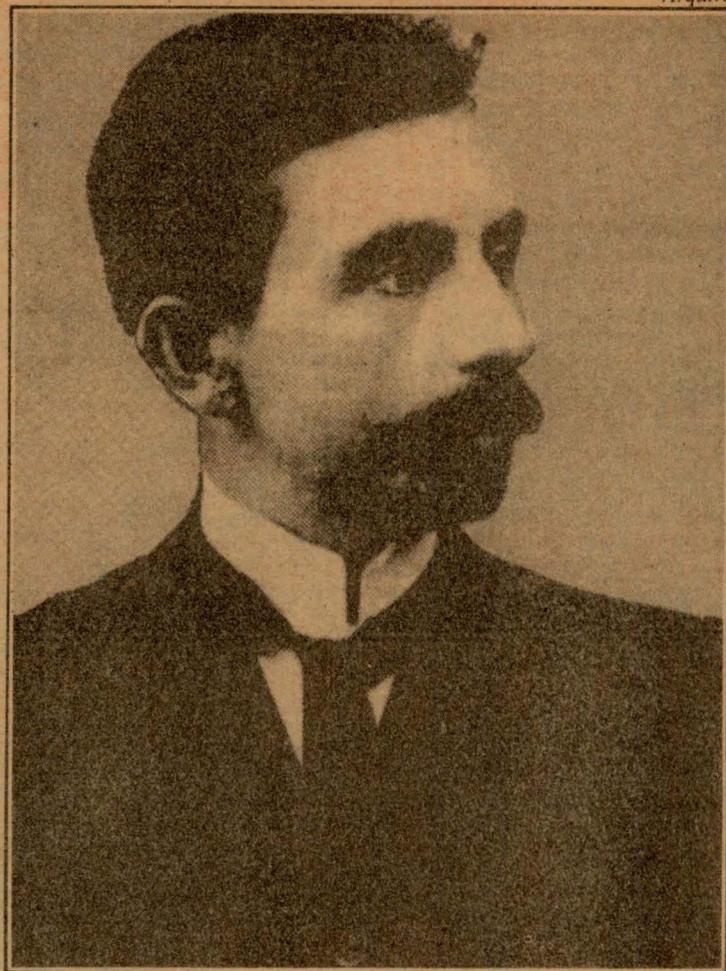
dos cheios de falanges, intransponíveis, fervilhando espinhos...

Circuitam-nos, estonteadamente, os soldados. Espalham-se, correm, à toa, num labirinto de galhos. Caem, presos pelos laços corredios dos quipás reptantes; ou estacam, pernas imobilizadas por fortísimos tentáculos. Debatem-se desesperadamente até deixarem em pedaços as fardas, entre as garras felinas de acúleos recursos das macambiras... Impotente estadeiam imprecando, do desapontamento e a raiva, agitando-se furiosos e inúteis. Por fim a ordem dispersa do combate faz-se a dispersão do tumulto. Atiram a esmo, sem pontaria, numa indisciplina de fogo que vitima os próprios companheiros. Seguem reforços. Os mesmos transe reproduzem-se maiores, acrescidas a confusão e a desordem; — enquanto em torno, circulando-os, rítmicos, fulminantes, seguros, terríveis, bem apontados, caem inflexivelmente os projetis do adversário.

De repente cessam. Desaparece o inimigo que ninguém viu. (...)

Passam-se minutos no lugar da refrega, então, surgem, dentre moitas esparsas, cinco, dez, vinte homens no máximo. Deslizam, rápidos, em silêncio, entre os arbúsculos secos... Agrupam-se na estrada. Consideram por momentos a tropa, indistinta, ao longe; e sopeando as espingardas ainda aquecidas, tomam precipites pelas veredas dos pousos ignorados. A força vai prosseguindo mais cautelosa agora. Subjugam o ânimo dos combatentes, caminhando em silêncio, o império angustioso do inimigo impalpável e a expectativa torturante dos assaltos imprevistos. O comandante rodeia-os de melhores resguardos: ladeiam-nos companhias desparsas, pelos flancos: 200 metros na frente, além da vanguarda, norteia-os um esquadrão de praças escolhidas.

No descair de encosta agreste, porém, escancela-se um sulco de quebrada que é preciso transpor. Felizmente as barrancas, esterilizadas dos enxurros, estão limpas: escassos restolhos de gramíneas; cactus esguios avultando raros, entre bloco em montes; ramalhos mortos de um buzeiros alvejando na estonadura da seca... Desce por ali a guarda da frente. Seguem-se-lhe os primeiros batalhões. Escoam-se, vagarosas as brigadas pela ladeira agreste. Embaixo, coleando nas voltas do vale



estreito já está toda a vanguarda, armas fulgurantes, feridas pelo Sol, feito uma torrente escura transudando raios...

E um estremecimento, choque convulsivo e irreprimível fá-la estacar de súbito.

Passa, resoando, uma bala. Desta vez os tiros partem, lentos, de um só ponto, do alto, parecendo feitos por um atirador único.

A disciplina contém as fileiras; debela o pânico emergente; e, como anteriormente, uma secção se destaca e vai, encosta acima, rastreando a direção dos estampidos. O torvelino dos ecos numerosos, porém, torna aquela variável; e os tiros não revelados, porque o fumo não se condensa naqueles ares ardentes, continuam lentos, assustadores, seguros.

Afinal cessam. Soldados esparsos pelos pendores, pesquisam-nos inutilmente.

Volvem exaustos. Vibram os clarins. A tropa renova a marcha com algumas praças de menos. E quando as últimas armas desaparecem, ao longo, na última ondulação do solo, desenterra-se de montões de blocos — feito uma cariátide sinistra em ruínas ciclópicas — um rosto bronzeado e duro; depois um torso de atleta, encourado e rude; e transpondo velozmente as ladeiras vivas desaparece, em momentos, o trágico caçador de brigadas...

Estas seguem desinfluidas de todo. Daí por diante velhos lutadores têm pavores de criança. Há estremecimentos em cada volta do caminho, a cada estalido seco nas macegas. O exército sente na própria força a própria fraqueza.

Sem plasticidade segue numa exaustão contínua pelos ermos, atormentado no golpear das cildas, lentamente sangrado pelo inimigo, que o assombra e que foge.

A luta é desigual. A força militar decai a um ritmo inferior do homem e a terra. E quando o ser humano dos sertões dos estilos longos não é difícil prever a quem cabe a vitória. Enquanto o minotauro, impotente e possante, inerte com a sua enver-

gadura de aço e grifos de baionetas, sente a garganta exsicar-se-lhe de sede e, aos primeiros sintomas da fome, refluí à retaguarda, fugindo ante o deserto ameaçador e estéril, aquela flora agressiva abre ao sertanejo um seio carinhoso e amigo.

Então — nas quadras indecisas entre a seca e o verde, quando se topam os últimos fios de água no lodo das ipueiras e as últimas folhas amarelecidas nas ramas da baraúnas, e o forasteiro se assusta e foge ante o flagelo iminente, aquele segue feliz nas travessias longas, pelos desvios das veredas, firme na rota como quem conhece a palma todos os recantos do imenso lar sem teto. Nem lhe importa que a jornada se alongue, e as habitações rareiem, e se extingam as cacimbas, e escasseiem, nas baixadas, os abrigos transitórios, onde sesteiam os vaqueiros fatigados.

Cercam-lhe relações antigas. Todas aquelas árvores são para ele velhas companheiras. Conhece-as todas. Nasceram juntos; cresceram irmanamente; cresceram através das mesmas dificuldades, lutando com as mesmas agruras, sócios dos mesmos dias remansados.

O umbu desaltera-o e dá-lhe a sombra escassa das derradeiras folhas; o araticum, o ouricuri virente, a mari elegante, a quixaba de frutos pequeninos, alimentam-no a fartar; as palmatórias, despidas em combustão rápida dos espinhos numerosos, os mandacarus talhados a facão, ou as folhas dos juás — sustentam-lhe o cavalo; os caroás fibrosos fazem-se cordas flexíveis e resistentes... E se é preciso avançar a despeito da noite, e o olhar afogado no escuro apenas lobruga a fosforescência azulada das cunanãs dependurando-se pelos galhos como grinaldas fantásticas, basta-lhe partir e acender um ramo verde de candombá e as suavidades deslumbradas, um

A natureza toda protege o sertanejo. Talha-o como Anteu, indomável. É um titã bronzeado fazendo vacilar a marcha dos exércitos.